

2º CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

Perceções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

Mariana Raquel Freitas Rocha

M
2018



Perceções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental
Mariana Raquel Freitas Rocha





Universidade do Porto
Faculdade de Direito

Mariana Raquel Freitas Rocha

**PERCEÇÕES PARENTAIS SOBRE O *GROOMING ONLINE*: RELAÇÃO ENTRE A
PERCEÇÃO DOS EDUCADORES ACERCA DO RISCO DE VITIMAÇÃO DOS
EDUCANDOS E A MEDIAÇÃO PARENTAL**

Mestrado em Criminologia

Dissertação realizada sob a orientação de
Professor Doutor Jorge Gracia Ibanez
e sob a coorientação de
Professor Doutor Pedro António Basto de Sousa

2018

RESUMO

A presente investigação pretendeu, com recurso a uma análise quantitativa, explorar o conhecimento dos educadores sobre o fenómeno do *grooming online*, assim como a percepção desses sobre questões a ele relacionadas, nomeadamente a percepção do risco de vitimação dos educandos, as suas preocupações com os riscos online que os educandos podem encontrar e ainda a relação entre esses fatores com a regularidade de estratégias que utilizam para os protegerem dos riscos online (i.e. estratégias de mediação parental). Para isto, procedeu-se à construção e aplicação de um questionário a uma amostra de 219 educadores de alunos entre os 5º e 10º anos de escolaridade das cidades de Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia. O questionário consiste em três partes divididas por questões sociodemográficas, agregado familiar e uso da Internet pelos educadores (Primeira Parte); questões relacionadas com a percepção daqueles sobre o *grooming online* (Segunda Parte) e questões gerais sobre a utilização e acesso à Internet, segurança online e comportamentos e experiências online dos educandos (Terceira Parte). Descobriu-se que a maioria dos educadores representados na amostra recolhida possui um conhecimento médio sobre as condutas que podem configurar uma situação de *grooming online*, porém, o grau de conhecimento não parece estar relacionado com a percepção do risco de vitimação dos educandos. Os resultados obtidos permitiram constatar uma percepção do risco relativamente baixa, além de que não foi verificada qualquer correlação significativa entre a percepção do risco e a mediação parental. Os educadores revelaram também níveis mais elevados de preocupação com riscos de conduta nos educandos mais novos (10-11 anos), apesar de essa preocupação demonstrada não se correlacionar significativamente com a frequência de utilização de estratégias de mediação parental. Descobriu-se que educadores mais novos e solteiros são os que medeiam mais, assim como os educandos mais novos são os mais mediados. Por último, foram realizadas duas regressões lineares, que permitiram compreender que 1) a idade dos educandos e a localização dos equipamentos em casa (em espaços privados) são variáveis explicativas da mediação parental e 2) o nível de Stresse Parental, o conhecimento dos educadores das atividades online dos educandos e os educandos terem pedido ajuda aos educadores com alguma situação ocorrida na Internet são variáveis explicativas da percepção do risco.

Palavras-chave: estratégias de mediação parental; experiências online; comportamentos; *grooming online*; percepção do risco de vitimação; preocupações; riscos de conduta; segurança.

ABSTRACT

The current thesis aimed, through a quantitative analysis, to explore the knowledge of parents about online grooming, as well as their perceptions regarding questions related to it, namely the perception of the risk of their children's victimization, concerns about online risks that children may come across and the relationship between those factors with the frequency of strategies they use to protect them from online risks (i.e. parental mediation strategies). Thus, a questionnaire was developed and applied to a total of 219 parents of students attending 5th to 10th grade of schooling, in the cities of Matosinhos, Porto and Vila Nova de Gaia. The questionnaire consists of three sections divided by sociodemographic and household questions and parents' Internet use (Part One); questions related to parent's perceptions about online grooming (Part Two) and general questions related to Internet access and use, online security and online behaviors and experiences of their children (Part Three). We found that most parents represented in the sample collected have an average degree of knowledge about behaviors that may be indicative of online grooming, however, that does not appear to be related to their perception of risk. The results showed a perception of the risk relatively low, moreover, it was not verified a significant correlation between the perception of the risk and parental mediation. It was also found higher levels of parental concerns with conduct risks in younger children (10-11 years), despite it does not correlate significantly with the frequency of use of parental mediation strategies. In addition, younger and single parents appear to mediate more the use of the Internet of their children, and younger children are also more mediated. Finally, it was conducted two linear regressions, that allowed to know that 1) the children's age and the location at home of Internet access equipments (private rooms) are variables that predict the frequency of parental mediation strategies and 2) parent's stress level, knowledge of the children's online activities and their children ever report to them any negative experience that had happen on the Internet are variables that predict parent's perception of online risk.

Keywords: child's victimization; concerns; conduct risks; online behavior; online experiences; online grooming; online security; parental mediation strategies.

AGRADECIMENTOS

Um conjunto de pessoas desempenharam um papel fundamental na concretização deste projeto e a elas não posso deixar de mostrar o meu profundo reconhecimento.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Gracia, e ao meu coorientador, Prof. Dr. Pedro Sousa, pelos quais tenho o maior respeito e admiração, tenho a agradecer por toda a ajuda e dicas oferecidas, pela força nos últimos cartuchos e pela consideração ao longo de todos estes meses de trabalho.

Às duas pessoas que me têm acompanhando desde sempre e que sem elas eu não teria chegado a este patamar académico e pessoal: tia e avô, dizer que vos estou eternamente grata por todos os sacrifícios nunca será suficiente para expressar a minha gratidão.

Às pessoas que sempre fizeram questão de mostrar que a amizade supera qualquer barreira física, tenho para elas o meu mais sincero obrigado: Jéss, Iola e Isa, tenho-vos para sempre no coração.

À Diana, a minha única madeirense que resta no Norte. Obrigada pela disponibilidade para as minhas dúvidas, pela vontade e prontidão em ajudar e pela amizade no Porto criada que levo para a vida.

Um agradecimento especial àquela sempre me abanou para eu trabalhar afincadamente nesta dissertação e que não me deixou exagerar nos descansos ocasionais. Por (por vezes) acreditares mais em mim do que eu própria, pela ajuda, paciência e pelas escapatórias que me permitiam apanhar ar fresco, um simples obrigada não faz jus à minha gratidão Mariana.

À minha avó, que sempre possuiu a confiança de uma magnitude incontestável de que este dia se iria realizar e que sempre compreendeu o meu cansaço frequente como se por “aqui” tivesse passado. Obrigada avó.

Por fim, quero também deixar um agradecimento a todas as Escolas e encarregados de educação que voluntariamente aceitaram participar nesta investigação, os quais foram a “chave” para a sua realização.

SUMÁRIO

Resumo.....	i
Abstract	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de anexos.....	vi
Lista de tabelas.....	vi
INTRODUÇÃO	1

PARTE A – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Cibercrimes	3
1.1. Teorias clássicas criminológicas aplicadas aos cibercrimes	3
1.2. “Cibercriminologia” e “cibervitimologia”.....	6
1.3. Abuso sexual infantil e a sua dimensão online.....	8
2. <i>Grooming online</i>	10
2.1. Conceptualização.....	10
2.2. Quantificação do fenómeno.....	13
2.2.1. Contexto do <i>grooming online</i> : o uso da Internet	14
2.2.2. Prevalência e Incidência	19
3. Condutas online de risco e a natureza da Internet como elos para a vitimação sexual	22
4. Relação entre <i>grooming online</i> e outros conceitos.....	27
4.1. <i>Grooming</i> e pedofilia.....	27
4.2. <i>Grooming</i> e <i>cyberbullying</i>	29
4.3. <i>Grooming</i> e abuso sexual intrafamiliar.....	30
5. Vulnerabilidades e percepção do risco online.....	31
5.1. Vulnerabilidades dos jovens ao <i>grooming online</i>	32
5.1.1. Idade.....	33
5.1.2. Género.....	33
5.1.3. Situação familiar	34
5.1.4. Comunidade: ambiente e área de residência	36
5.2. Percepções dos jovens dos riscos online	37
5.3. Percepções parentais dos riscos online.....	38
6. Práticas preventivas parentais do <i>grooming online</i>	40

PARTE B – ESTUDO EMPÍRICO

1. Objetivos e hipóteses.....	47
2. Metodologia	50
2.1. Caracterização do estudo.....	50
2.2. Procedimentos e amostra.....	50
2.3. Instrumentos e variáveis do estudo.....	53
2.3.1. Primeira Parte: Questões sociodemográficas, agregado familiar, uso da Internet pelos educadores e níveis de stresse	54
2.3.2. Segunda Parte: Questões relacionadas com a percepção do <i>grooming online</i>	55
2.3.3. Terceira Parte: Questões gerais sobre utilização e acesso à Internet pelos educandos, segurança online e comportamentos e experiências online	56
2.4. Procedimentos de análise estatística.....	58
3. Resultados da análise estatística.....	60
3.1. Frequência de acesso e finalidades de uso da Internet pelos educadores	60
3.2. Escalas de stresse na família e stresse parental	61
3.3. Conhecimento e percepções dos educadores sobre o <i>grooming online</i>	62
3.4. Dados relativos à exposição ao risco dos educandos (locais, equipamentos e frequência de acesso à Internet).....	65
3.5. Resultados referentes às preocupações dos educadores com os riscos e comportamentos relativamente ao uso da Internet pelos educandos	69
3.6. Percepção do risco e prevalência de experiências de risco de vitimação dos educandos reportadas pelos educadores	71
4. Teste das hipóteses de investigação	74
4.1. Relação entre características sociodemográficas (idade e sexo) dos educandos com o grau de preocupação dos educadores sobre os riscos online e com a mediação parental ...	74
4.2. Relação entre características sociodemográficas (idade, sexo, estado civil e nível de escolaridade) dos educadores e a mediação parental	75
4.3. Relação entre a utilização da Internet dos educadores, a preocupação com os riscos online e a mediação parental	77
4.4. Relação entre as preocupações dos educadores com os riscos online e a mediação parental	78
4.5. Relação entre níveis de stresse dos educadores e mediação parental	79
4.6. Relação entre características sociodemográficas dos educandos e percepção dos educadores do risco	81
4.7. Relação entre o grau de conhecimento do <i>grooming online</i> , a percepção do risco e a utilização de estratégias de mediação parental	82
4.8. Variáveis preditoras da mediação parental	83

4.9. Variáveis preditoras da percepção do risco	84
5. Discussão dos resultados	86
6. Conclusão	99
Bibliografia.....	102
Anexos.....	121

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Questionário	122
Anexo II – Consentimento informado.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Constituição da amostra escolar	51
Tabela 2 – Características sociodemográficas da amostra (sexo, idade, estado civil, profissão e nível de escolaridade) e tipo de relação com os educandos (n = 219)	52
Tabela 3 – Coabitação com o educando e dimensão do agregado familiar (n = 217)	53
Tabela 4 – Características sociodemográficas (sexo e idade) dos educandos (n = 215).....	53
Tabela 5 – Utilização da Internet da amostra por idade, sexo e nível de escolaridade (n = 219) (N)	60
Tabela 6 – Finalidades de uso da Internet da amostra (n = 219) (%) Erro! Indicador não definido.	
Tabela 7 – Níveis de stresse na família e de stresse parental reportados pela amostra.....	62
Tabela 8 – Conhecimento da amostra sobre a prática do <i>grooming online</i> (n = 218) e sobre o termo (n = 217).....	63
Tabela 9 – Percepção da amostra sobre a frequência e gravidade do <i>grooming online</i> (n = 213) e sobre o tipo de relação ofensor-vítima (n = 211)	64
Tabela 10 – Conhecimento da amostra sobre comportamentos indicativos de grooming online (n = 215) ¹	65
Tabela 11 – Acesso à Internet dos jovens e conhecimento dos educadores das suas atividades online (n = 215).....	66

Tabela 12 – Número de equipamentos de acesso à Internet (n = 215) e número de equipamentos de uso exclusivo dos educandos (n = 203).....	66
Tabela 13 – Horas diárias que os educandos passam online (n = 212) e período do dia em que mais acedem à Internet (n = 219) (%)	67
Tabela 14 – Dados relativos à exposição ao risco dos jovens consoante o sexo e a idade (n = 211).....	68
Tabela 15 – Preocupações dos educadores sobre os riscos online	70
Tabela 16 – Preocupações dos educadores sobre riscos online e mediação parental	70
Tabela 17 – Percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos (n = 218)	72
Tabela 18 – Número de experiências de risco de vitimação reportadas pelos educadores	73
Tabela 19 – Correlações entre a idade dos educandos, o grau de preocupação dos educadores com os riscos online e a percepção da mediação parental exercida	74
Tabela 20 – Diferenças entre o grau de preocupação dos educadores com os riscos online em função do sexo dos educandos	75
Tabela 21 – Correlações entre a idade e o nível de escolaridade dos educadores e a mediação parental	76
Tabela 22 – Diferenças entre a frequência de mediação parental exercida em função do sexo dos educadores	76
Tabela 23 – Diferenças entre a frequência de mediação parental exercida em função do estado civil.....	77
Tabela 24 – Diferenças entre o grau de preocupação dos educadores com os riscos online e a mediação parental em função da utilização da Internet pelos mesmos.....	77
Tabela 25 – Correlações entre as preocupações dos educadores com os riscos online e a mediação parental.....	78
Tabela 26 – Correlações entre a mediação parental e os níveis de stresse familiar e stresse parental	80
Tabela 27 – Correlação entre a idade dos educandos e a percepção dos educadores do risco de vitimação dos jovens	81
Tabela 28 – Diferenças entre a percepção dos educadores do risco em função da idade dos educandos	81
Tabela 29 – Diferenças entre a percepção dos educadores do risco em função do sexo dos educandos	82

Tabela 30 – Correlação entre o grau de conhecimento dos educadores das condutas que configuram o <i>grooming online</i> , a mediação parental e a percepção do risco	82
Tabela 31 – Predição da mediação parental a partir da idade e sexo dos educandos, uso da Internet dos educadores, localização dos equipamentos em casa e percepção dos educadores da (in)segurança da Internet.....	84
Tabela 32 – Predição da percepção do risco de vitimação a partir da idade dos educandos, nível de escolaridade dos educadores, nível de stresse parental, conhecimento das atividades online dos educandos e os educandos pedirem ajuda numa situação incómoda.....	85

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, teve por objetivo analisar as percepções dos educadores do risco de vitimação dos educandos no âmbito do *grooming online*, e a sua relação com a adoção de estratégias de proteção online, comumente denominadas de “estratégias de mediação parental”.

Sabemos que o rápido progresso tecnológico e a crescente utilização da Internet a nível mundial têm trazido uma série de benefícios e novas oportunidades de aprendizagem e socialização, tanto para adultos como para crianças. Porém, quando os novos meios digitais são utilizados de forma indevida por predadores com intuíto sexuais, ao mesmo tempo que se deparam com a utilização descuidada da Internet pelos mais novos, rapidamente os malefícios que advêm dessa utilização são revelados.

O acesso fácil e privado a crianças e adolescentes através da Internet transpõe barreiras físicas que outrora poderiam limitar o leque de opções dos ofensores sexuais e que hoje tornam esse leque ilimitado, onde muitas vezes surgem oportunidades para abusar e/ou explorar sexualmente crianças e adolescentes, aumentando cada vez mais a preocupação pública sobre essas matérias (Stanley, 2002).

No conforto da sua habitação ou local de trabalho o ofensor pode contactar qualquer potencial vítima em qualquer parte do mundo e em qualquer momento. Esta ubiquidade permite que o aliciamento sexual de menores através da Internet – prática comumente designada por *grooming online* –, possa ocorrer a partir de qualquer espaço, sendo apenas necessário algum meio de comunicação móvel (Davidson & Gottschalk, 2011).

Sendo a Internet um terreno com uma capacidade assombrosa para os ofensores atuarem quase sem deixar rasto (Guerra, Almeida & Junior, 2015), o *grooming online*, pela sua natureza predatória e complexa, em conjunto com potencialidades da Internet, como a capacidade para um indivíduo agir sobre outro à distância ou “mascarar” a sua verdadeira identidade sem ser detetado, o trabalho dos meios de controlo sociais formais no combate e prevenção a este tipo de ofensas é dificultado e usualmente alvo de frustrações.

Sobre o objeto deste estudo de investigação – *grooming online* –, a literatura, ainda que não possua uma gama ampla de investigações, foca-se sobretudo em dois aspetos: definir o conceito e explorar o fenómeno, especialmente ao nível da prevalência. No entanto, a dificuldade em estabelecer uma definição consensual e universal de *grooming online* é

notória, o que, por sua vez, se reflete na inexistência de instrumentos estandardizados que o operacionalizem.

Um aspeto visível na literatura sobre o tópico do abuso/exploração sexual de menores na Internet relaciona-se com a percepção das crianças e adolescentes sobre o risco online e a percepção dos pais (tidos como os principais agentes educadores) sobre os riscos online dos filhos, numa perspetiva de autorrelato. Porém, no que concerne ao *grooming online* especificamente, nota-se a necessidade de mais investigações que explorem o conhecimento dos pais e educadores sobre essa prática em questão, assim como sobre o conhecimento que têm da exposição dos filhos ao fenómeno e sobre experiências de vitimação.

É neste sentido que a presente dissertação pretende contribuir para um melhor esclarecimento sobre o conhecimento que os educadores têm sobre o *grooming online*, a sua percepção do risco de vitimação dos educandos e até que ponto esses dois aspetos se conjugam com a adoção de estratégias de mediação parental, i.e., estratégias que utilizam para protegerem os menores dos riscos que podem advir da utilização que fazem da Internet. Ressalta-se que a investigação em causa incluiu como educadores todos os indivíduos (que preencheram os questionários) que exerciam as funções de encarregados de educação dos menores e não apenas pais.

Assim sendo, esta dissertação divide-se em duas partes na resposta a uma série de objetivos. Na primeira Parte (A – Enquadramento Teórico) é feita uma revisão da literatura numa perspetiva criminológica e vitimológica, que vai desde uma abordagem teórica aos cibercrimes à implementação de estratégias de mediação parental pelos educadores com a intenção de reduzir os riscos que os jovens correm em ambiente online.

A segunda parte desta dissertação – Parte B – é dedicada ao estudo empírico. Nessa parte é detalhado todo o processo prático do trabalho, desde os objetivos e hipóteses de investigação até à explicação dos instrumentos e variáveis do estudo. Ainda nesta parte está incluída a análise descritiva dos resultados e a subsequente discussão, ou seja, é aqui que iremos testar as nossas hipóteses de investigação propostas e averiguar as conclusões a que chegámos sobre o que pretendíamos analisar, comparando-se com os resultados de trabalhos científicos conhecidos.

A dissertação termina assim com a conclusão, em que são relevados os principais resultados e apresentados caminhos para investigação futura, a que se segue a bibliografia e os anexos.

PARTE A – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Cibercrimes

A expansão e o progresso da tecnologia trouxeram consigo um aumento exponencial de novas atividades ilegais diretamente relacionadas com computadores e redes computacionais, como ataques a sistemas informáticos, vírus, roubo e uso indevido de dados pessoais de alguém, etc (Bergmann et al., 2017; Kigerl, 2012) – os denominados “cibercrimes”, maioritariamente identificados nos anos 90 (Griffith & Roth, 2007). Por estes motivos, na última década o cibercrime tem emergido como uma área de investigação especialmente na criminologia (Leukfeldt & Yar, 2016; Oksanen & Keipi, 2013). Com os desenvolvimentos tecnológicos também novos espaços para a criminalidade “antiga” eclodiram (Bergmann et al., 2017). Quer isto dizer que é possível que a tecnologia esteja a desviar para a Internet crimes ou ofensas contra pessoas que outrora ocorriam somente no espaço físico (Livingstone & Smith, 2014), como o assédio sexual, o *bullying* e o abuso sexual de menores (Bergmann et al., 2017). Assim sendo, atualmente, muitas manifestações de determinados crimes são percebidas como passíveis de ocorrer em ambos os contextos online (no espaço virtual) e offline (no espaço físico).

Posto isto, remeter-nos-emos agora a uma abordagem prévia sobre tópicos de relevância extrema para entender os crimes que ocorrem no ciberespaço/Internet. Entre esses tópicos constam as teorias clássicas da criminologia e os conceitos “cibercriminologia” e “*cybervictimology*”.

1.1. Teorias clássicas criminológicas aplicadas aos cibercrimes

A emergência de estudos académicos sobre os cibercrimes pode ser sumariada num ponto comum entre eles: a tentativa de entender ou explicar os padrões do crime e a vitimação online aplicando algumas teorias clássicas criminológicas usadas para o chamado “crime terrestre” (Leukfeldt & Yar, 2016), ou seja, o crime que ocorre no espaço físico. Aqui iremos falar de três dessas teorias que se interligam: nomeadamente a *teoria geral do crime* (Gottfredson & Hirschi, 1990), a *teoria da escolha racional* e a *teoria das atividades de rotina* (Cohen & Felson, 1979) (Ngo & Paternoster, 2011). Não iremos estender-nos numa análise crítica destas teorias uma vez que não são o foco desta investigação, contudo, dada a sua importância para a criminologia tradicional e tendo em conta os estudos que têm sido

feitos recentemente relativamente ao crime e à vitimação online, faremos uma referência breve a cada uma.

A *teoria geral do crime* (TGC), idealizada e trabalhada por Gottfredson e Hirschi (1990), procurou ser uma perspetiva geral focada numa característica individual do indivíduo como causa geral do crime: o autocontrolo¹ (Hirschi & Gottfredson, 1993 p. 49). Isto dito, a TGC assume que o baixo autocontrolo do indivíduo é o principal fator que causa o crime e o desvio (Ngo & Paternoster, 2011), isto é, o facto de um indivíduo cometer uma ofensa criminal pela emoção e perigo que advêm do ato, ganhando daí poucas recompensas e mais riscos, deve-se ao seu nível baixo de autocontrolo.

Inicialmente foi estabelecida para explicar a ofensa criminal, mas, posteriormente, foi também tomada em conta na predição da vitimação, apesar de poucos estudos até à data terem sido realizados aplicando esta teoria à vitimação (Ngo & Paternoster, 2011), sobretudo a vitimação online. Não obstante, enfatiza-se os estudos de Bossler e Holt (2010) e Ngo e Paternoster (2011), os quais chegaram a resultados semelhantes. Estes investigadores, analisando a relação entre o nível de autocontrolo e a vitimação online, encontraram uma associação significativa negativa entre o autocontrolo e o assédio na Internet.

A par com o nível de autocontrolo está a ação do indivíduo face ao contexto em que se encontra, e aqui entramos na *teoria da escolha racional* (TER). Esta teoria diz-nos que o indivíduo, enquanto ser racional, em circunstâncias em que tem de escolher voluntariamente entre duas ou mais opções, faz o cálculo dos custos e dos benefícios resultantes da sua (futura) ação e opta por aquela que lhe trará mais benefícios/prazer e menos danos (Burt, 2014), incluindo a escolha de ingressar ou não por um ato criminal (Cohen, 2000).

Para Gottfredson e Hirschi (1990) o ato criminal é o resultado de uma ação levada a cabo com o objetivo de obter o máximo benefício (Seipel & Eifler, 2010). Arntfield é um dos investigadores que defende esta teoria (TER) em relação à vitimação online, alegando que, à semelhança do que acontece na vitimação offline, também no ambiente online as vítimas voluntariamente escolhem participar em atividades cujas possíveis recompensas aparentam prevalecer sobre os possíveis perigos ou riscos, ou seja, na Internet as pessoas optam frequentemente por terem condutas consideradas arriscadas (obtendo daí alguma recompensa) e que podem consequentemente aumentar a probabilidade de serem alvo de algum cibercrime (Arntfield, 2015).

¹ Entenda-se por autocontrolo a capacidade do indivíduo de alterar as suas repostas em conformidade com os seus ideais, valores morais e expetativas da sociedade, na procura de objetivos a longo prazo (Baumeister, Vohs & Tice, 2007 p. 351).

Além do cálculo dos custos e benefícios de uma determinada ação, de acordo com a teoria do autocontrole, o ingresso por um ato criminal ou desviante é também mais provável acontecer quando um indivíduo com baixo autocontrole se vê perante uma oportunidade para o crime/desvio (Seipel & Eifler, 2010). Neste ponto, Gottfredson e Hirschi referem-se à perspectiva da *teoria das atividades de rotina* (TAR) de Cohen e Felson (1979).

Damos aqui maior ênfase à teoria das atividades de rotina, pois parece ser a mais utilizada não só na análise de vários tipos de condutas criminais offline mas também numa tentativa de explicar alguns (não querendo fazer declarações absolutas) cibercrimes e a vitimação online (Leukfeldt & Yar, 2016), apesar de não estar isenta de críticas. Esta teoria, baseada em oportunidades situacionais, diz-nos que uma ofensa ou oportunidade criminal é mais provável ocorrer quando estão presentes três elementos: (1) um ofensor motivado; (2) uma vítima adequada e (3) a ausência de um guardião eficaz² (Cohen & Felson, 1979, p. 589). A ausência de um dos três elementos reduz a probabilidade de ocorrência de vitimação ou pode até mesmo eliminá-la (Cohen & Felson, 1979).

Transpondo este conceito para a vitimação online, e de um modo mais esclarecido, algumas ações das pessoas na Internet como passar muito tempo online ou ter condutas consideradas de risco (e.g. interagir online com pessoas desconhecidas ou fazer compras online) podem torná-las vítimas adequadas para algum tipo de cibercrime (Reyns, 2013; Choi, 2008), especialmente quando existe alguém motivado para cometer uma ofensa e a ausência de algo ou alguém que possa dissuadir o surgimento dessa ofensa. Um exemplo claro disto é a falta de proteção nos aparelhos (e.g. antivírus) – guardião eficaz – estar associada a vitimações informáticas (Choi, 2008).

Porém, subsiste uma divergência de opiniões neste sentido. Por exemplo, Ngo e Paternoster (2011) indicaram, com base nos resultados do seu estudo³, que o baixo autocontrole e os três elementos da TAR não são eficazes em explicar muitos tipos de vitimação de cibercrimes e, por isso, alegam que estas teorias tradicionais da criminologia não têm grande utilidade no que concerne ao crime e à vitimação no ambiente online. Ainda

² Algo ou alguém cuja presença dissuade potenciais ofensores de agirem criminalmente (e.g. polícia ou câmeras de vigilância) (Mesch, 2009)

³ Utilizando uma metodologia quantitativa (questionários online de autorrelato) foi conseguida uma amostra válida de 295 estudantes de um ensino universitário específico nos Estados Unidos (indo desde alunos vindos do ensino secundário a alunos seniores). Estes autores objetivaram aplicar a estrutura da TGC (fatores individuais) e da TAR (fatores situacionais) para prever a probabilidade de ser vitimado na Internet. Para isto, consideraram como variáveis dependentes sete tipos de cibercrimes (vírus informático, exposição indesejada a material pornográfico, solicitações sexuais, *phishing*, assédio e difamação) e como variáveis independentes o autocontrole da TGC e os três elementos da TAR. Como variáveis de controlo foram incluídas o sexo, a etnia, a situação profissional, o estado civil e uma medida de desvio computacional (Ngo & Paternoster, 2011).

assim, há quem defenda que a TAR desempenha um *papel* na análise dos cibercrimes (Reyns, 2013; Choi, 2008) e na explicação da vitimação online (Leukfeldt & Yar, 2016). Não obstante alguns estudos oferecerem uma visão sobre a associação entre alguns aspetos particularmente desta teoria e alguns cibercrimes (Ngo & Paternoster, 2011; Van Wilsem, 2011; Pratt, Holtfreter & Reisig, 2010; Marcum, Higgins & Ricketts, 2010; Choi, 2008), não nos vamos alongar mais neste quadro uma vez que, apesar da presença de alguma evidência empírica demonstrada, os estudos não são num nível agregado, têm resultados diferentes (abordando ou não os mesmos tipos de crimes) e mostram várias limitações (Leukfeldt & Yar, 2016; Kigerl, 2012; Yar, 2005). Isto indica a cautela que é necessário ter quando tentamos enveredar pela aplicação de qualquer teoria clássica da criminologia no domínio dos cibercrimes.

Posto isto, remetemos agora a nossa revisão para uma abordagem que consideramos obrigatória sobre dois ramos de conhecimento relacionados com o nosso objeto de análise (como iremos entender ao longo desta reflexão teórica): a criminologia e a vitimologia em torno dos crimes cibernéticos.

1.2. “Cibercriminologia” e “cibervitimologia”

O conhecimento empírico sobre os cibercrimes é escasso, o que explica as dificuldades com que os investigadores se deparam no âmbito desta tipologia de crimes e da sua complexidade (Ngo & Paternoster, 2011). A realidade virtual e as comunicações mediadas pelos computadores são um desafio para a criminologia tradicional (McKenzie, 2000, citado em Jaishankar, 2007a) e, por isso, o ciberespaço apresenta-se como uma nova fronteira para os criminólogos (Jaishankar, 2007a).

Até o final do séc. XX a criminologia foi negligente em investigar o fenómeno do cibercrime e ignorou a importância do ciberespaço na alteração da natureza e da extensão das ofensas criminais e da vitimação (Mann & Sutton, 1998). Com a radical evolução e democratização dos novos meios de comunicação, o séc. XXI tem sido marcado pelo estudo de como o ciberespaço tem emergido como um novo *locus* de atividade criminal (Reyns, 2015; Jaishankar, 2007b; Yar, 2005; Littlewood, 2003), introduzindo novas formas de desvio, crime e controlo social (McKenzie, 2000, citado em Jaishankar, 2007a).

Com isto, criminólogos apelaram para a emergência de um novo ramo da criminologia que estudasse e analisasse o crime, o comportamento criminal e a vitimação no ciberespaço numa perspetiva tecnológica (Jaishankar, 2010). É neste âmbito que Jaishankar, em 2007a, estabeleceu a ideia de criar uma nova subdisciplina (radical e independente) da criminologia:

a *cyber criminology* – ou, numa tradução exata, “cibercriminologia”. Este autor define “cibercriminologia” como o estudo das causas dos crimes que ocorrem na Internet e o impacto que causam no espaço físico (Jaishankar, 2007a, p. 1), ressaltando ainda que é um campo multidisciplinar que envolve investigadores de várias áreas além da criminologia, entre as quais a vitimologia, a sociologia, a ciência da Internet e a ciência da computação.

Este caráter dinâmico da criminologia é a razão pela qual no decorrer da modernidade têm havido esforços contínuos de investigadores e criminólogos para autonomizar esta disciplina (Jaishankar, 2010). Sendo uma integração de conceitos relativamente recente, do nosso conhecimento não existem ainda muitos estudos na literatura que investiguem a temática da “cibercriminologia”. Todavia, é possível encontramos atualmente uma porção de livros sobre cibercrimes escritos sob uma perspetiva criminológica (Jaishankar, 2010).

Paralelamente aos estudos científicos e empíricos que incidem sobre os crimes que ocorrem no ciberespaço, também têm sido desenvolvidas investigações mais focadas em abordar o campo vitimológico desses crimes⁴ – usualmente apelidado em inglês de *cybervictimology* – traduzido à letra como “cibervitimologia”. A “cibervitimologia”, seguindo o paradigma do que acontece na vitimologia em relação com a criminologia, examina as relações entre vítimas e ofensores, mas num contexto digital, onde é analisado o papel de como determinados comportamentos do indivíduo poderão possivelmente conduzir a uma propensão para a vitimação online (Arntfield, 2015, p. 373). Não se cingindo apenas à vitimação, é fundamental considerar também este construto como um elo necessário ao entendimento do comportamento desviante no contexto online (Arntfield, 2015).

Algumas formas de vitimação online, quando direcionadas a jovens menores de idade, requerem alguma sensibilização e suscitam preocupação pública sobre o bem-estar dessa população, especialmente quando as ofensas são de natureza sexual. Neste âmbito, vários estudos têm mostrado a prevalência de várias formas de vitimação online a que as crianças e adolescentes estão sujeitos, tanto sexual – como é o caso da exposição a material explícito sexual ou encontros entre menores e ofensores sexuais – como não sexual – por exemplo, o *cyberbullying* (Ybarra & Mitchell, 2008; Mitchell, Finkelhor, & Wolak, 2007).

⁴ Entre esses estudos podemos referenciar o de Jónasson e Gunnlaugsson (2016) “*How widespread is cybercrime: Types and Volume of Public Victimization in Iceland*”, o de Mitchell, Finkelhor, Wolak, Ybarra e Turner (2011) “*Youth Internet Victimization in a Broader Victimization Context*” e o de Romero (2017) “*Tecnología y pornografía infantil en Colombia, 2013-2015: interpretación desde un enfoque victimológico*”. Não obstante, encontramos também alguns estudos nacionais como por exemplo o de Pereira e Matos (2016) “*Cyber-Stalking Victimization: What Predicts Fear Among Portuguese Adolescents*” e o de Novo, Pereira e Matos (2014) “*Cyber-Aggression among Portuguese Adolescents: A Study on Perpetration, Victim Offender Overlap and Parental Supervision*”.

Na esteira destas abordagens, o presente estudo foca-se num tipo específico de ofensa e vitimação que ocorre na Internet: o *grooming online*. Numa fase posterior voltaremos com maior detalhe ao conceito, contudo, podemos adiantar que se trata de um conjunto de ações/conduitas deliberadamente levadas a cabo na Internet (normalmente) por um adulto, com o objetivo de criar uma ligação emocional com a criança/adolescente, a fim de reduzir as suas inibições e prepará-la/o para o abuso sexual (Eurobarómetro, 2008). Isto posto, e uma vez que o *grooming online* está relacionado com a temática do abuso sexual na Internet, interessa expor algumas considerações prévias sobre esse tema.

1.3. Abuso sexual infantil e a sua dimensão online

Sendo de natureza predatória e manipulativa (Malesky, 2007; Berson, 2003), o abuso sexual tem sido, nas últimas décadas, um tópico proeminente de preocupação e discussão pública (Finkelhor, 1994).

Devido à extensa gama de estudos existentes, até hoje não existe uma definição universal de abuso sexual infantil (Hansen & Wilson, 2007), mas sim uma heterogeneidade de definições. Como tal, de modo a evitar uma leitura desordenada, iremos abordar o abuso sexual na perspetiva de Finkelhor, sendo este um dos teóricos presentes na literatura com uma maior diversidade de estudos sobre esta temática e também porque outros investigadores, nas suas definições, adotam uma visão similar.

Portanto, para Finkelhor⁵, considera-se a existência de abuso sexual infantil quando o contacto sexual com uma criança ocorre na presença de uma de três condições: a) quando existe uma grande diferença de idades entre o ofensor e a vítima⁶; b) Quando o indivíduo mais velho está numa posição de autoridade em relação à criança⁷; c) Quando os atos contra a criança são cometidos por via de violência ou engano (Finkelhor, 1984). Estas condições são também encontradas em outras referências na literatura (e.g. Salter, 2017; Hansen & Wilson,

⁵ Este autor aponta que para o abuso sexual ocorrer quatro pré-condições têm de estar presentes no ofensor: 1) motivação para cometer a ofensa; 2) superar inibições internas; 3) superar inibições externas e 4) superar a resistência da criança. Ver *Child Sexual Abuse* (Finkelhor, 1984, pp. 105-106).

⁶ Apesar do autor referir que deve existir uma larga diferença de idades entre o ofensor e a vítima para o ato sexual ser considerado abusivo, o mesmo autor faz alusão à inexistência de um entendimento universal acerca da extensão da diferença de idades ou de outra especificidade do abuso sexual infantil, uma vez que cada um destes depende da legislação de cada país em particular (Finkelhor, 1984).

⁷ Em Portugal, são consideradas crianças todos os menores de 14 anos, e qualquer ato sexual entre um adulto e uma criança é tipificado no Art.º 171.º do Código Penal - “Abuso sexual de crianças”. No entanto, o conceito de “menor” é alargado para toda a pessoa com idade até aos 18 anos, sendo isto verificado no Art.º 172.º do Código Penal - “Abuso sexual de menores dependentes” - que abrange qualquer adolescente entre os 14 e os 18 anos.

2007). Em acréscimo, uma das principais características do abuso sexual diz respeito ao desequilíbrio de poder entre o ofensor e a vítima (Berson, 2003 p. 11) e ao secretismo da sua realização (Jonzon, 2006, p. 6). É importante compreender os pontos “engano” e “secretismo” relativamente ao abuso sexual, pois serão novamente referenciados quando abordarmos o cerne do estudo desta investigação – o *grooming online*.

Todo o espectro de crimes sexuais e ofensas cometidas contra crianças são inseridos no quadro de abuso sexual. Este tipo de abuso inclui ofensores que podem estar de alguma forma relacionados com as vítimas ou não terem com elas qualquer tipo de relação; podem ser adultos ou podem ser também eles menores e a ofensa tanto pode ser de contacto físico (e.g. coito) como sem contacto físico (e.g. exibicionismo, usar a criança para a produção de pornografia infantil) (Finkelhor, 1994, 2009).

Apesar da inexistência de uma definição universal, algumas situações são vistas numa perspetiva consensual internacional do abuso sexual, como são exemplos os atos sexuais entre adultos e crianças pré-púberes, atos sexuais entre pais e filhos (menores de idade) e os atos sexuais contra crianças utilizando força e violência (Finkelhor, 1984).

Todo este segmento até aqui explanado refere-se ao abuso sexual físico (ou offline). Porém, esta prática e todos os seus componentes reproduzem-se também no mundo virtual, tornando imensurável a preocupação pública sobre os direitos e proteção de menores. Isto porque o desenvolvimento e propagação da Internet permite o acesso fácil e muitas vezes privado aos jovens, criando mais oportunidades para alguém cometer um ato abusivo contra esses (Wolak et al., 2008; Stanley, 2002) – os chamados crimes sexuais cometidos pela Internet (Wolak et al., 2008). Estes crimes podem ser divididos em duas categorias: (a) fazer *download* ou distribuir material sexual ilegal e (b) utilizar a Internet para procurar ou intimidar alguém de modo sexual (e.g. assédio sexual online, *cyberstalking*, *grooming online*) (Griffiths, 2000). Entre as situações mais preocupantes claramente estão sempre aquelas que envolvem crianças e adolescentes, como a exploração sexual infantil online (ESIO) (Stanley, 2002), que se tem tornando cada vez mais prevalente (NCMEC, 2016).

Estamos a falar de uma prática que envolve um tipo de ofensas cometidas através da Internet normalmente por um adulto para com uma criança, com o intuito de explorá-la sexualmente (CEOP, 2013). Este tipo de exploração pode consumir-se por duas direções (IOCTA, 2017): (1) Coerção e extorsão sexual (coerção: forçar a vítima a ter contacto sexual com o ofensor ou outra pessoa contra a sua vontade – Struckman-Johnson, Struckman-Johnson & Anderson, 2003; extorsão: depois de obter o material desejado da vítima (e.g.

fotos íntimas) o ofensor ameaça-a em usar esse material de forma maliciosa se ela não consentir com as suas vontades – Açar, 2016) e (2) Exploração sexual comercial (utilizar menores como valor de troca de forma a adquirir dinheiro ou recompensas, podendo isso ser feito recorrendo à prostituição, pornografia e/ou tráfico humano – Chase & Statham, 2005).

Alguns autores advogam a existência de uma relação entre a extorsão sexual infantil online e, entre outros tipos de ofensas na Internet, o *grooming online* – foco da investigação em causa. Açar (2016), por exemplo, frisou que, em alguns casos de extorsão sexual, é comum o ofensor recorrer a técnicas de manipulação características do *grooming online* para persuadir a vítima a enviar-lhe material sexual explícito (da própria).

Na generalidade dos casos de exploração sexual, depois do contacto inicial entre o ofensor e a potencial vítima ser estabelecido, o ofensor tenta obter material sexual explícito da mesma ao invés de querer marcar um encontro físico (IOCTA, 2017). Portanto, se após obter o material, o ofensor utilizá-lo como meio de chantagem para exigir um encontro físico entre ambos, a ofensa passa a seguir as especificidades do *grooming online* (Açar, 2016). No entanto, nem todos os casos de *grooming* resultam em encontros físicos (sexuais), uma vez que alguns ofensores não visam esse objetivo (Briggs et al., 2011). Para entender melhor em que consiste o *grooming online* seguiremos então para uma abordagem aprofundada.

2. *Grooming Online*

A partir deste ponto iremos aprofundar o objeto de análise da presente investigação, tanto ao nível da sua concetualização e caracterização, como ao nível da sua prevalência e incidência.

2.1. Conceptualização

O *grooming* sexual de menores, apesar de não ser um fenómeno novo (Estiarte, 2014; Davidson & Gottschalk, 2011; Gillespie, 2002), não é claramente compreendido, especialmente no domínio público (Craven et al., 2006). Previamente à era dos meios digitais era já presente na realidade social, no entanto, com o desenvolvimento e expansão do uso da Internet e consequente utilização para múltiplos propósitos, tanto de carácter benéfico como danoso, o perigo que essa relação representa tem sido socialmente construído e recebido atenção (Estiarte, 2014).

Debutamos este tópico versando sobre a inexistência de uma definição consensual na literatura (e.g. Bennett & O'Donohue, 2014; Webster, Davidson & Bifulco, 2014; Eneman, Gillespie & Bernd, 2010) devido essencialmente às dificuldades em precisar o começo e o fim do seu processo e ao campo vasto de comportamentos que podem estar envolvidos, dependendo do ofensor, da vítima e do contexto (Gillespie, 2002).

Antes de nos alongarmos na concetualização do fenómeno, será oportuno esclarecer que o termo “*grooming*” é geralmente utilizado para descrever os comportamentos do ofensor (*groomer*⁸) como atos preparatórios para a ocorrência do abuso sexual (Chiang & Grant, 2017; Craven et al., 2007, p. 61; McAlinden, 2006; Brackenridge, 1997, p. 117).

Primeiramente é importante salientar que, numa ótica espacial, existem dois tipos de *grooming* sexual: físico (ou offline) e, mais recentemente, online (subtipo de *grooming* sexual) – sendo que o presente estudo irá focar-se nesta última abordagem. *Grooming online*, *cybergrooming*, *grooming* sexual online ou, em português, aliciamento sexual pela Internet, são todos termos para designar o mesmo conceito. Ao longo desta investigação, contudo, iremos manter o termo *grooming online*.

Para um melhor entendimento da semelhança e diferença entre o *grooming* físico/offline e o *grooming online*, faremos uma breve referência ao primeiro partindo da definição proposta por Craven, Brown e Gilchrist (2006):

Um processo em que um adulto prepara a criança, adultos significantes e o ambiente para o abuso dessa mesma criança. Os objetivos incluem conseguir o acesso à criança, obter a sua submissão e certificar-se que mantém sigilo para evitar uma revelação. Este processo serve para fortalecer o padrão abusivo do ofensor (...) (p. 297).

Esta definição destaca a natureza complexa do *grooming* e identifica aspetos importantes do seu processo e pode ser também aplicada ao contexto online (Kloess, Hamilton-Giachritsis & Beech, 2017; Whittle, Hamilton-Giachritsis, Beech & Collings, 2013). Eneman et al. (2010) alegam que o *grooming* físico faz parte de um “ciclo de abuso” em que muitas vezes são primeiro os pais da criança a serem vitimados indiretamente, uma vez que o ofensor procura primeiro estabelecer a confiança destes para que posteriormente possa apoderar-se de uma posição que lhe permita ter acesso facilitado à criança e abusar dela (Craven et al., 2006).

⁸ Davidson et al. (2011), no âmbito do *European Online Grooming Project*, caracterizaram um *groomer online* como um indivíduo que inicia contacto pela Internet com um menor com a intenção de estabelecer uma relação sexual envolvendo sexo virtual ou sexo com contacto físico.

Ambos os tipos de *grooming* em nada diferem a não ser no contexto em que ocorrem. Apenas devido ao anonimato imposto pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) esse ciclo de abuso se desenvolve mais rapidamente na Internet (O'Connell, 2003).

Em virtude da complexidade e dificuldade em precisar os comportamentos característicos deste fenómeno, alguns autores têm uma visão mais detalhada das características e/ou componentes que o definem (e.g. Wachs, Wolf & Pan, 2012; Craven et al., 2006; Berson, 2003) enquanto outros têm uma opinião mais simplificada e vaga (e.g. Brackenridge, 1997). Alguns autores referem-se ainda ao ofensor como um pedófilo (e.g. Koops, 2009; O'Connell, 2003), no entanto, e como iremos ver mais adiante neste enquadramento, *grooming* e pedofilia são dois conceitos distintos.

Independentemente da perspetiva, existem alguns critérios comuns presentes nas várias definições de *grooming (online)*⁹, entre eles: (a) ganhar a confiança da potencial vítima (Webster et al., 2012; Wachs et al., 2012; McAlinden, 2006; Dombrowski et al., 2004; Berson, 2003), através de um processo de manipulação (Juan et al., 2014) procurando reduzir as suas inibições (Juan et al., 2014; Berson, 2003); (b) enumeração de estratégias utilizadas pelo ofensor para seduzir a vítima (Kloess et al., 2014; Juan et al., 2014; Berson, 2003); (c) preparação da vítima para o abuso sexual (Davidson & Gottschalk, 2011; Craven et al., 2006) e (d) dificultar a resistência da vítima ou persuadi-la a manter sigilo em relação ao abuso (Juan et al., 2014; Craven et al., 2006).

Além destas, tentativas de sexualizar as conversas com adolescentes são também comuns. Um estudo mais recente de Kloess, Hamilton-Giachritsis e Beech (2017) realizado no Reino Unido revelou que nas interações entre *groomers* e jovens, os ofensores, com o intuito de introduzirem tópicos sexuais às conversas entre ambos, recorriam a estratégias de adulação.

Vale esclarecer que é errado partir do pressuposto de que o *grooming online* é sempre um processo demorado e que o objetivo do ofensor é estabelecer sempre contacto físico. Alguns ofensores são mais impacientes e imediatamente ao primeiro contacto introduzem conteúdo sexual nas conversas¹⁰ (Kloess et al., 2017; Winters, Kaylor & Jeglic, 2017; Freeh, 2006) sem necessariamente terem como intuito ou necessidade uma relação física com a vítima para obterem gratificação sexual (Livingstone et al., 2017; Webster et al., 2012), podendo isso ser obtido, por exemplo, com a partilha de fotografias íntimas sexuais de e entre

¹⁰ O *European Online Grooming Project* identificou este tipo de ofensores como “groomers híper-sexualizados”, atendendo ao seu comportamento sexual imediato para com o jovem (Webster et al., 2012).

ambos (Juan et al., 2014) ou com sexo virtual (*webcam sex*)¹¹ (Kloess et al., 2017; Briggs et al., 2011; Davidson & Gottschalk, 2011).

Além do mais, e aqui é indispensável refutar a percepção pública sobre estes ofensores, apesar de, por vezes, mentirem em relação a alguma característica da sua identidade (por exemplo, alegarem ter menos idade – Winters, Kaylor & Jeglic, 2017; Bergen, 2014; Wolak et al., 2004), os *groomers* também frequentemente utilizam a sua identidade verdadeira quando abordam um jovem na Internet (IOCTA, 2017; Wolak et al., 2004). Em muitos casos de vitimação sexual infantil os jovens estão conscientes de que se estão a relacionar com um adulto com intuítos sexuais (Wolak et al., 2004) e são regularmente participantes ativos na procura de contacto com outras pessoas online, sustentando, em algumas situações, conversas sexuais (Quayle, Jonsson & Loof, 2012). Veremos este último ponto mais adiante quando falarmos dos comportamentos de risco dos jovens na Internet.

Podemos então sintetizar a complexidade do *grooming online* como a estratégia (habitualmente sem o uso de força ou intimidação) que envolve uma série de comportamentos que preparam o menor para o abuso sexual, onde o ofensor se aproxima mediante um processo de aliciamento e manipulação, na tentativa de ganhar a sua confiança e estabelecer com ele um controlo emocional. Isto tem por objetivo reduzir progressivamente as inibições do menor e facilitar a cedência desse aos avanços sexuais (Berson, 2003), que podem ser levados para o mundo físico (onde pode ocorrer contacto sexual direto) ou mantidos virtualmente. Não podemos ignorar o facto de que existe uma construção social, tanto de adultos como de jovens, à volta das características físicas e psicológicas de um *groomer*, as quais não refletem a realidade (Webster et al., 2012, p. 111; Craven et al., 2006; Sutton, Jones & Allé, 2004; Wolak et al., 2004) e que inclusive muitos jovens, cientes das suas ações na Internet, atraem este perigo.

2.2. Quantificação do fenómeno

Antes de nos adiantarmos na quantificação deste tipo de ofensa, é de relevância para o estudo em causa fazer uma panorâmica geral do uso da Internet dos jovens (e dos

¹¹ Um resultado importante do *European Online Grooming Project* (EOGP) mostrou que as *webcams* funcionam como parte integrante do comportamento sexual ofensivo, permitindo aos ofensores porem as suas fantasias em prática através de, por exemplo, solicitações sexuais às vítimas mantendo em simultâneo contacto ocular de uma ou ambas as partes (Webster et al., 2012). À semelhança, em 2013, o *Child Exploitation and Online Protection Centre* (CEOP) descreveu o uso de *webcams* como uma ameaça emergente ao abuso sexual de menores, sendo que um número significativo de crianças era chantageado para executar atos sexuais por essa via (CEOP, 2013).

pais/educadores), permitindo compreender melhor de que forma este fenómeno pode surgir e para que ulteriormente possamos analisar com um melhor discernimento a sua extensão.

2.2.1. Contexto do *grooming online*: o uso da Internet

Sabemos que o progresso tecnológico tem trazido consigo consequências não só positivas mas também negativas que podem comprometer o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças e adolescentes e expô-las/os a determinados riscos e perigos (Vismara et al., 2017). Isto porque, atualmente, os adolescentes são considerados os principais utilizadores dos novos *media* sociais e a difusão com que estão disponibilizados os meios digitais tem resultado na sua maior acessibilidade no decorrer dos anos (Vismara et al., 2017; Livingstone, 2014).

Na Europa, o acesso à Internet é cada vez mais precoce (Simões, Ponte, Ferreira, Doretto & Azevedo, 2014; Livingstone et al., 2011). Em 2011, aproximadamente 25 mil crianças entre os 9 e os 16 anos, de 25 países pertencentes à União Europeia (UE), tinham acesso à Internet e a média do primeiro contacto com essa foi aos 9 anos de idade (Livingstone et al., 2011). Isto poderá ser alarmante quando consideramos a utilização indevida da Internet e que pode ter como desfecho alguma experiência negativa ou até mesmo algum tipo de dano físico e/ou psicológico aos mais novos. Entenda-se por dano situações que deixam os jovens perturbados, assustados, traumatizados, aborrecidos, entre outras (Netsafe, 2017).

Ao longo dos anos os computadores fixos (também denominados “computadores de mesa”) deixaram de ser o único meio de acesso à Internet entre crianças e adolescentes para dar oportunidade a outros meios digitais – como os *smartphones*/telemóveis e os *tablets* (Vismara et al., 2017; Miranda, 2015; Iglesias, Larrañaga & del Río, 2015; Bringué & Sádaba, 2008) – cujos têm marcado significativamente a sua presença nas famílias ao redor do mundo e têm se tornando parte imprescindível no quotidiano especialmente dos jovens.

Os *Youth Internet Safety Survey-3* (YISS-3)¹² mostraram que, em 2010, a presença das novas tecnologias na vida das crianças e adolescentes nos Estados Unidos era já constante. Nesse ano, 97% dos jovens inquiridos utilizavam a Internet a partir de casa – valor esse que

¹² Os estudos do *Youth Internet Safety Survey*, decorridos em 2000 (YISS-1), 2005 (YISS-2) e 2010 (YISS-3), nos EUA, foram conduzidos com o objetivo de quantificar e precisar, através de entrevistas telefônicas, as experiências negativas de jovens (10 – 17 anos) na Internet, incluindo solicitações sexuais, assédio e exposição indesejada a pornografia. Cada estudo contou com uma amostra de aproximadamente 1,500 jovens que utilizavam a Internet (Jones, Mitchell & Finkelhor, 2012).

contrasta com o ano de 2000 (74%) – e quase metade tinha acesso através do telemóvel.

Também a frequência e intensidade de uso nos Estados Unidos teve os valores mais elevados desde o ano de 2000. A maioria dos jovens (69%) referiu utilizar a Internet entre 5 a 7 dias por semana e 32% afirmou aceder à Internet mais de 2 horas por dia (Mitchell, Jones, Finkelhor & Wolak, 2014).

Fazendo alusão às estatísticas nacionais, apesar da crise económica e social instalada em Portugal, ao longo dos anos temos andado a par com a expansão do uso da Internet (Miranda, 2015). Em 2010 metade da população portuguesa tinha acesso à Internet em casa e aproximadamente metade dos indivíduos entre os 16 e os 74 anos acediam à Internet (Instituto Nacional de Estatística, 2010). A par com estas estatísticas estão os resultados de 2014 do *Net Children Go Mobile* (NCGM)¹³, que mostraram claramente não só a intensificação do uso doméstico dos meios digitais em Portugal mas também da frequência de uso entre os mais novos (Simões et al., 2014). Esses resultados revelaram que o local predileto de acesso à Internet das crianças e adolescentes portugueses é a sua residência e revelaram também um aumento da frequência de uso da Internet entre 2010 e 2014 (53% para 74%). Enquanto em 2010 apenas metade das famílias tinham acesso à Internet a partir de casa, em 2017 esse número passou para os 77%, particularmente famílias com crianças (97%) (INE, 2017).

Quando abordamos a utilização, o acesso e a frequência de acesso à Internet, alguns fatores são diferenciadores, tais como a idade (dos jovens e dos adultos), o estatuto socioeconómico (ESE) da família e o nível de escolaridade dos adultos.

Observamos no projeto NCGM que a frequência de uso diário da Internet, entre os grupos mais novos e em qualquer um dos equipamentos digitais, aumenta significativamente com a idade em todos os locais (escola, casa de amigos/familiares, espaços públicos, rua) e aumenta principalmente em casa. A utilização diária do computador portátil e *smartphone* parece ser a mais destacada atendendo à faixa etária, notando-se um aumento do uso entre os adolescentes em relação às crianças (Simões et al., 2014). Curiosamente, em contraste com o que vemos nos grupos mais jovens, a utilização da Internet entre os grupos mais velhos diminui com a idade. O Instituto Nacional de Estatística (INE) mostrou que, em 2017, 99% da população portuguesa até aos 34 anos de idade era utilizadora da Internet. Já a partir dos 45

¹³ Desenvolvido num período de 2 anos, este projeto procurou investigar o acesso, a utilização, e as oportunidades e riscos da Internet móvel para crianças e adolescentes, comparando os resultados entre sete países europeus (Reino Unido, Dinamarca, Itália, Roménia, Irlanda, Bélgica e Portugal). Além dos 3,500 inquéritos de autorrelato distribuídos entre jovens dos 9 aos 16 anos, foram também realizados 6 *focus group* e 12 entrevistas com os jovens (por país) e 9 *focus group* com adultos (por país). Disponível em <http://netchildrengomobile.eu/> Acedido a 10 de junho de 2018.

anos, a proporção de internautas tendia a diminuir em cerca de 20% a cada dez anos (INE, 2017).

A maior mobilidade permitida pelos equipamentos de menores dimensões resulta numa maior acessibilidade em locais privados. Este ponto constitui um pormenor essencial quando olhamos para a interação dos jovens com pessoas desconhecidas na Internet e/ou na construção de relações online à luz do fenómeno do *grooming online*. Isto porque as ofensas e os crimes de natureza sexual cometidos pela Internet, quando vistos pelos menores como uma relação romântica, muitas vezes acontecem em isolamento e sigilo, sem o conhecimento dos pais/educadores ou até mesmo do grupo de pares (Wolak et al., 2008 p. 115).

Como veremos mais adiante, uma grande parte dos pais não estão cientes de que os filhos se envolvem em atividades de risco na Internet (Byrne et al., 2014), o que pode ser explicado não só pela privatização do uso (Symons et al., 2017), mas também pelo acesso em aparelhos de uso exclusivo ou em locais privados (como o quarto de dormir) (Duerager & Livingstone, 2012). Logo, há uma elevada probabilidade de os jovens geralmente estarem sós quando utilizam a Internet, longe da visão dos pais e do campo de atuação desses últimos (Quayle, Jonsson & Lööf, 2012).

No seguimento desta linha, temos conhecimento que os jovens internautas portugueses utilizam os equipamentos de menores dimensões e que permitem maior mobilidade (telemóveis e *tablets*) em várias divisões da casa, sendo o quarto de dormir o local predileto de alguns (Simões et al., 2014).

Nas famílias portuguesas observa-se a existência de uma relação entre a posse individual de equipamentos digitais e o ESE. Entre os equipamentos de uso exclusivo dos jovens destacam-se o computador portátil, o telemóvel e o *smartphone*, sendo que o uso individual de computador portátil e *smartphone* é superior em jovens de meios socioeconómicos médios e elevados (Simões et al., 2014). O acesso e uso da Internet pelos pais portugueses, apesar de em menor intensidade quando comparado com o dos jovens, aumentaram entre 2010 e 2014 (de 60% para 68%), destacando-se nos indivíduos com ESE mais elevado (Simões et al., 2014).

Além do estatuto socioeconómico, também o nível de educação dos adultos tem um marco na utilização da Internet. Segundo os resultados do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, ambos de 2015 e 2017, mais de 95% das pessoas que completaram o ensino secundário ou o ensino superior eram utilizadoras

da Internet, enquanto em relação a pessoas com habilitações apenas até ao 3º ciclo do ensino básico esse valor não chegava aos 60% (INE, 2017; INE, 2015).

Depois de termos analisado, numa perspetiva geral, o uso da Internet (com maior ênfase na população portuguesa (jovens e adultos)), veremos agora os propósitos que a sua utilização tem entre as crianças e os adolescentes, analisando dados nacionais e internacionais.

Num quadro lógico, quanto maior e melhor é o acesso dos jovens à Internet, mais diversas serão as suas atividades online (Livingstone et al., 2011). Portanto, torna-se importante compreender as motivações dos jovens para usarem a Internet para podermos compreender como é que a utilizam e que tipo de consequências essa utilização pode trazer ao seu bem-estar (Livingstone et al., 2017).

Consoante a idade, crianças e adolescentes utilizam a Internet por razões variadas e distintas: as crianças mais novas utilizam-na para finalidades mais específicas como a visualização de vídeos (Livingstone et al., 2017) e jogos interativos (Wolak et al, 2008), enquanto as crianças mais velhas (pré-adolescentes e adolescentes) utilizam-na mais amplamente para publicarem fotos ou acederem a redes sociais. Isto é coerente com o facto de que à medida que as crianças se tornam mais velhas a amplitude com que utilizam a Internet expande-se (Sasson & Mesch, 2014).

Das inúmeras vantagens que podemos recolher do mundo digital, uma das mais indubitáveis manifesta-se na confiança que é construída e competências que são adquiridas pelo consumidor (Livingstone et al., 2017). Podemos constatar que muitos jovens usufruem da utilidade positiva da Internet para o desenvolvimento de competências pessoais. Resultados da Ofcom (2016)^{14,15}, onde foram inquiridas 908 crianças e adolescentes entre os 3 e os 15 anos no Reino Unido, mostraram que a Internet é utilizada, entre outras finalidades, para atividades criativas. Criar um desenho ou uma imagem, editar uma fotografia e produzir um vídeo foram as atividades mais mencionadas pelas crianças mais novas nesse estudo.

¹⁴ O Ofcom é um programa que conduz estudos no Reino Unido entre os consumidores de todos os serviços de comunicação, desde rádios à Internet, trabalhando com várias agências de pesquisas de mercado. No tópico da literacia digital, este programa permite conhecer os hábitos digitais e atitudes dos consumidores, dos mais novos aos mais velhos. <https://www.ofcom.org.uk/>. Acedido em 03 de maio de 2018.

¹⁵ O relatório de 2016 sobre a utilização dos meios digitais e atitudes dos jovens e dos pais/educadores forneceu evidência sobre o uso, as atitudes e o conhecimento dos *media* em crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 15 anos e ainda informação sobre o acesso e uso dos *media* em crianças dos 3 aos 4 anos de idade. O relatório fornece ainda informação acerca da perspetiva dos pais e o controlo que fazem da utilização dos meios digitais dos filhos (Ofcom, 2016).

Entre os adolescentes estas atividades foram também destacadas, acrescentando ainda formas de participação cívica, como assinar petições ou dialogar sobre notícias online.

Este tipo de atividades pode ser realizado numa variedade de *sites* e serviços online, incluindo os de partilha de vídeos, jogos virtuais ou redes sociais. Apesar destas atividades serem consideradas em termos positivos, assumir oportunidades online pode simultaneamente ser um passo arriscado¹⁶. Por exemplo, adicionar novas pessoas aos contactos pessoais pode constituir uma oportunidade para fazer amizades novas ou, por outro lado, conduzir os jovens ao contacto com potenciais ofensores sexuais (Livingstone et al., 2017), podendo acompanhar situações de *grooming online* (Wolak et al., 2008). O Projeto *EU Kids Online* deu a conhecer que, em Portugal, tanto a utilização da Internet pelas crianças como o risco a que se expõem situa-se num nível médio (65% - 85%).

Alguns autores advogam que o aumento de oportunidades está associado a um aumento também de riscos (Livingstone, 2014; Livingstone & Helsper, 2008). Contudo, tal afirmação não é regra absoluta, visto que em alguns países (incluindo Portugal) as crianças estão beneficiando mais das oportunidades da Internet sem isso resultar em experiências negativas para as próprias (Livingstone et al., 2014; Livingstone et al., 2011). Isto não invalida o facto de que quanto mais habilitoso um jovem é no uso da Internet mais ele experimenta tanto riscos como oportunidades (Quayle & Taylor, 2011) e, portanto, mais prudências deverá ter.

Através da reflexão até aqui feita, podemos então sintetizar que o mundo tem vindo a presenciar um aumento exponencial do uso e da frequência de acesso da Internet, particularmente entre os jovens, além de que o acesso parece ser cada vez mais precoce. Isto traz consequências positivas na medida em que algumas das finalidades para as quais os meios digitais são utilizados permitem adquirir ou desenvolver competências pessoais e/ou sociais. Todavia, as mesmas finalidades podem ter uma dupla consequência e contribuirão também para uma maior exposição aos riscos e perigos online. Isto não significa que a Internet seja, por si só, um agente responsável na origem desses riscos/perigos. Como iremos ver mais adiante nesta revisão da literatura, a componente comportamental online dos jovens, a par do uso diário e constante da Internet, constitui um fator determinante na vitimação online.

¹⁶ Isto remete-nos para o termo empregue por Livingstone et al. (2017) “oportunidades de risco”.

Feitas estas necessárias considerações prévias que informam sobre os padrões de uso da Internet, podemos agora refletir sobre a quantificação do *grooming online* – objeto do nosso estudo.

2.2.2. Prevalência e Incidência

A passo da inexistência de uma definição consensual de *grooming online*, somada à escassez de estudos que encontramos na literatura (Wachs et al., 2012), o conhecimento da prevalência real deste fenómeno – isto é, o cálculo do número total de casos existentes num dado momento temporal – representa um desafio de grandes proporções (Bennett & O'Donohue, 2014).

Do ponto de vista legal, no ordenamento jurídico português o *grooming online* não está tipificado como crime autónomo¹⁷. No entanto, trata-se de um tipo de ofensa com diversas condutas e possíveis resultados que, a nível penal, podem ser inseridos no quadro de outros crimes presentes no Código Penal português que penalizam essas ações com menores (por exemplo Art. 170º - Importunação sexual; Art. 171º - Abuso sexual de crianças; Art. 176º - Pornografia de menores). É preciso ter redobrada atenção neste aspeto, uma vez que a legislação difere entre países na forma como é definido o dano ou ofensa online ou até mesmo sobre a idade legal de consentimento sexual¹⁸ (Webster, Davidson & Bifulco, 2014) – tópicos indispensáveis quando abordamos este fenómeno.

Estas dificuldades conduzem a dados estimativos inconsistentes a nível internacional, levantando também outros desafios metodológicos na investigação sobre o fenómeno (Webster et al., 2014). O sistema judicial apresenta-se à sociedade caracterizado por vários desajustamentos relativos ao combate à criminalidade. Esta ideia pode ser bem ilustrada pelo cógnito “Efeito Funil”, o qual reflete o fluxo infeliz dos processos criminais dentro do sistema judicial. Ainda assim, o principal desajustamento observa-se na balança ridiculamente desnivelada entre a criminalidade que é denunciada (criminalidade conhecida) e a que não é

¹⁷ Em alguns países como África do Sul, Argentina, Canadá, Colômbia, Índia, Malta, Nigéria e Sérvia, existe legislação nacional específica sobre o *grooming online* atendendo a 4 critérios: (1) comunicação recorrendo a sedução, aliciamento ou solicitações, (2) de um adulto para um menor de 18 anos, (3) por via da Internet e (4) com o intuito (do adulto) de se encontrarem para atividades sexuais ou persuadir/coagir o menor para atividades sexuais. Em outros países como o caso de Portugal, Austrália, França, Alemanha, etc, este tipo de ofensa segue algumas limitações legislativas. Apesar de não ser considerado um crime autónomo, a conduta ante ou posterior poderá inserir-se num quadro de outra tipologia de crime, como (no caso de Portugal) o que se encontra sob o disposto no Art.º171 “Atos sexuais com crianças” (ICMEC, 2017).

¹⁸ Em Portugal, a idade mínima legal de consentimento para manter relações sexuais é de 14 anos. No entanto, o Código Penal português prevê a punição da prática de “Atos sexuais com adolescentes” no Art.º 173.º, quando o ato sexual é praticado “abusando da (...) inexperiência” do adolescente (com idade entre os 14 e os 16 anos).

denunciada (criminalidade oculta/real) (Gomes, 2001). Em outras palavras, se observarmos as estatísticas oficiais do crime, apenas teremos conhecimento dos crimes que foram denunciados às autoridades e registrados. Este desfasamento entre a criminalidade conhecida e a criminalidade oculta é usualmente referido nos estudos criminológicos como “cifras negras do crime” (Gomes, 2001). Assim sendo, o conhecimento dos crimes que ocorrem e não chegam a ser denunciados (e por isso não são conhecidos) é de proporções consideravelmente superiores (Gomes, 2011), o que significa que estimar os números exatos do *grooming online* ou qualquer outro tipo de abuso sexual (ou ofensa não sexual) torna-se extremamente complicado em virtude das presumidamente elevadas cifras negras.

Adicionalmente, se o menor não perceber e reconhecer o problema e/ou se não tiver à sua disposição recursos ou mecanismos de suporte para combater esse problema, a consequente denúncia dessas experiências não ocorre (Bryce, 2010). É comum sucederem situações em que o menor não reconhece o que está a acontecer como nocivo, dado que podem ser “camufladas” por outras situações consideradas comuns nesses grupos etários (pré-adolescência e adolescência), como por exemplo iniciar uma relação de amizade online ou existir uma curiosidade sexual que conduza a condutas de experimentação virtual, especialmente quando não está consciente de que está a comunicar com um adulto ou alguém com intenções sexuais (Kloess, Beech & Harkins, 2014). Ademais, as interações entre o jovem e o ofensor poderão não evoluir para conteúdo explicitamente sexual (Bryce, 2010), o que também poderá dificultar o reconhecimento do próprio sobre o que está a acontecer como impróprio. Quando isto acontece, claramente não existe um propósito lógico da parte da vítima para reportar a ofensa.

Ainda assim, é possível conhecer alguns números de prevalência deste fenómeno se analisarmos alguns estudos que tiveram como foco solicitações sexuais¹⁹ – parte também fundamental e integrante do *grooming online* (Craven et al., 2006; O’Connell, 2003) – como por exemplo o já mencionado *Youth Internet Safety Survey-3* (YISS-3). Os resultados deste estudo (de 2010) revelaram que a vitimação online decresceu em comparação a estudos de anos anteriores especificamente em matérias de solicitações sexuais indesejadas e exposição indesejada a pornografia (esta última experiência pode também ser considerada um indicador de *grooming online*). Ainda assim, 24% dos participantes do estudo afirmaram já ter recebido algum tipo de solicitação sexual indesejada (Jones, Mitchell & Finkelhor, 2012).

¹⁹ Pedidos desejados ou não desejados a um jovem menor de idade para obter dele informação sexual ou conteúdo sexual (e.g. fotos ou vídeos) ou para incitá-lo a participar em atividades ou conversas sexuais (Mitchell et al., 2014; Ybarra & Mitchell, 2008; Mitchell et al., 2007).

Na Europa, também vários estudos que incidiriam sobre o *grooming online* foram conduzidos. Em 2010 foi conduzido um inquérito (*European Kids Online Survey*²⁰) em que foram entrevistadas em 25 países europeus um total de 25 142 crianças e adolescentes entre os 9 e os 16 anos que usam a Internet, assim como um dos seus pais. Os resultados confirmaram que 30% dos jovens já tinham estabelecido contacto online com alguém que não conheciam fisicamente e 9% tiveram um encontro com alguém que conheceram online²¹ (Livingstone et al., 2011). No Reino Unido, entre 2009 e 2010, o Centro de Proteção de Crianças Exploradas Online (*Child Exploitation and Online Protection Centre – CEOP*²²) registou um aumento da incidência (percentagem de novos casos reportados) de alegações sobre exploração sexual infantil online (ESIO). Das 2 391 denúncias recebidas pelo público em geral, mais de metade (64%) diziam respeito a casos de *grooming online*, sendo por isso a atividade mais reportada entre esses anos. Já nos anos subsequentes, entre 2011 e 2012, registou-se um decréscimo de mais de metade de alegações sobre ESIO (CEOP, 2013), o que infere que os casos de *grooming online* também foram alvos de decréscimo.

Portugal não é exceção a experiências de *grooming online*. Apesar de nos depararmos com dificuldades em conhecer as estimativas de muitos tipos de ofensas online, pela razão de que a legislação portuguesa é bastante parca nesse sentido, um estudo conduzido recentemente por Branca, Grangeia e Cruz (2016)²³ permitiu dar a conhecer alguns dados sobre experiências de vitimação em Portugal. Os resultados mostraram que, dos 151 jovens que participaram no estudo (11-16 anos), 20,5% foram objeto de pelo menos uma situação de comportamentos indicadores de *grooming online* (e.g. alguém iniciar conversas sobre sexo,

²⁰ Programa internacional de investigação que visa aumentar o conhecimento das oportunidades, riscos e segurança online de crianças e adolescentes, investigando o modo como usam as novas tecnologias, e avalia também as experiências parentais com a Internet. Conta com 3 relatórios: 2006-09 – analisou 400 estudos de investigação de 21 países da União Europeia (UE) com o intuito de retirar a partir dos resultados implicações metodológicas e políticas; 2009-11 inquiriu aproximadamente 25.000 jovens e respetivos pais de 25 países da UE com o intuito de recolher dados sobre oportunidades e riscos online; 2011-14 expandiu-se a 33 países da UE, conduzindo inquéritos e entrevistas a jovens. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/About-the-project.aspx>. Acedido a 04 de março de 2018.

²¹ Conduta popularmente denominada pelo termo inglês “stranger danger” (Haddon & Ponte, 2012; Haddon, 2012).

²² Estrutura pertencente à Agência Nacional de Crime do Reino Unido que tem como objetivo identificar as principais ameaças às crianças e protegê-las do dano online e offline, assim como coordenar atividades de intervenção contra essas ameaças. Disponível em <http://www.nationalcrimeagency.gov.uk/about-us/what-we-do/child-exploitation-online-protection-ceop>. Acedido a 04 de março de 2018.

²³ Do nosso conhecimento, este estudo é o único presente na comunidade científica que retrata o *grooming online* a nível nacional. Os autores pretenderam explorar a dimensão do *grooming online* em Portugal, tanto ao nível do conhecimento, percepções e inseguranças dos jovens como ao nível da vitimação. Além destes, focaram-se também na análise de diferenças de género e etárias entre os participantes. Para tal, utilizaram uma metodologia quantitativa com recurso a um questionário contruído pelos próprios.

alguém sugerir um encontro físico, alguém solicitar fotografias de cariz sexual ou alguém pedir informações sexuais sobre o/a jovem). Ressaltamos a importância deste estudo, pois iremos mais tarde comparar esta referência com uma parte dos resultados obtidos na presente investigação.

Não obstante os desafios supramencionados, algumas características específicas da Internet como o *anonimato* e a *universalidade* (abordadas de seguida quando falarmos das potencialidades da Internet em conjunto com os comportamentos de risco dos jovens) impedem a atuação de controlos sociais (Smith, 2012; Suler, 2004), o que consequentemente dificulta o conhecimento da extensão real deste fenómeno.

Podemos então concluir que, apesar da prevalência do *grooming online* ser altamente variável devido às incongruências nos dados a nível internacional, advindas das várias dificuldades narradas, como o facto de não haver uma definição consensual e haverem poucos estudos sobre o *grooming online*, de ser uma atividade difícil de detetar até mesmo pelas próprias vítimas, é visível, através de alguns estudos internacionais realizados sobre vitimação sexual infantil online, o nível de prevalência da intenção de um indivíduo estabelecer contacto com um menor e potencialmente explorá-lo sexualmente (Kloess, Beech & Harkins, 2014). Destaca-se aqui o estudo recente de Branca, Grangeia e Cruz, o qual revelou que também em Portugal existem casos de experiências de vitimação por *grooming online*. É ainda necessário ter em consideração que a dificuldade em determinar a prevalência de qualquer forma de abuso sexual deve-se também ao sigilo, estigma e barreiras existentes tanto na revelação como na aproximação a estes casos (Webster, Davidson & Bifulco, 2014).

Posto isto, é possível que com a chegada da era digital os casos de *grooming* tenham aumentado significativamente (Estiarte, 2014), de modo que analisar as potencialidades de que a Internet é possuidora aliadas ao comportamento dos jovens é determinante para perceber melhor a exposição a este fenómeno.

3. Condutas online de risco e a natureza da Internet como elos para a vitimação sexual

Apesar de a Internet não ser, por si só, criadora de ofensas sexuais, algumas abordagens teóricas ao comportamento sexual enfatizam a importância do contexto em que a ofensa ocorre e como essa pode ser facilitada pela Internet (Wortley & Smallbone, 2006). Simultaneamente, outras abordagens focam-se mais nas condutas online dos jovens relativamente à exposição a ofensas sexuais. Deste modo, focar-nos-emos agora numa revisão

incidindo no vínculo que se estabelece entre as potencialidades da Internet e os comportamentos online dos jovens na relação com a exposição ao risco do *grooming online*.

Numa abordagem anterior, quando falámos das atividades online, referimos que algumas delas podiam constituir não só oportunidades para o indivíduo desenvolver competências pessoais e sociais como também riscos para a sua segurança online. Mas afinal o que se entende por “risco”? De uma forma breve e simplificada, podemos definir risco como a probabilidade de uma situação resultar em alguma perda, prejuízo ou dano para o indivíduo (Kaplan & Garrick, 1981, p. 12).

Numa ótica lógica, considerando que os adolescentes são o grupo que se envolve mais em atividades online interativas, participando em redes sociais, *chats* e *blogs* (Sasson & Mesch, 2014), são também o grupo que se expõe mais aos perigos da Internet (Sasson & Mesch, 2014; Livingstone, 2014), assim como os que mais têm condutas arriscadas ou inadequadas (Juan et al., 2014), ou seja, condutas que podem resultar em alguma perda, prejuízo ou dano.

Apesar de diferentes estudos utilizarem conceptualizações variadas sobre comportamento de risco online (Quayle, Jonsson & Loof, 2012), há uma série de comportamentos comuns às várias definições. Entre eles constam os que Ybarra, Mitchell, Finkelhor e Wolak (2007) sumarizaram no seu estudo: (a) Divulgar informação pessoal na Internet; (b) Interagir online com pessoas que não se conhece pessoalmente; (c) Falar online com pessoas desconhecidas sobre sexo; (d) Manter pessoas desconhecidas numa *buddy list*²⁴; (e) Usar a Internet para fazer comentários rudes e desagradáveis a outros; (f) Enviar informação pessoal a pessoas que se conhece apenas na Internet; (g) Fazer download de imagens de programas de partilha de arquivos; (h) Visitar propositadamente *sites* pornográficos e (i) Usar a Internet para envergonhar ou perturbar outras pessoas.

Posteriormente, Baumgartner et al. (2010), também numa tentativa de elucidar melhor esta temática, limitaram a sua definição à comunicação com pessoas desconhecidas, acrescentando, para além das já mencionadas, que procurar um contacto na Internet para ter relações sexuais e enviar fotos ou vídeos íntimos para alguém são também condutas que expõem os jovens à vitimação sexual online.

Todas essas condutas são geralmente observadas em plataformas de redes de comunicação, tais como as redes sociais, que pela sua natureza estimulante se têm

²⁴ Usualmente referida como uma lista de contactos onde estão incluídos amigos e familiares e que permite aos usuários terem conhecimento do momento em que os seus contactos estão disponíveis para conversar instantaneamente nessa rede (Computer Hope, 2018).

transformado longo dos tempos na principal forma de comunicação digital entre crianças e adolescentes (Miranda, 2015), tornando-se particularmente populares entre os adolescentes (Wolak et al., 2008) e alterando o seu modo de vida. Simultaneamente, estas estruturas sociais podem alargar o registo de experiências negativas na vida dos jovens, pois não só permitem mas também encorajam o indivíduo a trocar informação pessoal ou exibir detalhes pessoais, partilhar fotografias e vídeos, comunicar de forma privativa com um grande número de pessoas e partilhar interesses com qualquer outro indivíduo (Davidson & Gottschalk, 2011; Ybarra & Mitchell, 2008).

Contudo, apesar da divulgação de informação pessoal ser o comportamento de risco dos jovens mais comum na Internet (Livingstone & Haddon, 2009) e de estar presente em vários estudos que falam sobre o risco de vitimação infanto-juvenil online (i.e. entre crianças e adolescentes), outras descobertas sugerem que dar informação pessoal, por exemplo, não é individualmente um fator associativo a ser sexualmente vitimado na Internet (Ybarra et al., 2007). Ademais, as inúmeras afirmações de que as redes sociais constituem um perigo de vitimação sexual para os jovens não são fundamentadas pela pouca investigação feita até à data. Curiosamente, a vulnerabilidade dos jovens à vitimação parece estar mais associada ao seu comportamento interativo com outras pessoas (Wolak et al., 2008). Isto é fundamentado pelos estudos de Stahl e Fritz, em 2002, e Mitchell, Wolak e Finkelhor (centrando-se na utilização de *blogs*²⁵), em 2008, que mostraram que o risco de os jovens experienciarem solicitações sexuais está associado à interação entre os esses e outras pessoas que conhecem na Internet e não necessariamente em postar informações pessoais ou outro ato análogo. Especificamente em relação ao *grooming online*, Marcum et al. (2010) defendem que interagir com pessoas na Internet e dar informação pessoal a estranhos (ato que envolve interação) pode resultar numa maior probabilidade de ser vitimado.

Apesar de as redes sociais não representarem um aumento do risco de vitimação sexual (Ybarra e Mitchell, 2008), são um “ambiente criminogénico adequado para a predação” (Arntfield, 2015, p. 376). O anonimato, a acessibilidade de informação pessoal e a facilidade em contactar um vasto número de pessoas tornam-nas uma ferramenta útil para os predadores sexuais (Kierkegaard, 2008).

²⁵ *Blogs* são diários online (Lenhart & Madden, 2005) que contêm texto e multimédia (e.g. vídeos e fotografias) e que permitem as pessoas expressarem sentimentos, pensamentos e relatar eventos e experiências (Mazur, 2005) ou até mesmo incluírem informação pessoal sobre si próprias (Mitchell et al., 2008), podendo interagir com várias pessoas, sejam conhecidas ou desconhecidas (Mitchell et al, 2007; Finkelhor et al., 2006).

Pelo efeito desinibidor que a Internet proporciona, referido na Teoria da Desinibição Online (TDO) proposta por Suler (2004), muitos jovens (e adultos) adotam uma postura comportamental que pode ser um ímã para vários riscos e perigos na Internet. Esta teoria pretende explicar a razão pela qual as pessoas se comportam de forma mais desinibida na Internet. Suler defende que essa desinibição pode ser utilizada de forma positiva (e.g. as pessoas expressarem os seus sentimentos e revelarem aspetos pessoais sobre si próprias ou terem comportamentos generosos para com o outro online) ou negativa (e.g. as pessoas se sentirem livres para utilizarem violência no discurso ou ameaçarem outra pessoa). Independente da natureza da desinibição do próprio, a TDO alega que o sujeito não teria qualquer um desses comportamentos no mundo físico.

O *anonimato* da Internet, sendo um dos fatores principais que cria o efeito da desinibição online, permite que as pessoas possam, sem penalidades, esconder na Internet a sua verdadeira identidade ou até mesmo alterá-la (Suler, 2004), o que recorrentemente resulta no chamado “engano digital baseado na identidade” (Hancock, 2007). Nos últimos anos as redes sociais têm sido o meio mais utilizado por predadores sexuais para estabelecer contacto com jovens como parte do processo de *grooming* e é aqui que o anonimato da Internet tem um papel facilitador crucial, uma vez que permite que os ofensores manipulem os jovens furtivamente, levando-os por vezes a acreditar que estão comunicando com alguém mais novo, e conseguindo, a partir daí, criar o início de uma relação baseada no engano (Sutton, Jones & Allé, 2004), expondo o jovem a vários riscos de vitimação sexual.

No seguimento dos riscos de vitimação online, o Projeto *EU Kids Online I* classifica quatro tipos de riscos no uso da Internet: riscos comerciais, agressivos, sexuais e de valores negativos – alusivos a conteúdos, contactos e condutas (Livingstone & Bober, 2005).

Para efeitos desta dissertação apenas focar-nos-emos nos riscos sexuais de conteúdo, contacto e conduta. Assim sendo, é atribuído ao indivíduo (neste caso, crianças e adolescentes) um papel na eclosão dos vários riscos com que se depara. Então, o jovem pode ser (a) o *recetor* de **conteúdo** inapropriado e indesejável (por exemplo, receber pornografia – Hasebrink et al., 2008); (b) um *participante* no **contacto** com pessoas na Internet que não conhece, podendo isso resultar em ser aliciado/vítima de *grooming online* (Livingstone e Haddon, 2009; Livingstone et al., 2011) e pode ainda ser considerado (3) *ator* numa situação em que contribui com a sua **conduta** para receber conteúdos ou contactos de risco (e.g. criar ou fazer *download* de material pornográfico ou praticar *sexting*, isto é, enviar voluntariamente

mensagens sexuais e imagens sexuais de si próprio (Haddon & Ponte, 2012). Tanto os riscos de contacto como os de conduta podem expor o menor ao *grooming online*.

Posto isto, considerando a possibilidade de o jovem ter uma quota de responsabilidade na exposição a alguma experiência de vitimação sexual, a ideia construída pela sociedade à volta da presumível inocência e ingenuidade dos adolescentes é contestável, uma vez que não corresponde à realidade (Wolak et al., 2008; Wolak et al., 2004). A adolescência é um estágio desenvolvimental de crescimento cognitivo, biológico e psicológico (e.g. Soto, John, Gosling & Potter, 2011) em que a tomada de risco e o comportamento impulsivo são atos a ela frequentemente associados (Pharo et al., 2011). Portanto, neste período de desenvolvimento é comum um jovem procurar amplificar a sua rede social e procurar novos relacionamentos, levando frequentemente a experimentações sexuais (Quayle et al., 2012).

A *capacidade universal* da Internet (Davidson & Gottschalk, 2011) de alargar em grande escala o contacto entre várias partes e, em consequência, diminuir significativamente a distância entre essas partes (Afuah & Tucci, 2001) e de agir como uma *rede social dinâmica* (Davidson & Gottschalk, 2011), possibilitando aos indivíduos aumentarem e/ou diminuírem a sua rede social e ainda substituir elementos dentro da rede (CEOP, 2006), facilita em grande parte a probabilidade de contacto e possível relação romântica entre ofensores e potenciais vítimas (Davidson & Gottschalk, 2011).

Portanto, quando a natural inexperiência, procura de sensações e riscos e impulsividade dos adolescentes (Atkinson & Newton, 2010; Van Leijenhorst et al., 2010) se combinam num ambiente online com a sua tendência para explorar curiosidades e impulsos sexuais, a probabilidade destes se exporem a riscos na Internet aumenta (Whittle et al., 2014a; Wolak et al., 2008). Essa exposição reflete-se, inclusive, numa conduta comum em relações offline e online nesse período desenvolvimental, e que já foi mencionada acima: a troca de fotos e vídeos sexuais de si próprios (*sexting*) (Haddon & Ponte, 2012). No seguimento disto, o projeto internacional ROBERT²⁶, conduzido entre 2010 e 2012, e com um extenso trabalho feito com o intuito de tornar a interação online segura para jovens a partir do conhecimento de como e porquê essa interação pode conduzir ao abuso sexual, revelou que o comportamento

²⁶ Utilizando uma metodologia qualitativa com recurso a entrevistas ao longo de um período de dois anos, este projeto conta com uma análise de experiências de abuso sexual online e explora também estratégias utilizadas pelos ofensores no processo de *grooming online* e como é que o abuso se pode desenvolver no ambiente online. Recorrendo também a uma análise de 27 *focus group* a jovens, conduzidos em sete países europeus, o projeto tentou perceber não só os fatores de risco que estão relacionados com o abuso sexual online mas também os fatores de proteção. <http://www.childrenatrisk.eu/projects-and-publications/robert/>. Acedido a 01 de junho de 2018.

verbal sexualizado dos jovens estava associado à receção de solicitações sexuais ou ao *grooming online* (Quayle, Jonsson & Loof, 2012).

Não obstante, a Internet age também como um *canal de distribuição* de produtos (Afuah & Tucci, 2001). Isto significa que os ofensores sexuais podem utilizar a Internet não só para comunicar mas também para enviar prendas para a potencial vítima ou algo em que ela esteja interessada, ou até mesmo conteúdo em que ela não está interessada, como vídeos ou fotos pornográficas (Davidson & Gottschalk, 2011).

Num breve discurso, podemos então sumarizar que existem algumas características da Internet que facilitam a predação sexual online e que, pela sua natureza, são praticamente impossíveis de serem alteradas de modo a evitar qualquer tipo de vitimação online. No entanto, ainda que não possamos controlar totalmente a nosso favor as possibilidades da Internet, podemos (e devemos) controlar as nossas atitudes e condutas aquando da sua utilização, particularmente as crianças e adolescentes, que devem ter uma cautela superior e mais reflexiva dos seus comportamentos de modo a evitar possíveis experiências negativas.

4. Relação entre *grooming online* e outros conceitos

Quando estudamos o *grooming online* estudamos também uma série de fenómenos a ele relacionados. Ao longo de toda a literatura deparamo-nos com diferentes abordagens sobre o fenómeno, resultando numa análise de relações entre este e outros conceitos, nomeadamente a pedofilia, o *cyberbullying* e o abuso sexual intrafamiliar.

4.1. *Grooming* e pedofilia

Nas caracterizações dos *media* sobre os ofensores online de menores (incluindo aqui os *groomers*) está implícita a noção de que estes indivíduos são altamente motivados e repetitivos, com um interesse sexual desviante por menores (Wolak et al., 2008). Aqui denota-se desde logo a importância de diferenciar estes ofensores de pedófilos.

Primeiramente, os ofensores sexuais online têm uma compulsão ou atração sexual maioritariamente por adolescentes (12-17 anos) (Wolak et al., 2004) e um comportamento sexual abusivo e ilegal para com esses (Kolpakova, 2012, p. 22); os pedófilos, por sua vez, apresentam uma preferência sexual por crianças. Pedofilia é um termo clínico, inserido nas perturbações parafilicas do DSM-V, que caracteriza um indivíduo que tem fantasias e/ou

impulsos sexuais, ou comportamentos, recorrentes e intensos, que envolvem atividade sexual com crianças pré-púberes (normalmente com 13 anos ou menos) por um período mínimo de 6 meses (American Psychiatric Association, 2014). Ademais, um estudo feito nos EUA por Briggs, Simon e Simonsen (2011), com 51 criminosos sexuais na Internet cujo modo de atuação era através de *chat rooms*, concluiu que nenhum desses apresentava o diagnóstico de pedofilia.

Seria mais difícil para um pedófilo utilizar a Internet para executar uma ofensa sexual diretamente contra uma criança, uma vez que as crianças não são tão acessíveis online quanto os adolescentes (Wolak et al., 2008). Isto deve-se a) ao facto de as crianças utilizarem a Internet com menos frequência do que os adolescentes e, por isso, estarem menos expostas à vitimação online (Staksurd e Livingstone, 2009), b) aos diferentes usos que os jovens dão à Internet dependendo da faixa etária, sendo que as crianças utilizam maioritariamente para jogos interativos e são também mais frequentemente monitorizadas pelos pais (Wolak et al., 2008) e também c) à sua etapa desenvolvimental, visto que as crianças estão menos interessadas que os adolescentes em relacionamentos, sexo e romance, logo, são menos propensas a responder às insinuações de predadores sexuais na Internet (DeLamater & Friedrich, 2002).

Num estudo de Wolak, Finkelhor e Mitchell (2004), estes autores notaram que 99% da sua amostra de *groomers* tecnicamente não podiam ser categorizados pedófilos, dado que as suas vítimas eram adolescentes na faixa etária entre os 13 e os 17 anos. Para estes casos é por vezes utilizado na literatura o termo “hebefilia” ou “efebofilia” (Wolak et al., 2008), a qual designa a atração sexual de um adulto por pré-adolescentes ou adolescentes mais velhos (respetivamente) (Hames & Blanchard, 2012), do mesmo ou de ambos os sexos (Estes, 2001).

Curiosamente, ao contrário da pedofilia, a hebefilia ou efebofilia não é categorizada como parafilia no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (American Psychiatric Association, 2014). Tampouco é considerada uma atração sexual desviante, visto que os adolescentes podem em determinadas situações serem vistos como possuidores de maturidade sexual (Wolak et al., 2008). No entanto, o ato sexual entre adultos e adolescentes pode ser ilegítimo (Wolak et al., 2014) e, portanto, a hebefilia/efebofilia é vista como uma violação das normas legais e sociais (Berliner, 2002 – em Wolak, Finkelhor, Mitchell & Ybarra, 2008).

Em conclusão, a diferença entre os ofensores sexuais online de menores e os pedófilos reside não só na preferência na idade dos jovens mas também na condição psíquica de cada

qual. Um abusador sexual, à partida, não é diagnosticado com uma psicopatologia sexual desviante. Já um pedófilo é possuidor de uma perturbação sexual desviante e exclusiva por crianças pré-púberes. É importante ressaltar que apenas uma porção reduzida de ofensores sexuais (online) de menores sofrem da perturbação de pedofilia, sendo por isso imprescindível ter este facto em consideração quando falamos de abuso sexual de menores, de modo a que não categorizemos todos estes ofensores como inimputáveis para efeitos legais.

4.2. *Grooming* e *cyberbullying*

Com a expansão da utilização das tecnologias de informação e comunicação, novas formas de agressão online têm surgido (e.g. del Rey, Elipe & Ortega-Ruiz, 2012). Estas agressões não são somente iniciadas por adultos contra menores, mas também entre jovens da mesma faixa etária, como é o caso do *cyberbullying* (Wachs, Wolf & Pan, 2012). Patchin e Hinduja (2006) definem *cyberbullying* como qualquer comportamento realizado através de meios digitais por indivíduos ou grupos que, repetidamente, têm conversas hostis e agressivas com o intuito de causar dano ou desconforto a outros em qualquer circunstância espacial. Este tipo de agressão pode ainda evoluir para comportamentos mais excessivos, como por exemplo ameaçar a vítima enviando ou publicando mensagens cruéis e/ou gráficas (Mason, 2008).

Grooming online e *cyberbullying* são dois fenómenos distintos, mas que partilham algumas semelhanças. Em ambos os casos os ofensores utilizam meios de comunicação de massa para perpetuar a ofensa; as suas relações com as vítimas baseiam-se no desequilíbrio de poder e em ambos os casos os ataques são propositados e com um carácter repetitivo (Wachs et al., 2012). Também como verificado no *grooming online*, nas experiências de *cyberbullying* a verdadeira identidade do ofensor pode não ser conhecida (Kolpakova, 2012).

O carácter repetitivo acima mencionado poderá também ser observável na possibilidade de, como já referimos, uma vítima de *cyberbullying* ser revitimizada por um *groomer* (Wachs et al., 2012). Quando, por exemplo, um adolescente que foi vítima de *cyberbullying* teve imagens íntimas suas expostas na Internet a denegri-lo, um *groomer* pode aproveitar-se dessa situação (Wachs et al., 2012) para posteriormente sujeitar o adolescente às suas intenções, confrontando-o com esse material. Este último ponto vai ao encontro também do que analisámos no início deste enquadramento sobre a exploração sexual de menores na Internet.

Outro aspeto adicional reside no grupo de vítimas. Vários estudos mostraram que vítimas de *cyberbullying* apresentaram dificuldades na componente social (Wachs et al.,

2012). Estes indivíduos são mais frequentemente rejeitados (Nansel et al., 2004) e excluídos de atividades online pelos pares (Wachs & Wolf, 2011) e têm poucos amigos com quem possam confidenciar problemas diários (Ladd & Troop-Gordon, 2003). Por estes fatores, jovens vítimas de *cyberbullying* parecem ser mais vulneráveis e alvos de seleção por *groomers* que fingem relações afetivas (Wachs et al., 2012).

Em 2011, na Alemanha, Wachs, Wolf e Pan (2012)²⁷ realizaram um estudo sobre associações entre *cyberbullying* e *grooming online*, aclamando ter sido a primeira evidência empírica produzida sobre esse tópico. O estudo contou com a participação de 518 jovens estudantes do 5º ao 10º ano, entre os quais 5,4% (N = 28) tinham sido vítimas de *cyberbullying* e 6,5% (N = 34) tinham sido vítimas de *grooming online*. Fixando-se nestes resultados, os autores pretenderam investigar associações entre ambos os fenómenos e descobriram que os participantes que foram vítimas de *cyberbullying* apresentavam maior suscetibilidade de serem vítimas de *grooming online*. Através de uma regressão logística, concluíram que ser vítima de *cyberbullying* era um forte preditor de ser vítima de *grooming online* ($p \leq ,001$).

Podemos então concluir, a partir do acima constatado, que o *grooming online* e o *cyberbullying* apresentam aspetos comuns entre eles, não a nível conceptual mas a nível contextual, da relação ofensor-vítima (desigualdade de poder), da repetição da ofensa e do anonimato do ofensor. Além destas, vimos que o carácter vulnerável da personalidade de alguém vítima de *cyberbullying* pode constituir um fator de risco também para o *grooming online*.

4.3. *Grooming* e abuso sexual intrafamiliar

A extensão em que a Internet é utilizada para o cometimento de crimes de natureza sexual contra menores vai muito além do contacto entre um adulto e uma vítima que não se conhecem, como são comumente estereotipadas pelo público estas situações (Kloess, Beech & Harkins, 2014). A Internet não só fornece novas oportunidades para expandir o abuso sexual (Kloess et al., 2014) como também afeta a natureza e as dinâmicas do abuso sexual que ocorre dentro do seio familiar (Mitchell, Finkelhor & Wolak, 2005), pois contrariamente ao

²⁷ Este estudo teve 3 objetivos: 1) Investigar os fatores de risco associados ao *grooming online*, 2) analisar a associação entre ser vítima de *cyberbullying* e ser vítima de *grooming online* e 3) identificar várias estratégias de *coping* e a sua eficácia. A amostra consistiu em 518 estudantes do 6º ao 10º ano escolar aos quais foi administrada uma entrevista assistida por computador.

que se observava no tempo passado, atualmente alguns ofensores sexuais online escolhem vítimas pertencentes à sua própria família (Juan et al., 2014).

Portanto, o abuso sexual pode ocorrer de duas formas: extrafamiliar, quando ocorre fora do agregado familiar (Libório, 2005) ou intrafamiliar (Lima & Alberto, 2012), quando ocorre dentro do seio familiar, onde um membro da família envolve ou expõe a criança a comportamentos ou atividades sexuais (The National Child Traumatic Stress Network, 2009).

Apesar de muitas estatísticas sobre casos de abuso sexual intrafamiliar não revelarem nada sobre se o abuso ocorreu, em determinado ponto, por via de meios digitais, é errado partir do pressuposto de que casos de abuso sexual online na família não estão presentes na sociedade. Na realidade, alguns estudos mostram evidências neste sentido. Por exemplo, Mitchell, Finkelhor e Wolak (2005), descobriram que alguns dos motivos para os quais a Internet era comumente utilizada por ofensores familiares²⁸ era para (a) seduzir ou aliciar as vítimas através de diálogos de teor sexual, (b) enviar-lhes conteúdo sexual (e.g. fotografias íntimas ou pornografia) e (c) para marcar encontros com propósitos sexuais. Essas três ações são, como já constatado anteriormente, indicadores de *grooming online*.

Em síntese, da mesma forma que o abuso sexual pode ocorrer tanto fisicamente/presencialmente como através da Internet, também pode ser cometido, de ambas as formas, por membros familiares, e é necessário desmistificar uma ideia contrária. Existe alguma evidência empírica que vem corroborar esta questão, todavia, estatisticamente torna-se particularmente complicado conhecer a prevalência do *grooming online* dentro da família em alguns países (incluindo Portugal), pelos motivos que apresentámos previamente no ponto da prevalência e incidência.

5. Vulnerabilidades e percepção do risco online

Até esta secção abordámos fatores que podem contribuir para o surgimento ou a exposição dos jovens a experiências negativas online, como a frequência de acesso à Internet, as atividades online e/ou as condutas arriscadas. Como nos dizem alguns teóricos, não podemos assumir cada fator de risco isoladamente na probabilidade de vitimação, mas sim considerar a combinação de vários fatores que reduzem a resiliência de um jovem e que, em

²⁸ Este estudo, realizado nos EUA, contou com a análise de 126 registos de detenções entre 2000 e 2001 por crimes sexuais iniciados pela Internet contra menores, onde 52 casos eram de ofensores familiares das vítimas e 74 eram ofensores conhecidos das vítimas. Os dados recolhidos foram fornecidos por agências de forças de segurança.

troca, aumentam a sua probabilidade de resposta (Whittle et al., 2013; Ybarra, Mitchell, Finkelhor & Wolak, 2007). Deste modo, não podemos deixar de abordar agora uma série de outros fatores que encontramos na literatura suscetíveis de tornar as crianças e adolescentes mais vulneráveis ao *grooming online*, desta vez focados no próprio indivíduo e nas suas relações com os outros e o mundo.

Nesta secção iremos ainda versar sobre a percepção dos jovens sobre os riscos online e, sublinha-se, de maior relevo para a investigação em causa, a percepção dos pais/educadores sobre esses riscos.

5.1. Vulnerabilidades dos jovens ao *grooming online*

Quando queremos analisar a vulnerabilidade de um jovem a qualquer tipo de risco é preciso considerar os fatores de risco e de proteção dentro dos diferentes níveis ecológicos propostos por Bronfenbrenner (1979) (Hamilton-Giachritsis, Peixoto & Melo, 2011). Este modelo, composto por quatro níveis (individual, relacional, comunitário e social), permite compreender os vários fatores que expõem o indivíduo a riscos de violência, assim como os fatores que o protegem de tais riscos, e sugere ainda que é necessário operar em cada um dos diferentes níveis no planeamento da prevenção (Dahlberg & Krug, 2002). Aqui não nos interessa debruçar na análise do modelo ecológico, mas apenas ter em conta que a violência interpessoal (incluindo a violência sexual) resulta da interação entre vários fatores a nível individual, relacional, comunitário e social (partindo da adaptação do modelo ecológico para a análise da violência, OMS, 2005, p. 13).

Uma revisão da literatura feita por Whittle, Hamilton-Giachritsis, Beech e Collings (2013) resumiu alguns fatores de risco e de proteção associados ao *grooming online*, considerando vários fatores com impacto no próprio indivíduo, incluindo características do próprio, fatores associados à família, à comunidade, à sociedade e ao grupo de pares (Whittle et al., 2014b). Quer isto dizer que quando o abuso ocorre, é afetado por fatores pertencentes à própria criança (individuais), à família e à comunidade e cultura em que esta se insere (Belsky, 1980).

Tendo em conta os interesses do presente estudo, iremos então dar conta da revisão feita por Whittle et al. (2013), analisando características individuais (idade e género) e fatores associados à família (estatuto socioeconómico da família, relação pais-filhos, problemas familiares) e à comunidade (ambiente de residência).

5.1.1. Idade

Diversos estudos na literatura demonstraram que a taxa de prevalência de vitimação de crimes/ofensas sexuais online (inclusive o *grooming online*) é mais elevada em adolescentes mais velhos (15-17 anos) (Montiel, Carbonell & Pereda, 2015; Whittle et al., 2013; Wolak et al., 2008; Wolak et al., 2004; Dombrowski et al., 2004). Num estudo espanhol realizado em 2015, onde participaram jovens dos 12 aos 17 anos, encontrou-se números de prevalência de vitimação de *grooming online*²⁹ mais elevados em adolescentes de 16 e 17 anos (25,6%) e valores menores em adolescentes de 12 e 13 anos (9,6%) (Montiel et al., 2015). Então, os adolescentes estão em maior risco de receberem solicitações sexuais indesejadas em relação a crianças e adultos (Quayle, Jonsson & Loof, 2012; Wolak et al., 2012; Finkelhor et al., 2009; CEOP, 2008; Mitchell & Finkelhor, 2001), o que pode ser explicado por três motivos: (1) Pelo nível mais elevado de comunicação e acesso digital que têm em relação às crianças (Livingstone et al., 2001); (2) pela natureza inerente do comportamento na fase da adolescência que os expõe mais aos riscos (Whittle et al., 2013) e (3) pela maior curiosidade sexual (Livingstone et al., 2011; Baumgartner et al., 2010).

Atendendo à globalidade dos estudos que analisam as relações entre a faixa etária e a vitimação sexual online, é seguro afirmar que, olhando para as finalidades do uso da Internet por crianças, adolescentes e adultos e para a natureza do comportamento em cada um dos grupos etários, o período desenvolvimental da adolescência parece ser o mais vulnerável à exposição aos perigos e riscos da Internet.

5.1.2. Género

Na relação entre género e vitimação sexual online há uma consistência nos estudos que demonstram que as raparigas são mais propensas a serem vitimadas na Internet do que os rapazes (e.g. Baumgartner et al., 2010; Wolak et al., 2008; Mitchell, Finkelhor & Wolak, 2001). Apesar de os rapazes utilizarem mais a Internet do que as raparigas (Livingstone et al., 2011), a diferença de género no que concerne à probabilidade de ser abordado sexualmente é significativa em prejuízo das raparigas, i.e., as raparigas tendem a ser mais provavelmente vitimadas do que os rapazes (Whittle et al., 2013).

²⁹ Os autores consideraram *grooming online* qualquer solicitação (de um adulto) para o menor participar em alguma atividade sexual, conversa sexual ou para dar informação sexual sobre si próprio.

Em 2000, Finkelhor, Mitchell e Wolak descobriram, numa amostra de 1 501 jovens entre os 10 e os 17 anos, que as raparigas eram alvo de solicitações sexuais quase duas vezes mais que os rapazes (66% para 34%). Resultados semelhantes foram encontrados por Mitchell *et al* (2007). Também Estiarte e Adillón (2016)³⁰ e Winters e Jeglic (2017) descobriram que a percentagem de raparigas vítimas de *grooming online* era significativamente mais elevada que o sexo oposto.

Contudo, é importante esclarecer que, apesar de as raparigas estarem em maior risco de vitimação, um número significativo de vítimas de abuso sexual (online e offline) são rapazes (Wolak et al., 2008; Finkelhor et al., 2000). Alguns estudos sugerem que os rapazes têm geralmente maior probabilidade de encontrar e criar riscos na Internet, porém, as raparigas são mais propensas a serem afetadas (por exemplo, ficarem perturbadas) pelos riscos e conteúdos (Livingstone & Haddon, 2009).

5.1.3. Situação familiar

Algumas vulnerabilidades parentais e familiares alusivas à vitimação (sexual) online têm começado a ser reconhecidas (Whittle et al., 2013). Existem diversos fatores de proteção dentro da dimensão familiar contra o *grooming online* que incluem a monitorização parental do uso da Internet dos filhos e os filhos estarem cientes dessa monitorização, e relações parentais favoráveis (Whittle et al., 2013).

Os jovens cujos pais/educadores intervêm no que eles fazem na Internet parecem experienciar menos episódios negativos em relação a outros jovens que não têm essa intervenção. Este conteúdo será melhor desenvolvido adiante no ponto da mediação parental dos riscos online. No entanto, tendo em conta a questão dos fatores de risco e de proteção dentro do seio familiar, fazemos uma breve menção ao Projeto *EU Kids Online*, o qual realizou um trabalho extenso sobre questões relacionadas com a vitimação online dos jovens e as estratégias utilizadas pelos pais para proteger os filhos dos riscos online, e descobriu que algumas dessas estratégias utilizadas estavam associadas a uma redução dos riscos online (Livingstone et al., 2011).

³⁰ Neste estudo foram utilizadas como variáveis alguns comportamentos indicadores de *grooming online* tendo por base solicitações sexuais, comparando a taxa de vitimação atendendo a ofensores adultos e ofensores da mesma faixa etária que a vítima.

Em contrapartida, existem também fatores de risco dentro da família que contribuem para o aumento da probabilidade do risco de vitimação online. Vários estudos indicam que os jovens que têm uma relação pobre e/ou conflituosa com os seus pais ou que têm outras dificuldades familiares são mais suscetíveis a receberem abordagens sexuais online ou ao *grooming online* (Wells & Mitchell, 2008; Wolak et al., 2008; Mitchell et al., 2007; Wolak et al., 2004; Berson, 2003). Alguns relacionamentos online (de amizade ou romance) são formados por adolescentes problemáticos ou com um nível considerável de problemas na sua vida (Wolak et al., 2003) ou quando tentam cobrir necessidades de afeto e atenção (Wolak et al., 2008). Também os jovens que estão inseridos num seio familiar monoparental ou em famílias reconstruídas parecem estar em maior risco de vitimação (Whittle et al., 2014b), contudo, isto não é consolidado por um número agregado de estudos.

Conclui-se assim que a família pode atuar como um agente ao nível da proteção dos riscos que os jovens podem encontrar na Internet mas também pode ser um dos motivos que aumenta a vulnerabilidade dos jovens a esses riscos. Pais ativamente envolvidos no uso da Internet dos filhos e uma boa relação pais-filhos é essencial para a proteção desses contra a vitimação online, enquanto a falta de envolvimento nas atividades online dos filhos, uma fraca ou má percepção da qualidade na relação pais-filhos, o jovem ter uma família reconstituída, entre outros, poderá ter um resultado contrário e contribuir para aumentar a vulnerabilidade aos riscos e à vitimação sexual na Internet.

O estatuto socioeconómico das famílias parece ser também um tópico abordado em relação ao *grooming online*, pois existe alguma evidência empírica de que pode contribuir positivamente para a exposição do menor ao risco online.

Jovens provenientes de famílias de estatuto socioeconómico e elevado, quando comparados com jovens provenientes de famílias com possibilidades financeiras mais desfavorecidas, geralmente têm maior acessibilidade à Internet em casa, têm pelo menos um computador e também equipamentos móveis com Internet (Simões, Ponte, Ferreira, Doretto & Azevedo, 2014). Assim sendo, é mais provável que os jovens provenientes de famílias com maiores posses financeiras utilizem a Internet a maiores níveis e desenvolvam mais experiência e habilidades online, levando-os a que experienciem mais oportunidades online e, por isso, estejam também mais expostos aos riscos (Livingstone & Haddon, 2009; Livingstone & Bober, 2004). No entanto, as investigações feitas neste âmbito são incongruentes.

Os resultados do Projeto *EU Kids Online* mostraram que, embora as famílias com estatuto social mais elevado possam maior capacidade financeira para proporcionar aos jovens acesso à Internet, são precisamente as crianças provenientes de famílias de meios socioeconómicos mais desfavorecidos que parecem estar mais expostas aos riscos online (Livingstone & Haddon., 2009) e ser mais propensas a experienciar solicitações sexuais (Suseg et al., 2008).

Contrariamente a estes estudos, Livingstone et al. (2011) reportaram que os jovens de estatuto socioeconómico mais elevado possuem uma rede de contactos mais diversificada, incluindo pessoas que não conhecem pessoalmente, e são mais propensos a receberem solicitações sexuais online. Os autores descobriram que jovens com condições financeiras mais baixas são menos propensos a encontrarem esse tipo de riscos na Internet, contudo, quando se deparam com tais riscos sentem-se mais perturbados ou incomodados. Esta descoberta pode indicar que jovens de famílias de estatuto socioeconómico mais elevado são mais resilientes a fatores de risco online em relação a jovens de um grupo socioeconómico mais baixo (Whittle et al., 2013).

Como acima se explicitou, conclui-se que a investigação em torno da relação entre o estatuto socioeconómico e a vitimação sexual online (incluindo o *grooming*) é claramente contraditória e inconclusiva (Whittle et al., 2013), sendo por isso necessárias mais investigações nesse sentido. Os riscos online não estão correlacionados somente com níveis de privação da Internet (Livingstone et al., 2005), logo, voltamos a lembrar que quando queremos avaliar a vulnerabilidade ao *grooming online* é particularmente importante ter em conta a combinação do ESE com outros fatores considerados de risco.

5.1.4. Comunidade: ambiente e área de residência

Tal como o estatuto socioeconómico, estudos empíricos relativamente a vulnerabilidades dentro do ambiente em que se reside e a relação com o *grooming online* são também ainda escassos (Whittle et al., 2013).

Quayle, Jonsson e Loof (2012) descobriram que os jovens que vivem em grandes cidades e com os seus familiares parecem estar em maior risco de vitimação online em relação aos que vivem em zonas rurais ou estão institucionalizados. Em consonância com este estudo, Mitchell et al. (2010) constataram que as vítimas (adolescentes) de ofensores sexuais nas redes sociais viviam maioritariamente em zonas urbanas.

Curiosamente, Peter, Valkenburg e Schouten (2006) observaram que uma das razões pelas quais os jovens comunicavam com pessoas desconhecidas pela Internet era por tédio. Partindo desta premissa, podemos deduzir então que os jovens que vivem em áreas com menos estimulação (potencialmente áreas rurais) podem ser mais propensos a responder a *groomers* na Internet (Whittle et al., 2013).

Aqui é importante lembrar que uma maior exposição ao risco de se deparar com um predador sexual na Internet não conduz necessariamente a uma maior probabilidade de responder aos avanços de um, pois tal como referido anteriormente, alguns jovens, embora mais expostos ao risco, são também mais propensos a serem resilientes e a resistirem aos avanços de um ofensor (Whittle et al., 2013).

Em suma, alguns dos estudos até agora publicados apontam no sentido de uma relação entre a área de residência e a vitimação sexual online. Contudo, tais estudos são ainda escassos, sendo necessárias mais investigações para podermos retirar conclusões concretas sobre esta questão.

5.2. Percepções dos jovens dos riscos online

Considerando tudo o que foi até aqui explanado, uma conclusão importante a retirar é que a Internet (ou o ciberespaço) pode ser um ambiente criminógeno para os perigos de vitimação sexual online, incluindo o *grooming online*. Isto é, um ambiente que ajuda a fornecer as condições que produzem o crime ou a criminalidade sexual. Assim sendo, importa saber se os jovens estão informados dos perigos que podem encontrar na Internet e que, posteriormente, podem conduzi-los a uma situação de *grooming*.

Van der Hof e Koops (2011) alegam que, com alguma regularidade, os adolescentes não estão conscientes dos riscos que podem surgir das suas atividades online. Ainda que não tenhamos conseguido encontrar densidade de informação suficiente sobre este tópico na literatura, deparamo-nos com esforços de alguns investigadores em explorar esta temática, tais como Iglesias, Larrañaga e del Río (2015) que, contrariando a visão de van der Hof e Koops, chegaram à conclusão que a maioria dos jovens está efetivamente ciente dos riscos que pode encontrar online mas que ainda assim (alguns) optam por se expor a esses riscos. Uma das razões pela qual isto poderá acontecer passa pela sua própria sobrevalorização face às consequências negativas resultantes desses riscos e/ou porque estimam que os efeitos

positivos resultantes das suas ações são superiores aos riscos (Court, 2013; Baumgartner et al., 2010) – algo que nos lembra a já aludida Teoria da Escolha Racional.

Também pelo relatório de 2016 providenciado pelo Ofcom, é possível ter conhecimento que mais de metade dos adolescentes entre os 12 e os 15 anos (N=463, 74%) que utilizam a Internet concordaram que a maioria das pessoas age de forma diferente na Internet e 41% da amostra entre os 8 e os 15 anos (N= 908) preocupa-se que alguém possa encontrar informação sobre eles próprios na Internet (Ofcom, 2016).

A questão de género é também evidente em matérias relacionadas com a percepção do risco, sendo as raparigas identificadas como mais vulneráveis do que os rapazes (Quayle, Jonsson & Loof, 2012; Webster et al., 2012).

Além da importância do conhecimento daquilo que os jovens percecionam como risco e da consciência dos perigos que possam encontrar, interessa-nos conhecer particularmente a percepção dos pais acerca dos riscos e perigos da Internet, para que numa fase posterior se possa articular a literatura com os nossos resultados obtidos, sendo esta temática o cerne desta dissertação.

5.3. Percepções parentais dos riscos online

Usualmente os pais têm uma visão positiva da utilização da Internet e encorajam os filhos a usufruírem das inúmeras vantagens que ela oferece, ao nível de novas aprendizagens, entretenimento, enriquecimento e crescimento pessoal. Essa visão e conduta encorajadora por vezes possui um carácter ambivalente, pois simultaneamente muitos pais estão conscientes dos potenciais riscos e perigos que podem advir do uso da Internet (Ceyhan, 2011; Livingstone & Bober, 2005) e mostram-se mais protetores na utilização da mesma pelos filhos.

Porém, apesar desta ideia de que muitos pais reconhecem a esfera negra do mundo online, também um número elevado subestima a frequência com que os filhos experienciam riscos ou experiências negativas. Por exemplo, Liao et al. (2008), num estudo realizado em Singapura, inquiriram adolescentes e os seus pais sobre a exposição dos primeiros a conteúdo inapropriado na Internet (conteúdo pornográfico, agressivo e violento). Os resultados revelaram uma discrepância entre os relatos das crenças dos pais e os relatos da exposição dos filhos. Os autores confirmaram que os pais subestimam os riscos que os filhos experienciam

online e, em contrapartida, sobrestimam a monitorização da segurança online que fazem em sua casa.

Semelhantemente, resultados do estudo *UK Children Go Online* mostraram que as crianças e adolescentes (9-19 anos) reportaram níveis mais elevados de experiências negativas online ou de risco (e.g. receber comentários indesejados de teor sexual; encontrar-se com alguém que conheceu online) em comparação ao que é percebido pelos pais (Livingstone & Bober, 2005). O mesmo é verificado pelo Projeto *EU Kids Online II* (Livingstone et al., 2011), inquirindo jovens entre os 9 e os 16 anos e um dos seus pais, e por Symons et al. (2017), na Bélgica, inquirindo 357 famílias com filhos entre os 13 e os 18 anos.

Então, considerando os resultados desses estudos, a conclusão mais lógica a retirar é a possibilidade de os pais sobestimarem o conhecimento que têm sobre as experiências online dos seus filhos (Symons et al., 2017). Adicionalmente, se os pais/educadores acreditam que os filhos estão em menor risco, ou são mais capazes de se protegerem em relação a outros jovens, podem não se preocupar tanto em utilizar estratégias que os protejam dos riscos/perigos da Internet (Byrne et al., 2014; Livingstone & Bober, 2005).

Aliada à percepção do risco online estão as preocupações dos pais sobre o uso que os filhos dão à Internet (também alvo de análise nesta investigação) e o impacto que essa utilização pode ter nos mesmos. Os dados obtidos no Eurobarómetro³¹ de 2008 são interessantes nesse sentido. O Eurobarómetro analisou a percepção dos pais sobre a utilização da Internet dos filhos conduzindo entrevistas telefónicas na Europa a uma amostra de aproximadamente 12,750 pais/educadores de menores entre os 6 e os 17 anos.

O relatório revelou que a nível nacional a maioria dos pais mostrou-se preocupada com diversas situações acontecerem com filhos, como por exemplo visualizarem imagens explícitas sexuais ou violentas na Internet, isolarem-se socialmente devido à utilização constante e diária da Internet, partilharem informação pessoal/privada e serem vitimados online (e.g. *cyberbullying*). Nessas preocupações foi destacada os filhos serem vítimas de *grooming online* (89%) (Eurobarómetro, 2008).

Ponte e Simões (2009) propõem a hipótese de que a utilização (ou a não utilização) da Internet pelos pais possa explicar, em parte, as suas preocupações relativamente ao que os

³¹ Os objetivos passaram por analisar o uso da Internet dos jovens e dos pais; preocupações dos pais sobre os riscos online; contextos em que os menores recorriam aos adultos para pedir ajuda; estratégias de proteção online utilizadas pelos pais para mediar o uso da Internet dos menores; tipo de organizações às quais os adultos podem reportar alguma situação problemática ocorrida na Internet; percepções dos adultos sobre ações que poderiam contribuir para uma utilização mais segura da Internet e recursos preferenciais desses para obter informação sobre a utilização segura da Internet (Eurobarómetro, 2008).

seus filhos possam encontrar online. Vemos no Eurobarómetro (2008) que os pais “utilizadores ocasionais” ou “não utilizadores” temem mais todos os tipos de riscos anteriormente mencionados em relação aos pais que utilizam frequentemente a Internet. Portanto, de acordo com esses dados, quanto menor a utilização da Internet pelos pais, maior é a sua preocupação com os riscos online que os filhos podem encontrar.

Estas preocupações variam também de acordo com a idade dos filhos. Isto pode ser explicado pelo facto de a percepção do risco depender das representações parentais sobre o comportamento dos filhos em diferentes idades e também porque o controlo parental pode variar de acordo com a idade dos filhos (Ponte & Simões, 2009). O Eurobarómetro (2008) mostrou que, no geral, pais com níveis de escolaridade mais baixos, pais com filhos com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos e pais com filhas estão mais preocupados com a sua segurança online. Esta diferença na preocupação relativamente ao sexo é evidenciada em outros estudos. Sorbring (2014), por exemplo, concluiu no seu estudo que os pais temem mais que as filhas tenham contacto com “pessoas perigosas”, serem vítimas de *bullying* ou sentirem desconforto face à presença de conteúdo online inapropriado em relação aos filhos.

De referir que dois dos objetivos da presente investigação serão analisar especialmente as questões acima mencionadas relacionadas com a percepção parental dos riscos online (mais especificamente a percepção dos pais do risco de vitimação por *grooming online*) e também as preocupações dos pais com os riscos online que os filhos podem encontrar.

Em conclusão, podemos afirmar que a utilização dos novos meios de comunicação digital tem evoluído para uma privatização, permitindo que os jovens acessem a esses meios em qualquer local, longe da visibilidade dos pais (Livingstone, 2010), o que suscita nos últimos preocupações relativamente a situações ou experiências menos positivas com as quais os filhos possam deparar-se ou experienciar. Essas preocupações parecem variar de acordo com alguns fatores como a utilização da Internet e o nível de educação dos pais/educadores e a idade e género dos filhos/educandos. É também essencial que os adultos tenham conhecimento legítimo das atividades online dos filhos/educandos e experiências desses no mundo digital (Symons et al., 2017) para que assim consigam orientar e adequar medidas de prevenção/proteção à utilização da Internet dos jovens, sendo isso o que analisaremos de seguida.

6. Práticas preventivas parentais do *grooming online*

No seguimento das preocupações sobre a segurança online dos jovens são-nos apresentadas pela comunidade científica diversas práticas ou estratégias de prevenção a serem empregues pelos mais variados agentes³² que podem ser utilizadas nos esforços para garantir a segurança online dos jovens. Atendendo à razão de que esta investigação fará uma análise empírica dos dados em conjunto com a variável da mediação parental, aqui iremos focar a revisão da literatura apenas nas práticas preventivas parentais, até porque parecem ser as que recebem maior atenção na literatura.

No que diz respeito às práticas parentais, o papel dos pais/educadores na utilização dos meios digitais e as atitudes que tomam em relação aos comportamentos de risco dos jovens é um fator que tem sido estudado como minimizador na relação com os riscos que os jovens encontram online (Sasson & Mesch, 2014).

Uma observação feita por vários investigadores é que os pais geralmente têm menos conhecimentos sobre as tecnologias do que os filhos (Vismara et al., 2017; Haddon, 2012; Prensky, 2001). No entanto, evidência constatada no Projeto *EU Kids Online I* é que esta situação se torna cada vez menos exata, uma vez que um grande número de pais está fazendo uso da Internet a um nível cada vez mais crescente (Hasebrink et al., 2008). Isto é extremamente positivo na medida em que é fundamental o envolvimento dos pais nas atividades online dos filhos para que esses possam compreender e gerir melhor o seu comportamento online e estarem mais informados dos riscos aos quais possam estar expostos (Vismara et al., 2017). Quando isto acontece, há uma maior probabilidade de os pais conseguirem ajudar a prevenir eficazmente os comportamentos de risco e as experiências online negativas dos filhos (e.g. Livingstone & Helsper, 2008) através de práticas de mediação.

Os pais, sendo considerados os principais responsáveis pela educação dos filhos para a utilização da Internet (Maidel & Vieira, 2015), têm também sob o seu encargo mediar o uso que eles dão à mesma (Guo & Nathanson, 2011). Neste sentido, a mediação parental pode ser

³² A utilização da Internet dos jovens é mediada sobretudo por 3 agentes: pais/educadores, professores e pares (Iglesias, Larrañaga & Río, 2015; Livingstone et al., 2011), sendo que as mais comuns são focadas em controlos tecnológicos e medidas psicoeducacionais direcionadas a educadores (Ver *Protecting Children From Online Sexual Predators: Technological, Psychoeducational, and Legal Considerations* - Dombrowski et al., 2004, p. 69-70). Além destes, outras práticas de prevenção dos riscos online e do *grooming online* passam pela literacia digital dos próprios jovens (Livingstone et al., 2017), campanhas de educação para a comunidade sobre os riscos da Internet e comportamentos seguros a ter, regular os conteúdos da Internet por prestadores de serviços e medidas direcionadas a policiais, nomeadamente para monitorizar a atividade de ofensores conhecidos e criar programas que possam prevenir que um indivíduo se torne ofensor e, por outro lado, que possam intervir com ofensores (Stanley, 2002, pp. 7-13).

entendida como a gestão que os pais fazem da relação entre os filhos e as tecnologias de informação e comunicação (Livingstone & Helsper, 2008), isto é, refere-se às atividades, estratégias ou práticas realizadas para protegerem os jovens da exposição aos perigos da Internet (Livingstone, 2007; Eastin, 2006). Essa gestão possui uma extensão que vai desde restrições impostas a estratégias que visam a comunicação, interpretação e monitorização das atividades online dos jovens (Livingstone & Helsper, 2008).

Ao longo dos anos têm surgido diferentes formas de diferenciar e caracterizar essas abordagens (Kirwil et al., 2009). O Projeto *EU Kids Online II* (Livingstone, Haddon, Görzig & Ólafsson, 2011) enunciou cinco formas de mediação utilizadas pelos pais ou educadores com o intuito de garantirem a segurança online dos jovens, sendo elas: 1) mediação ativa do uso da Internet; 2) mediação ativa da segurança da Internet; 3) mediação restritiva; 4) monitorização e 5) mediação técnica do uso da Internet (através da utilização de *software* ou outros controlos técnicos para filtrar conteúdo malicioso que possa aparecer ou limitar o uso da Internet do educando). Estas cinco práticas foram tidas como base para uma das variáveis do estudo empírico da presente investigação.

Apesar dos vários tipos de mediação existentes, as investigações sobre a eficácia das estratégias de mediação parental são inconsistentes (Symons et al., 2017). Não obstante, das acima mencionadas, as estratégias de mediação ativa parecem ser mais eficazes na prevenção dos riscos online comparadas com os outros tipos de mediação (Lwin, Stanaland & Miyazaki, 2008), enquanto outros estudos indicam que a presença de pelo menos uma estratégia de mediação reduz a incidência de risco (Garmendia, Garitaonandia, Martínez & Casado, 2012).

A mediação ativa (do uso e da segurança da Internet) incide mais numa abordagem social da mediação (Haddon, 2012), que envolve os adultos estarem próximo quando os jovens acedem à Internet, discutirem com eles os riscos relacionados com o uso da Internet e orientarem-nos para uma utilização mais segura (Haddon, 2012; Livingstone & Helsper, 2008).

Em oposição, a mediação restritiva é mais complexa, podendo ir desde a fixação de regras ou imposições ao uso da Internet (por exemplo, restringir as pessoas com quem os filhos podem interagir na Internet, limitar os *sites* que podem visitar ou limitar o tempo que passam online – Livingstone & Helsper, 2008) sem necessariamente discutirem o significado ou efeitos dos conteúdos que os filhos podem encontrar – o que pode ser considerado um estilo de educação autoritário – até à explicação do porquê de determinadas atividades necessitarem de ser evitadas por serem potencialmente perigosas – o que pode ser considerado

um estilo de educação autoritário mas mais flexível (Haddon, 2012). Por estes motivos, a imposição de regras pode originar algumas complicações na relação pais-filhos, uma vez que envolvem tanto proibições absolutas como também permissão para os jovens fazerem as coisas sob determinadas normas (Haddon & Ponte, 2010).

A monitorização do uso da Internet da criança ou adolescente (por exemplo verificando o *histórico de pesquisa*, mantendo-se a par do que ela/ele faz e procura) pode também ameaçar a relação de confiança entre pais e filhos (Haddon, 2012) e comprometer o bom funcionamento dessa relação (Mesch, 2009). Este tipo de mediação pode ainda ser visto pelo jovem como uma invasão à sua privacidade (Pasquier, 2008) ou, contrariamente, como um símbolo de interesse dos pais quanto à sua segurança online (Williams & Williams, 2005).

A mediação recorrendo a intervenções técnicas (e.g. filtros, instalação de *software* de proteção ou outros controlos técnicos para filtrar conteúdo malicioso que possa aparecer ou para limitar o uso da Internet do educando), também pode resultar numa quebra na confiança da relação pais-filhos, uma vez que se considera ser o equivalente à imposição de uma regra (Haddon, 2012), dado que os jovens ficam interditos de fazer tudo o que queiram na Internet.

Como já referimos, parece haver um maior positivismo na prevenção dos riscos em relação às estratégias que envolvem a comunicação sobre a utilização da Internet (estratégias de mediação ativa) e uma eficácia mais baixa relativamente à imposição de regras (mediação restritiva). Uma análise ao Projeto *EU Kids Online I* mostrou que quando os pais mediavam ativamente o uso da Internet dos filhos a exposição desses aos riscos online diminuía, sem reduzir também as oportunidades, contrariamente à mediação restritiva que, apesar de reduzir os riscos, parece reduzir também as oportunidades (Duerager & Livingstone, 2012). Uma possível explicação para a maior eficácia da mediação ativa do uso da Internet pode ser porque, sendo baseada na comunicação, é uma melhor estratégia para aumentar o conhecimento dos pais sobre as atividades e experiências dos filhos (Symons et al., 2017) e, desse modo, ajudarem-nos da melhor forma.

Os resultados do estudo de Livingstone et al. (2012) mostraram que um elevado número de pais (70%) mediava ativamente o uso da Internet dos filhos dialogando com os mesmos sobre o que fazem na Internet, e quase metade encorajavam os filhos a explorar novas oportunidades na Internet; contudo, alguns pais seguem este tipo de mediação por uma observação mais informal, permanecendo perto da criança quando esta utiliza a Internet. No mesmo estudo é evidente a diferença no tipo de mediação consoante a idade das crianças: os pais medeiam ativamente o uso da Internet das crianças mais novas (9-12 anos) em maior

escala do que as crianças mais velhas (13-16 anos), evidenciando claramente que as crianças mais novas recebem mais orientação/ajuda no uso da Internet e em situações inesperadas e complicadas que possam daí surgir (Haddon, 2012). Também na mediação restritiva predomina um maior interesse dos pais em mediar os filhos mais novos.

Em relação às estratégias de monitorização, estas parecem ser as menos favoritas comparativamente ao suporte, orientação ou fixação de regras. Os resultados do estudo apontaram que menos de metade dos pais verifica os *sites* que os filhos visitam, o perfil social online deles, a lista de contactos que adicionam às redes sociais e as mensagens na conta de correio eletrónico, até por que este controlo, da perspetiva da criança ou adolescente, pode ser visto como uma invasão à sua privacidade muito superior em relação às outras intervenções, o que provavelmente explica o facto de os pais monitorizarem menos os filhos adolescentes (Haddon, 2012).

Por fim, a mediação por meios técnicos, comparando com as outras estratégias anteriormente mencionadas, é relativamente baixa. Contudo, é indiscutivelmente destacada a instalação de *software* de proteção para prevenir *spam*³³ ou vírus (73% dos pais recorrem a esta opção) (Haddon, 2012).

Poucos estudos até à data examinaram diretamente a comunicação da família relativamente aos riscos online que os adolescentes encontram (Wisniewski et al., 2017). O relatório da Ofcom mostrou que, em 2016, mais de 90% das crianças e adolescentes entre os 8 e os 15 anos reportaram ter sido informados sobre os riscos e/ou perigos da Internet. No entanto, ser informado dos riscos/perigos parece diferenciar de “conversar sobre os riscos/perigos”. Wisniewski et al. (2017) realizaram um pré-teste que apontou que os pais (ou guardiões legais) reportaram níveis significativamente mais elevados de comunicação relativamente às experiências de risco online dos adolescentes do que os próprios adolescentes.

Se o jovem percecionar uma dificuldade na comunicação com os pais é mais provável que os pais não tenham conhecimento de abordagens online providas de estranhos (Byrne et al., 2014), que inclusive podem ser situações que configuram o *grooming online*. Observando os resultados do *Youth Internet Safety Survey-2* (YISS-2), apenas 12% dos jovens que receberam solicitações sexuais reportaram o sucedido aos pais/educadores (Wolak et al.,

³³ *Web spam* refere-se a páginas da internet criadas artificialmente de modo a influenciar os resultados dos motores de busca, direcionando o tráfego para determinadas páginas por diversão ou lucro (Ntoulas et al., 2006). O termo *spam* também pode ser utilizado para designar mensagens eletrónicas, geralmente publicitárias ou fraudulentas, enviadas para um grande número de destinatários que não as solicitaram. Retirado de <https://www.priberam.pt/dlpo/spam>. Acedido a 26 de maio de 2018.

2006). Deste modo, aqui é enaltecida a importância de os pais dialogarem continuamente com os filhos sobre os perigos da Internet, incluindo os vários tipos de vitimação sexual que podem por aí emergir (Freeh, 2006).

Considerando a abordagem aqui feita acerca da relevância das estratégias de mediação parental das atividades online dos jovens, e tendo sido já abordadas as preocupações e percepções dos pais sobre os riscos online, será agora pertinente fazer algumas observações sobre a relação entre essas matérias à luz dos resultados de 2008 do Eurobarómetro.

De acordo com esses resultados, os pais portugueses estão entre os que mais reportaram preferências em abordagens sociais e estratégias de monitorização ou de controlos técnicos para mediar as atividades online dos filhos, em oposição a estratégias restritivas, que são as que recebem menos atenção (Eurobarómetro, 2008).

A menor adesão a regras parece ser independente das preocupações dos pais sobre a segurança online dos filhos, uma vez que a percepção do risco e as representações que estes fazem sobre o que pode ser mau para os filhos não leva necessariamente à adoção de medidas práticas de prevenção (Ponte & Simões, 2009). Existe, de facto, uma discrepância neste sentido. Uma proporção significativa de pais que afirmaram no Eurobarómetro (2008) não estabelecer regras no que concerne às atividades online dos filhos afirmaram, no entanto, e como já mencionámos, que estavam preocupados sobre um largo número de experiências negativas acontecerem com os filhos na Internet, como por exemplo verem imagens explícitas sexuais ou violentas na Internet, serem vítimas de *grooming online*, se isolarem socialmente se passarem muito tempo online e divulgarem informação pessoal (Eurobarómetro, 2008).

Percebe-se ainda uma segunda discrepância relativamente ao relato dos pais sobre a imposição de regras dependentemente da natureza da resposta à questão que lhes é colocada. Entre os pais que afirmaram estabelecer restrições (como pergunta de resposta aberta), a maioria espontaneamente afirmou adotar certas regras, sendo que não dar permissão aos filhos para criarem uma conta numa comunidade online é a que mais se destaca (43%) (Eurobarómetro, 2008). Contrariamente, quando perguntados sobre se adotam regras específicas (como pergunta de resposta fechada), 92% dos pais mencionaram não permitir aos filhos divulgar informação pessoal online, embora esta restrição tenha sido mencionada anteriormente na questão aberta por apenas 10% dos pais.

Ponte e Simões (2009) apontam duas possíveis explicações para essas discrepâncias. A primeira relacionada com o instrumento de medida em si: quando perguntados para relatarem espontaneamente que regras adotam, alguns pais possivelmente não se lembraram naquele

momento as regras que inicialmente definiram. Outra explicação plausível que os autores referem diz respeito ao que se chama “viés de desejabilidade social” (*social desirability bias*), isto é, põe-se a possibilidade de os pais terem exagerado nas regras impostas para corresponder positivamente ao que é expectável socialmente.

Não foi encontrado nenhum padrão no que concerne à relação entre imposição ou não imposição de restrições e utilização da Internet pelos pais. No entanto, notou-se que, quanto mais nova a criança, mais restritivos os pais tendem a ser, principalmente no que concerne a aspetos referentes à interação social (Eurobarómetro, 2008). Este início precoce das restrições pode estar relacionado com a utilização cada vez mais cedo da Internet pelas crianças, explicando assim a necessidade de estabelecer limites nesse grupo etário em particular (Ponte & Simões, 2009). Já o decréscimo na imposição de regras no final da adolescência pode ser explicado pelo ganho de autonomia das crianças durante a fase de desenvolvimento que antecede a adolescência (Ponte & Simões, 2009).

Curiosamente, e em oposição aos resultados do Eurobarómetro, no estudo de Ponte e Simões (2009) a maioria dos pais entrevistados³⁴, com filhos pequenos (6 a 10 anos), consideraram que não seria justificável imporem restrições aos filhos ou aconselharem sobre a utilização e os riscos da Internet, por presumirem ainda não haver perigos para os filhos visto que ainda não eram “especialistas” em utilizar as novas tecnologias. Em contrapartida, pais com filhos entre os 11 e os 14 anos eram mais intervenientes, equilibravam a mediação das tecnologias entre restrições e conselhos e reconheciam o papel dos filhos como *recetores* ativos de conteúdos, *participantes* na comunicação com outros e *atores* na tomada de decisão (Ponte & Simões, 2009) – recordando que são papéis chave que já vimos na literatura (em Livingstone et al., 2010 e Hasebrink et al., 2008).

Finalmente, os pais com filhos adolescentes entre os 15 e os 17 anos (no geral, pais mais velhos, menos instruídos e com poucos conhecimentos digitais), apesar de mostrarem preocupação relativamente a vários tópicos (e.g. os filhos visitarem determinados *websites* ou falarem com pessoas que não conhecem) não intervinham tanto nas atividades online dos filhos. Estes pais detêm-se perante a vontade de controlar ou prevenir as atividades online dos filhos e o reconhecimento de que não conseguem controlar o que os mesmos fazem nessa

³⁴ Devido às inconsistências das repostas dos pais no Eurobarómetro (2008) consoante a formulação das questões que lhes eram colocadas e metodologia aplicada (questões de resposta fechada e questões de resposta aberta), Ponte e Simões (2009) decidiram mudar a abordagem metodológica e conduziram uma série de entrevistas cara-a-cara a uma amostra de 75 pais portugueses com base nas categorias de questões do Eurobarómetro, permitindo assim que os pais recorressem a um esforço mental para recordarem as suas estratégias de mediação.

idade (Ponte & Simões, 2009), sendo que é um período em que procuram a sua autonomia distanciando-se dos pais e aproximando-se mais do grupo de pares (Sasson & Mesch, 2014).

Sintetizando, as estratégias que os pais utilizam para mediar o uso da Internet são de importância fundamental na prevenção dos riscos e perigos online, embora possam também suscitar problemas na relação entre pais e filhos – particularmente as restritivas e as de monitorização – se os filhos as virem como um impedimento à realização das atividades que desejam ou como uma invasão à sua privacidade. A mediação ativa, onde se inclui a comunicação, parece ser não só a predileta entre os pais mas também a mais eficaz na prevenção dos riscos online. Todavia, apesar de os pais mostrarem uma grande preocupação face ao que os filhos encontram na Internet, isso parece não ter relação direta com a implementação de algumas medidas práticas de prevenção, nomeadamente imposição de regras. Também a idade dos filhos parece ter um papel chave no entendimento das percepções dos pais, na forma como adotam algumas medidas preventivas e como tentam diferentes estratégias de mediação, pois crianças e adolescentes reagem de forma distinta a essas estratégias.

Findada a revisão da literatura incidindo sobre diversos tópicos de relevância para um melhor esclarecimento dos propósitos da presente investigação, apresentemos em seguida a segunda parte deste trabalho (Parte B), respeitante ao estudo empírico realizado.

PARTE B – ESTUDO EMPÍRICO

1. Objetivos e hipóteses

No presente estudo destacam-se três grandes objetivos gerais: 1) Analisar percepções dos educadores de jovens menores de idade acerca do fenómeno do *grooming online* e a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos; 2) analisar o conhecimento dos educadores da ocorrência de experiências de risco de vitimação com os educandos no âmbito do *grooming online* e 3) compreender o tipo e regularidade de estratégias de proteção a que os educadores recorrem no sentido de minimizarem o risco

online a que os educandos estão expostos ao nível do *grooming* (i.e. estratégias de mediação parental). Destes objetivos gerais resultam os seguintes **objetivos específicos**:

- Aferir o grau de conhecimento dos educadores relativamente ao *grooming online* e às suas diversas manifestações;
- Averiguar se o grau de preocupação dos educadores com os riscos online varia consoante as características sociodemográficas dos educandos e se está relacionado com a mediação parental e com o uso da Internet pelos educadores.
- Analisar relações entre a frequência de uso da Internet pelos educadores, níveis de stress dos mesmos e a mediação parental;
- Verificar em que medida a frequência de uso de estratégias de mediação parental por parte dos educadores varia com as suas características sociodemográficas e com as dos próprios educandos;
- Analisar se a frequência de utilização de estratégias de mediação parental por parte dos educadores varia com o conhecimento que têm sobre as condutas que podem configurar o *grooming online* e com a percepção acerca do risco dos educandos face ao *grooming online*;
- Analisar a relação entre características sociodemográficas dos educandos e a percepção dos educadores do risco de vitimação dos primeiros;

Postos estes objetivos emergem as seguintes **questões de investigação** que irão ser respondidas pelo teste empírico de **hipóteses de investigação**:

- I. Está o nível de preocupação dos educadores com os riscos online relacionado com o sexo e a idade dos educandos?
 - H₁) O grau de preocupação dos educadores difere consoante o sexo dos educandos;
 - H₂) O grau de preocupação dos educadores decresce com a idade dos educandos;
- II. Tendo em conta a frequência de utilização da Internet pelos educadores, haverá uma relação entre o nível de preocupação com os riscos online e a mediação parental?
 - H₃) Os educadores que utilizam a Internet com mais frequência estão mais preocupados com os riscos que os educandos podem encontrar na Internet;
 - H₄) Os educadores que não utilizam a Internet usam com menos frequência estratégias de mediação parental;

- III. Existirá uma relação entre o nível de preocupação dos educadores sobre os riscos online e a mediação parental?
- H₅) Os educadores que se preocupam mais com os riscos online usam com mais frequência estratégias de mediação parental;
- IV. Será que existe uma relação entre a idade dos educandos e a mediação parental?
- H₆) A frequência de utilização de estratégias de mediação parental está negativamente associada à idade dos jovens;
- V. Estará a mediação parental relacionada com características sociodemográficas dos educadores?
- H₇) Os educadores mais novos medeiam mais o uso da Internet dos educandos;
- H₈) Os educadores com níveis de escolaridade mais baixos medeiam menos o uso da Internet dos educandos;
- H₉) A frequência de mediação parental varia consoante o estado civil dos educadores;
- VI. Estarão os níveis de stresse familiar e os níveis de stresse parental relacionados com a mediação parental?
- H₁₀) Educadores com menores níveis de stresse parental utilizam com mais frequência estratégias de mediação parental;
- H₁₁) Educadores com menores níveis de stresse familiar utilizam com mais frequência estratégias de mediação parental;
- VII. Haverá uma relação entre a idade e o sexo dos educandos e a percepção dos educadores do risco de vitimação por *grooming online*?
- H₁₂) Os educadores têm uma maior percepção do risco nos educandos mais velhos;
- H₁₃) A percepção do risco varia consoante o sexo dos educandos;
- VIII. Existirá uma relação entre o conhecimento dos educadores sobre as condutas que configuram o *grooming online* e a percepção desses do risco dos educandos?
- H₁₄) Os educadores com um maior conhecimento sobre as condutas que podem integrar o *grooming online* têm uma maior percepção do risco dos educandos;
- IX. Estará a percepção dos educadores acerca do risco dos educandos relacionada com a mediação parental?

H₁₅) Os educadores que têm uma maior percepção do risco dos educandos utilizam com mais frequência estratégias de mediação parental.

2. Metodologia

2.1. Caracterização do estudo

A investigação aqui apresentada tem por base uma abordagem quantitativa no qual se procedeu à aplicação de questionários a educadores. Relembra-se que nesta investigação designou-se por educadores todos os indivíduos (homens e mulheres) que assumiram o papel de encarregados de educação dos menores e não apenas pais e mães.

Assim sendo, com os dados obtidos através dos questionários, objetivou-se analisar as percepções dos educadores sobre o fenómeno do *grooming online* e a percepção desses do risco de vitimação dos educandos, e ainda explorar as relações que existem entre essas percepções e, entre outras, algumas variáveis sociodemográficas, a utilização da Internet pelos educadores, os níveis de stresse dos educadores e a mediação parental (exercida através de um conjunto de estratégias que visam proteger os educandos dos riscos online e garantir a sua segurança).

Esta investigação segue então um desenho de investigação não experimental (ou observacional) de tipo transversal, uma vez que os dados foram recolhidos num único momento temporal, sem intervenção aplicada pelos investigadores aos participantes. Vale lembrar que os estudos transversais são adequados para estudar associações ou correlações entre duas ou mais variáveis, não sendo por isso possível, através dos dados recolhidos, estabelecer relações de causa e efeito (Bastos & Duquia, 2007).

2.2. Procedimentos e amostra

Enveredando pelo método de amostragem por conveniência, foram seleccionadas cinco escolas (duas do Porto, duas de Matosinhos e uma de Vila Nova de Gaia). O contacto com essas instituições foi feito através de uma carta formal e de um e-mail formal (recorrendo, em algumas situações, ao contacto telefónico) endereçados aos diretores de cada instituição, com o intuito de obter autorização para realizar a investigação e recolher dados nas escolas.

As escolas colaborantes autorizaram, por parte das respetivas direções, a aplicação de um questionário em formato papel a educadores de estudantes do 5.º ao 10.º ano de

escolaridade, selecionados de forma aleatória, muito embora respeitando uma divisão equitativa de aplicações por ano de escolaridade.

O questionário foi elaborado a partir de uma extensa revisão da literatura, refletida numa estrutura lógica e traduzindo para a língua portuguesa a Escala de Stresse Parental (ESP), conforme se explica na secção seguinte.

Pelo facto de os questionários serem endereçados aos educadores, foi pedido às escolas apoio na tarefa de distribuição dos mesmos (às quais coube a tarefa de selecionar os participantes) e de remetê-los, acompanhados de consentimentos informados e entregues dentro de um envelope, por via dos diretores de turma ou, caso se aplicasse, da associação de pais. Assim, a escolha da amostra obedeceu, na prática, a dois requisitos:

- a) Educadores com educandos a frequentar entre o 5º e o 10º ano de escolaridade;
- b) Educadores que livremente consentiram em participar no estudo.

Nas escolas colaborantes foram distribuídos 511 questionários, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 42,9% (Tabela 1).

Tabela 1 – Constituição da amostra escolar

Escola	Localidade	Tipo de escola	Questionários distribuídos	Questionários respondidos	Taxa de resposta (%)
Colégio Liverpool	Porto	Privada	126	21	16,7%
EB 2/3 Irmãos Passos	Matosinhos	Pública	125	30	23,2%
EB 2/3 de Custóias	Matosinhos	Pública	125	92	72,8%
EB 2/3 Augusto Gil	Porto	Pública	75	41	54,7%
Escola Secundária Almeida Garrett	Vila Nova de Gaia	Pública	60	35	56,7%
Total			511	219	42,9%

A seguinte Tabela (2) apresenta a caracterização da amostra segundo dados sociodemográficos.

Como já referido, a nossa amostra é constituída por 219 educadores, sendo que 176 (80,4%) são do sexo feminino e 43 (19,6%) são do sexo masculino. A idade dos educadores varia entre 19 a 68, com uma média de 42,88 anos (DP = 6,44). Ao nível das habilitações literárias, a maioria dos participantes (68,5%) possui o ensino secundário e/ou o ensino superior, 5% detêm um curso de especialização tecnológica (CET), 12,3% têm o 3º Ciclo do ensino básico, 9,1% têm o 2º Ciclo do ensino básico e 5% da amostra tem habilitações ao nível do 1º Ciclo do ensino básico. No momento da aplicação do questionário, 79,8% dos

inquiridos encontravam-se numa situação de empregabilidade e 15,6% estavam desempregados. É possível constatar também que a grande maioria é casada (68%), 19,2% são divorciados ou separados, 11,9% são solteiros e 0,9% são viúvos.

Tabela 2 – Características sociodemográficas da amostra (sexo, idade, estado civil, profissão e nível de escolaridade) e tipo de relação com os educandos (n = 219)

	n	%
Sexo		
Feminino	176	80,4
Masculino	43	19,6
Idade ^(a)		
< 25	2	,9
25-39	57	26,3
40-54	150	69,1
55-64	7	3,2
> 64	1	,5
Omissos		2 (,9%)
Habilitações literárias		
1.º Ciclo	11	5
2.º Ciclo	20	9,1
3.º Ciclo	27	12,3
Ensino Secundário	86	39,3
Ensino pós-secundário não superior (CET)	11	5
Ensino Superior	64	29,2
Estado civil		
Casado/a	149	68
Divorciado/a ou separado/a	42	19,2
Solteiro/a	26	11,9
Viúvo/a	2	,9
Situação Profissional		
Empregado por conta de outrem	159	72,9
Empregado/a por conta própria	15	6,9
Desempregado/a	34	15,6
Doméstico/a	6	2,8
Aposentado/a	1	,5
Estudante	2	,9
Outra situação	1	,5
Omissos		1 (,5%)
Relação que tem com o educando		
Mãe	172	78,5
Pai	40	18,3
Tia/o	4	1,8
Avó/ô	1	,5
Irmão/ã	2	,9

^(a) Idade dos educadores: Min = 19, Max = 68; M = 42,88 (DP = 6,444).

Apenas dois respondentes (0,9%) não coabitam com os educandos e o número de elementos por agregado familiar varia entre 2 a 7, com uma média de 3,55 e um desvio-padrão de ,945 (Tabela 3).

Tabela 3 – Coabitação com o educando e dimensão do agregado familiar (n = 217)

		n	%		Min-Max	M	DP
Coabitação com o educando	Sim	215	99,1	Nº de elementos do agregado	2-7	3,55	,945
	Não	2	,9				
	Omissos	2 (0,9%)					

Com atenção na informação reportada pelos participantes relativamente a 215 educandos, a idade dos últimos varia entre 10 a 17 anos, com uma média de 12,93 anos (DP = 1,857) (Tabela 4). Relativamente ao sexo, 57,2% são do sexo feminino e 42,8% pertencem ao sexo masculino.

Tabela 4 – Características sociodemográficas (sexo e idade) dos educandos (n = 215)

		n	%		n	Min - Max	M	DP
Sexo¹	Feminino	123	57,2	Idade²	219	10 - 17	12,93	1,857
	Masculino	92	42,8					
	Omissos	4 (1,8%)						

¹ Moda = 1.

² Classes: n = 58, 10-11 anos; n = 103, 12-14 anos; n = 58, 15-17 anos.

2.3. Instrumentos e variáveis do estudo

Com a intenção de dar resposta aos objetivos e hipóteses de investigação enunciadas, procedeu-se à construção de um (já referido) questionário, constituído essencialmente por questões de resposta fechada, e de um consentimento informado. A necessidade de construir um questionário que analisasse as hipóteses propostas é explicada especialmente pela inexistência de um instrumento standardizado e válido para operacionalizar o *grooming online* ou qualquer questão a ele relativa (Wachs, Wolf & Pan, 2012). Com essa limitação em conta, as questões que constam no questionário foram inseridas por meio de uma análise extensiva da literatura sobre o tópico em questão e algumas foram, inclusive, retiradas de questionários elaborados por outros investigadores em estudos sobre o fenómeno do *grooming online*.

Na primeira página do referido, antes que os participantes procedessem à sua resposta, está explícita a natureza, o tema e os objetivos da presente investigação, bem como aspetos relacionados com a garantia de anonimato e confidencialidade, e inclusive o contacto (por correio eletrónico) para o qual poderiam eventualmente remeter alguma dúvida ou questão.

Disponível em anexo a esta dissertação, o questionário segue uma estrutura que se subdivide em três partes a seguir descritas.

2.3.1. Primeira Parte: Questões sociodemográficas, agregado familiar, uso da Internet pelos educadores e níveis de stresse

A primeira parte é constituída inicialmente por duas questões sociodemográficas relacionadas com os educandos: a idade e o sexo. De seguida, os inquiridos são confrontados com questões relativas a eles próprios, como a sua idade, sexo, estado civil, situação profissional e nível de escolaridade, bem como o tipo de relação que têm com os educandos (mãe/pai, tia/o, avó/ô ou outro). Ainda nesta primeira parte, foi colocada uma questão relacionada com a frequência de uso da Internet pelos educadores frequência, assim como um grupo que incide sobre a composição do agregado familiar e sobre a área de residência. Por último, com o intuito de explorar se o stresse (com conjunturas ocupacionais, familiares e emocionais) experienciado pelos educadores é uma variável com efeito na sua percepção sobre o risco de vitimação dos educandos, foram adicionadas ao questionário duas medidas:

- Devido à impossibilidade de aceder a escalas standardizadas de stresse que avaliem o que pretendemos medir, procedeu-se à elaboração de uma tabela com 14 itens/afirmações (de *a*) a *n*)) que refletissem o nível de bem-estar físico e psicológico do participante e, por consequência, da família. Estes itens foram retirados de estudos na literatura que analisaram aspetos relacionados com o stresse e qualidade de vida dos indivíduos (Silva & Gomes, 2009; Almeida & Sampaio, 2007; de Souza, Kantorski & Mielke, 2006; Vaz Serra, 2000; Dinges et al., 1997; Melo, Gomes & Cruz, 1997). Aos participantes era pedido que assinalassem com um X apenas os itens com os quais se identificavam, sendo por isso opcional não assinalar nenhum item (por exemplo, “*a*) Estou satisfeita/o com a relação que tenho com todas as pessoas com quem habito”; “*f*) Sinto algumas pressões financeiras”; “*i*) Sinto pressões relativamente à quantidade de trabalho que tenho”). Para efeitos de análise posterior, as respostas a esta medida (quer os participantes assinalassem ou não assinalassem qualquer um dos itens) dar-nos-iam uma percepção do seu nível de bem-estar e, consequentemente, dos que com ele habitavam, ou seja, uma percepção do nível de stresse familiar.

- Dada a importância de termos conhecimento da experiência de ser educador e da relação entre educadores e educandos pela perspectiva dos primeiros, foi também adicionada ao questionário a Escala de Stresse Parental (*Parental Stress Scale*) desenvolvida por Berry e Jones (1995), em que os participantes respondiam a 18 itens de acordo com uma escala de *Likert* que variava entre 1 (“discordo totalmente”) a 5 (“concordo plenamente”). Esta medida de autorrelato foi desenvolvida como uma alternativa ao *Parenting Stress Index*, de 101 itens, e pretende medir os níveis de stresse dos pais/educadores com base em aspetos positivos e negativos da parentalidade relacionados com a sensibilidade aos filhos/educandos, com o comportamento dos filhos/educandos e com a relação pais-filhos (ou educadores-educandos) (Berry & Jones, 1995). Ressalta-se ainda que se procedeu à tradução, tentando a maior fiabilidade, de todos os itens para a língua portuguesa.

2.3.2. Segunda Parte: Questões relacionadas com a percepção do *grooming online*

A segunda parte do questionário diz respeito a questões relacionadas com o *grooming online* e com a percepção que os educadores têm sobre o fenómeno. Antes de procederem a responder às questões, foi apresentada uma breve definição (de Berson, 2003) do conceito, de forma a possibilitar a compreensão e resposta às questões que se seguiam, nomeadamente se já tinham ouvido falar dessa prática (ou conduta) e se já tinham ouvido falar do termo “*grooming online*”. Com isto, pretendemos aferir o nível de conhecimento que os educadores possuem do fenómeno, não só ao nível do significado mas também em relação à frequência e gravidade do ato e ainda as partes que poderão estar envolvidas nos casos de vitimação (“(...) *desconhecidos*”, “(...) *familiares*”, “(...) *desconhecidos e familiares*”). As questões relacionadas com o conhecimento do termo, a frequência e a gravidade foram retiradas do estudo português de Branca, Grangeia e Cruz (2016).

Acrescentámos ainda a este grupo duas tabelas idênticas, cada uma com 9 comportamentos (7 de *grooming online* e 2 de não *grooming*) em que os participantes respondiam segundo dois critérios: “sim” ou “não”. Quatro desses itens foram retirados do estudo de Bennet e O’Donohue (2014), autores que propuseram uma série de comportamentos que poderiam ser (ou não) indicadores de situações de *grooming* físico. Como tal, para o nosso instrumento adaptámos esses quatro comportamentos ao *grooming online* (“Enviar um presente adequado para a/o adolescente (ex: uma camisola no aniversário dela/e)”;

“Comunicar de modo não sexual inapropriado com a/o adolescente (ex: dizer-lhe que ela/e é a/o única/o que o/a compreende)”; “Pedir à/ao adolescente que mantenha segredo sobre o contacto e as conversas entre os dois”; “Sexualizar as conversas com a/o adolescente (i.e., dar carácter sexual às conversas entre os dois)”. Destes comportamentos, apenas o primeiro não é considerado um indicador de *grooming online*. Relativamente aos restantes comportamentos presentes nas tabelas, foram selecionados de acordo com outros estudos na literatura que abordam este fenómeno (e.g. Winters, Kaylor & Jeglic, 2017; Webster et al., 2012; Mitchell et al., 2011; Wolak et al., 2004).

Inicialmente apenas uma tabela foi elaborada, com uma nota a explicitar ao participante, antes de responder, que idealizasse “(...) *uma situação entre um adulto (homem) de 27 anos e uma adolescente (rapariga) de 13 anos que só se conhecem online (na Internet)*”. Posteriormente, e com o objetivo de analisar se a percepção dos educadores seria alterada consoante o sexo do ofensor, foi acrescentada mais uma tabela idêntica para os mesmos preencherem, com a diferença de que, nessa situação, o sexo dos indivíduos da história invertia e então teríamos “(...) *uma situação entre um adulto (mulher) de 27 anos e um adolescente (rapaz) de 13 anos que só se conhecem online (na Internet)*”.

O nosso objetivo aqui foi construir um indicador de conhecimento dos educadores sobre as condutas que podem integrar uma situação de *grooming online*. O valor de ‘1’ seria atribuído a cada resposta correta, ‘-1’ a cada resposta errada e ‘0’ a cada resposta omissa. No final, foi feito o cálculo médio desses valores e obteve-se a média do conhecimento dos educadores.

2.3.3. Terceira Parte: Questões gerais sobre utilização e acesso à Internet pelos educandos, segurança online e comportamentos e experiências online

A terceira parte deste questionário é subdividida em três grupos: (I) Utilização e acesso à Internet, (II) Segurança na Internet e (III) Comportamentos e experiências online.

Todos os itens foram compostos a partir de uma análise extensiva da literatura que incide sobre a temática das novas tecnologias, (in)segurança online e vitimação sexual online (e.g. Branca, Grangeia & Cruz, 2016; Schulz et al., 2016; Simões et al., 2014; Livingstone et al., 2011; Dor & Weimann-Saks, 2012; Duerager & Livingstone, 2012; Briggs, Simon & Simonsen, 2011; Eurobarómetro, 2008; Ybarra & Mitchell, 2008; Ybarra et al., 2007; Stahl & Fritz, 2002).

Assim, no que diz respeito ao primeiro grupo (Utilização e acesso à Internet), formulou-se questões gerais sobre os equipamentos de acesso à Internet por parte dos educandos, os locais de acesso, o tempo que passam online e também questões relacionadas com o conhecimento dos educadores sobre as atividades online dos educandos.

No segundo grupo (Segurança na Internet) foi construída uma tabela com vista a avaliar a frequência de mediação parental exercida no uso da Internet pelos educandos, sendo apresentados 4 tipos de mediação (por cinco situações do dia-a-dia) e em que os participantes/educadores respondiam de acordo com uma escala de *Likert* que variava entre “Nunca” a “Todos os dias”.

- “Estabeleço um horário para o uso do equipamento com que acede à Internet” – *mediação restritiva*
- “Tenho instalado nos equipamentos controlos de proteção (ex: filtros, *software* de proteção)” – *mediação por controlos técnicos*
- “Falo com ele/ela sobre o que ele/ela faz na Internet” – *mediação ativa*
- “Verifico o que ele/ela faz online” – *monitorização*
- “Imponho regras quanto ao que ele/ela pode ou não fazer na Internet” – *mediação restritiva*

Uma segunda tabela foi elaborada visando avaliar a percepção dos inquiridos sobre a (in)segurança da Internet a partir de uma série de itens respeitantes a atividades online e comportamentos dos educandos, cujas respostas seriam registadas também segundo uma escala da *Likert* de “Muito inseguro” a “Muito seguro”. Adicionalmente, foi inserida uma questão que permitia conhecer se o participante dialoga com o filho sobre a Internet e os perigos online.

Por último, no terceiro grupo (Comportamentos e experiências online) os participantes foram inquiridos relativamente ao seu grau de preocupação com o possível confronto dos seus educandos com 10 situações de risco, baseadas em comportamentos arriscados não sexuais (itens³⁵ *b*) e *i*)); comportamentos arriscados sexuais (itens *e*) e *g*)); uma experiência de risco não (necessariamente) sexual (item *a*)); experiências de risco sexuais (itens *c*), *d*) e *f*)); uma experiência de isolamento social (item *h*)) e uma experiência de vitimação sexual (item *j*)). Para cada uma das situações era pedido que os participantes respondessem conforme uma escala de “Nada preocupado” a “Muito preocupado”.

³⁵ Ver ponto 1., Grupo III. (Comportamentos e experiências online) da Terceira Parte do questionário em anexo.

Para medir a percepção do risco de vitimação dos educandos construiu-se uma tabela com 2 colunas e (em linhas) 9 situações de risco, as quais englobavam solicitações sexuais (itens³⁶ *a*), *g*) e *h*)), *sexting* gerado (itens *c*) e *d*)) e recebido (item *b*)), comportamentos de risco (itens *e*) – podendo ser considerado também ‘experiência’ – e *i*)) e uma ação em que o jovem é apresentado com algo sexual (item *f*)). Os participantes preenchiam a tabela com um “X” na coluna segundo o critério “Acho que esta situação já aconteceu com o/a meu/minha educando/a³⁷”. Paralelamente, a mesma tabela foi utilizada para medir a percepção dos educadores da ocorrência de experiências de risco de vitimação com os educandos no âmbito do *grooming online*, ou seja, experiências que poderiam eventualmente resultar (ou ter resultado) numa situação de *grooming online*. Todavia, para se conhecer esta vertente, os participantes preenchiam a coluna segundo o critério “Tenho conhecimento que esta situação já aconteceu com o/a meu/minha educando/a³⁸”. Salienta-se que para medir esta questão apenas foram considerados os itens respeitantes a solicitações sexuais e *sexting* recebido (itens *a*, *b*, *f*, *g*, *h*) e ainda a situação de se encontrar com alguém que conheceu na Internet (item *e*), dado que essas situações foram inseridas no quadro de “experiências de risco” – sendo esse o interesse em causa –, enquanto as outras foram tidas como “comportamentos de risco”.

Por fim, foi acrescentada ao questionário uma última questão referente aos educadores dialogarem com os menores sobre os comportamentos que esses devem ter online e se os últimos alguma vez pediram ajuda aos educadores sobre uma situação incómoda ocorrida através da Internet.

2.4. Procedimentos de análise estatística

Os dados recolhidos através dos questionários foram organizados e tratados com recurso ao *software* de análise estatística *IBM SPSS Statistics V24* para posterior análise, permitindo a criação de uma base de dados na qual se categorizou todas as variáveis que constam nos questionários e se colocou toda a informação obtida nos mesmos. Posto isto procedeu-se a uma análise estatística descritiva e a uma análise estatística inferencial de que damos conta na secção de resultados empíricos.

³⁶ Ver ponto 2., Grupo III. (Comportamentos e experiências online) da Terceira Parte do questionário em anexo

³⁷ No questionário em anexo esta opção encontra-se descrita como “Acho que já aconteceu [suspeita]”

³⁸ No questionário em anexo esta opção encontra-se descrita como “Tenho conhecimento que já aconteceu [certeza]”

O primeiro passo de análise de dados foi dedicado à estatística descritiva, a qual permite descrever sumariamente um conjunto de dados através de números, tabelas e gráficos. Isto é feito tendo em conta um conjunto de medidas de tendência central e medidas de dispersão. Assim, para variáveis quantitativas como a idade, o nível de escolaridade, a frequência de uso da Internet, a frequência do *grooming online*, entre outras, utilizaram-se medidas como a média amostral (M) e o desvio padrão (DP) – este último para verificar a dispersão em relação ao valor médio. Para variáveis qualitativas (nominais), como o sexo, o género, a profissão, o conhecimento sobre o termo “*grooming online*”, entre outras, a sua natureza não possibilita o cálculo de valores médios, portanto, foram utilizadas percentagens para melhor descrever essas variáveis.

Com o propósito de eleger os testes estatísticos mais apropriados para medir as variáveis em questão foi necessário recorrer ao teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, que nos dá indicação se as mesmas seguem uma distribuição normal (optando assim pelos testes paramétricos – coeficiente de correlação de Pearson) ou não seguem uma distribuição normal (sendo necessário optar pelos testes não paramétricos – coeficiente de Spearman).

Quando se compararam distribuições para analisar diferenças entre algumas variáveis, conforme a distribuição dos dados utilizou-se o Teste T (distribuição normal) ou o teste de Mann-Whitney (distribuição não normal). Nos casos de análise de três grupos independentes e uma variável dependente ordinal, utilizou-se o teste de Kruskal-Wallis.

Seguidamente, recorreu-se ao Alfa de Cronbach (α) para medir a consistência interna dos itens das diferentes escalas que constam no questionário (por exemplo a escala de stresse parental e o índice de percepção do risco).

Por último, julgou-se oportuno realizar regressões lineares, com o intuito de perceber que variáveis independentes explicam melhor as variáveis dependentes. Primeiro analisou-se um modelo recorrendo a algumas variáveis independentes (idade e sexo dos educandos, frequência de uso da Internet pelos educadores, localização dos equipamentos de acesso à Internet em casa e percepção dos educadores da (in)segurança da Internet) que a literatura aponta como preditoras da variável dependente/explicada “mediação parental”. Pelo motivo de que essas mesmas variáveis foram utilizadas no presente estudo, o intuito foi perceber se aqui explicam a frequência de mediação parental exercida. Posto isto, propôs-se um segundo modelo em que se procurou avaliar se a idade dos educandos, o nível de escolaridade dos educadores, o nível de stresse parental, o conhecimento que os educadores têm das atividades online dos educandos e estes últimos pedirem-lhes ajuda (em algum momento) com alguma

situação incomodativa ocorrida na Internet, são variáveis explicativas da “percepção dos educadores do risco de vitimação” (variável explicada).

Procedemos então à descrição detalhada dos resultados obtidos e consequente análise estatística dos mesmos.

3. Resultados da análise estatística

3.1. Frequência de acesso e finalidades de uso da Internet pelos educadores

A Tabela 5 representa a frequência de uso da Internet da amostra, subdividida em utilizadores frequentes, utilizadores ocasionais e não utilizadores. Na globalidade, nota-se abruptamente que a maior proporção de indivíduos se insere na categoria de utilizadores frequentes ($n = 191$; 87,2%). A idade dos participantes foi dividida pela mediana ($Mdn = 43$) e, por isso, obteve-se dois grupos: um com idade abaixo da mediana (≤ 43) e um com idade acima da mediana (> 43). Assim sendo, o valor do *p-value* na coluna da “Idade” ($p = ,009$) significa que existe relação entre a frequência de utilização da Internet e a pertença a um dos grupos etários, sendo que os indivíduos do escalão mais novo (≤ 43) usam com significativa maior frequência a Internet do que os indivíduos pertencentes ao escalão mais velho (> 43).

Em função do sexo, tanto a maioria dos homens como das mulheres são utilizadores frequentes da Internet, todavia, observa-se que existem mais indivíduos do sexo feminino a referir utilizar ocasionalmente (8,7% para 0,9%) ou até mesmo nunca (2,3% para 0,9%). Ainda assim, atentando ao *p-value* de ,409, não foi identificada qualquer relação significativa entre o sexo (feminino e masculino) dos participantes e a sua frequência de utilização da Internet ($p = ,409$).

Tabela 5 – Utilização da Internet da amostra por idade, sexo e nível de escolaridade ($n = 219$) (N)

	Amostra	Idade		<i>p</i>	Sexo			<i>p</i>	Educação					<i>p</i>
		≤ 43	> 43		F	M			Bás.	Sec.	CET	ES		
Frequência				,009				,409						,000
Utilizador frequente ¹	191	106	83		152	39			43	75	11	62		
Utilizador ocasional ²	21	9	12		19	2			9	10	0	2		
Não utilizador	7	0	7		5	2			6	1	0	0		
Omissos		2 (,9%)												

¹ Aqueles que responderam utilizar a Internet “4 a 5 vezes por semana” e “todos os dias”.

² Aqueles que responderam utilizar a Internet “menos de 1 vez por semana”, “1 vez por semana” e “2 a 3 vezes por semana”.

Por fim, ainda na Tabela 5, quando a frequência de uso da Internet é comparada em função do nível de escolaridade dos educadores, verifica-se que, na sua vasta maioria, os indivíduos são utilizadores frequentes. Entre indivíduos que têm o Ensino Básico e o Ensino Secundário, existem números mais elevados de utilizadores ocasionais (4,1% e 4,6% respetivamente) em comparação aos indivíduos com o Ensino Universitário (0,9%). Também apenas entre os participantes que têm o Ensino Básico ou o Ensino Secundário se encontra referências de que não utilizam a Internet, sendo isso mais elevado nos indivíduos com apenas o Ensino Básico (2,8% para 0,5%). Existe então relação significativa entre o nível de educação e a frequência de uso da Internet ($p < ,001$), no sentido em que a menor utilização da Internet ocorre em indivíduos com níveis de educação mais baixos.

3.2. Escalas de stresse na família e stresse parental

As duas escalas de aferição da variável “stresse” foram submetidas a um teste de consistência interna. Para a escala do Stresse na Família, foi de início encontrado um α de ,411. De modo a elevar a consistência desta escala retirámos o item “f”, o que resultou num α de ,519. A escala de Stresse Parental continha inicialmente uma consistência interna de ,775, sendo considerada boa. Contudo, se um dos itens da escala (item “F2”) fosse eliminado, o α aumentaria para ,822 e, portanto, optou-se por remover esse item.

De modo a conseguirmos fazer uma análise descritiva dessas escalas, foi necessário criar scores. Para a escala de stresse familiar calculou-se todos os itens e dividiu-se pelo número total. No entanto, os itens a), g), j), k), l), m) e n), por dizerem respeito a situações que, pela sua presença, poderão *diminuir* o nível de stresse, foram subtraídos. Os itens b), c), d), e), f), h) e i) coincidem com aspetos que, pela sua presença, poderão *aumentar* o nível de stresse do indivíduo e, por isso, foram somados. Posto isto, dividiu-se depois pelo número total de itens (14) para obter um score total de *stresse familiar diminuído* e *stresse familiar favorecido*.

Assim sendo, constata-se que o nível de Stresse Familiar varia entre -,429 e ,286, com uma média de -,174 e um desvio padrão de ,199 (Tabela 7). Considerando que quanto mais o valor se aproxima de uma conotação negativa, menos stresse os indivíduos têm, e quanto mais positiva é a conotação, mais stresse têm, então, da amostra conhecida, no momento da administração do questionário os participantes referiram presenciar um nível de stresse na família relativamente baixo ($M = -,174$). Note-se que apenas 16 participantes da amostra total respondeu à escala, o que, em parte, pode ser explicado pelo facto de ser uma escala de

resposta optativa consoante o indivíduo presenciar ou não algum/uns do/s fator/es que nela constam (ver novamente ponto 2.3.1.).

Tabela 6 – Níveis de stresse na família e de stress parentale reportados pela amostra

	Alpha	Amostra (n)	Min – Max	M	DP
Stress familiar (score)	,519	16	-,429 – ,286	-,174	,199
Stress parental (SCORE)	,822	191	18 – 71	31,691	8,006
Stress parental (score MÉDIO)	,822	191	1 – 3,94	1,761	,445

Ainda na respetiva tabela em análise, no que se refere à escala de Stresse Parental, os itens F1, F2, F5, F6, F7, F8, F17, F18 representam aspetos positivos da parentalidade, logo, foram recodificados inversamente ((1=5) (2=4) (3=3) (4=2) (5=1)). Com a soma de todos os itens criou-se um score total e um score médio, sendo que um valor baixo correspondia a um nível de stresse baixo e um valor alto correspondia a um nível de stresse elevado.

Isto posto, o score da escala de Stresse Parental varia entre 1 e 3,94, com uma média de 1,761 e um desvio-padrão de ,445. Recorde-se que a amostra total desta investigação engloba 219 indivíduos, enquanto a amostra que respondeu a esta escala foi inferior a 200 indivíduos (n = 191). Com atenção na média amostral, os participantes reportaram não sentir níveis de stresse muito elevados relativamente ao seu papel enquanto educadores.

3.3. Conhecimento e percepções dos educadores sobre o *grooming online*

Um dos objetivos específicos desta investigação passou por analisar o conhecimento dos educadores sobre a prática e o termo do *grooming online*, o grau de conhecimento de comportamentos/sinais indicadores dessa ofensa e analisar também a percepção dos educadores da frequência e severidade do ato e sobre o tipo de relação ofensor-vítima.

Partindo da análise a essas matérias, quase todos os educadores reportaram já ter ouvido falar da prática do *grooming online* (96,3%), isto é, da conduta em si (Tabela 8). Em função do sexo dos participantes, todos os homens (19,3%) afirmaram positivamente ter conhecimento da existência dessa prática e igualmente a maioria das mulheres (77,1%) afirmou conhecer, não existindo uma relação significativa entre o conhecimento da prática e o sexo dos participantes ($\chi^2(1) = 1,982, p = ,159$).

No que diz respeito ao conhecimento do termo, e contrariamente à prática, a maioria dos participantes (61,8%) relatou não conhecer a designação “*grooming online*”. Se

ponderarmos uma possível relação entre o conhecimento do termo e o sexo dos educadores, rapidamente se verifica que não existe alguma ($\chi^2(1) = 3,045, p = ,081$). Metade dos homens (9,7%) e também aproximadamente metade das mulheres (52,1%) admitiram nunca ter ouvido falar do termo.

Numa perspetiva global da amostra, dos 96,3% participantes que afirmaram ter conhecimento da existência da prática do *grooming online*, apenas 38,2% afirmaram já ter ouvido falar do termo.

Tabela 7 – Conhecimento da amostra sobre a prática do *grooming online* (n = 218) e sobre o termo (n = 217)

	Amostra		Sexo feminino		Sexo masculino		χ^2	p
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não		
Já tinha ouvido falar da prática	96,3%	3,7%	77,1	3,7	19,3	0	1,982	,159
Omissos		0,5%						
Já tinha ouvido falar do termo	38,2%	61,8%	28,6	52,1	9,7	9,7	3,045	,081
Omissos		0,9%						

Ao examinar a percepção dos inquiridos relativamente à frequência e gravidade do *grooming online*, as respostas foram maioritariamente assinaladas pelos valores mais elevados (Tabela 9). Da amostra conhecida, 115 (54%) creem que os casos de *grooming online* ocorrem com muita frequência, 76 (35,7%) com alguma frequência e 9 (4,2%) participantes acreditam que estes casos raramente ocorrem. Apesar de ser um fenómeno atualmente patente no mundo virtual, ainda 13 (6,1%) inquiridos creem que tal nunca acontece ($Mdn = 4$).

No que toca à percepção da gravidade, a maioria dos participantes (n = 190, 89,2%) expressou bastante relevo quanto ao assunto em questão: 89,2% julgam ser algo muito grave, 9,9% consideram ser grave e nota-se que dois indivíduos (0,9%) consideram ser pouco grave ($Mdn = 4$),

Na mesma tabela percebe-se que quando questionados relativamente à sua percepção sobre a situação mais comum de relação ofensor-vítima em casos de *grooming online*, na globalidade os respondentes responderam que esses casos podem ocorrer tanto entre duas pessoas (ofensor e vítima) desconhecidas como entre duas pessoas pertencentes ao mesmo seio familiar (87,2%), mas, ainda assim, 12,8% dos inquiridos acreditam que este ato surge apenas quando o ofensor e a vítima não têm qualquer tipo de relação, ou seja, quando são desconhecidos ($Mo = 2$).

Tabela 8 – Percepção da amostra sobre a frequência e gravidade do *grooming online* (n = 213) e sobre o tipo de relação ofensor-vítima (n = 211)

Frequência ¹		Gravidade ²		Relação ofensor-vítima ³	
Nunca	6,1%	Pouco grave	,9%	Apenas desconhecidos	12,8%
Raramente	4,2%	Grave	9,9%	Desconhecidos e familiares	87,2%
Algumas vezes	35,7%	Muito grave	89,2%		
Muitas vezes	54%				
Omissos	2,7%		2,7%		3,7%

¹ Mdn = 4

² Mdn = 4

³ Mo = 2

A tabela adiante (Tabela 10) exhibe informação sobre o grau de conhecimento dos educadores relativamente a comportamentos que podem configurar uma situação de *grooming online*. Para obter estes resultados foi necessário construir um índice, a partir de 9 comportamentos³⁹ (7 de *grooming online* e 2 de não *grooming*) em que, para cada um, os participantes respondiam “Sim” (se considerassem que aquele comportamento podia indicar uma conduta de *grooming online*) ou “Não” (caso considerassem que aquele comportamento não poderia estar relacionado com uma conduta de *grooming online*). Foi atribuído o valor “1” a cada resposta correta, “-1” a cada resposta errada e “0” a cada resposta omissa. A partir daqui construiu-se então um score médio de conhecimento, conforme o número de comportamentos acertados corretamente (de 1 a 9) pela amostra em duas situações: uma em que o ofensor era homem e outra em que o ofensor era mulher. Considerou-se relevante analisar ambas as situações uma vez que a percepção dos participantes poderia ser diferente dependendo do sexo do ofensor.

Salienta-se que para os efeitos desta investigação foram desconsiderados os valores negativos do score (correspondentes a 4 indivíduos) e, portanto, só considerámos os indivíduos que acertaram entre 0 a 9 comportamentos.

Posto isto, analisemos primeiro os valores relativos ao conhecimento dos educadores sobre as condutas que podem constituir *grooming online* no caso em que o ofensor é do sexo masculino. O score de conhecimento aqui varia entre 1 a 9, com uma média de 4,84 e um desvio-padrão de 1,410. Um resultado semelhante é visto em relação ao conhecimento no caso de o ofensor ser mulher, visto que vai de 0 a 8 e tem uma média de 4,85 (DP = 1,436). Portanto, o conhecimento médio dos educadores, quer o ofensor seja homem quer seja

³⁹ Ver Grupo “I. Grooming online” – ponto 3.1. e 3.2. – da Segunda Parte do questionário em anexo.

mulher, é de 4,85 (DP = 1,378), ou seja, situa-se na linha de nem muito baixo nem muito elevado.

Tabela 9 – Conhecimento da amostra sobre comportamentos indicativos de *grooming online* (n = 215)¹

	Min-Max	M	DP	IC 95%
Score conhecimento ofensor	1-9	4,84	1,410	4,65 – 5,03
Score conhecimento ofensora	0-9	4,85	1,436	4,65 – 5,04
Score médio	1-9	4,85	1,378	4,6566 – 5,0323

¹ Quatro casos excluídos devido a valores negativos no score

3.4. Dados relativos à exposição ao risco dos educandos (locais, equipamentos e frequência de acesso à Internet)

Este estudo pretendeu não só conhecer alguns hábitos do uso da Internet pelos educadores mas também, e principalmente, dos educandos (relatados pelos respetivos educadores). A partir dos resultados daí extraídos foi possível obter informação sobre o grau de exposição ao risco dos jovens.

Situando a atenção para os valores que constam na Tabela 11, confere-se que quase todos os educandos têm acesso à Internet a partir de casa (n = 212; 98,6%). A casa de amigos/familiares é o segundo local mais reportado onde têm acesso à Internet (60,9%) e no que concerne ao acesso na escola, apenas metade dos educandos parece ter acesso nesse local. Contrariamente às áreas de residência e à escola, analisando os valores respetivos aos espaços mais abertos, como em movimento na rua (onde o acesso à Internet dá-se, por e.g., através de *dados móveis* no telemóvel) ou em espaços públicos (ex: cafés, centros comerciais), mais de metade dos respondentes relataram que os educandos não têm acesso à Internet nesses locais (69,3% e 55,3%). Ainda assim, 30,7% parece aceder à Internet em movimento na rua e 44,7% em espaços públicos. Interessantemente, ainda que esses últimos locais impossibilitem ou limitem o controlo parental, 92,5% dos educadores afirmam ter conhecimento das atividades online dos educandos.

Através do teste de Qui-quadrado, foi possível encontrar relações estatisticamente significativas entre a variável “tem conhecimento das atividades online do educando” e a variável “escola” ($\chi^2(1) = 6,926$, $p = ,008$), “rua” ($\chi^2(1) = 6,197$, $p = ,013$) e “espaços públicos” ($\chi^2(1) = 5,046$, $p = ,025$), concluindo-se assim que o conhecimento dos educadores

das atividades online dos educandos é dependente das variáveis “escola”, “rua” e “espaços públicos”.

Note-se também que a maioria dos educadores afirma que os educandos possuem pelo menos uma conta numa rede social (82,1%).

Tabela 10 – Acesso à Internet dos jovens (locais e redes sociais) e conhecimento dos educadores das suas atividades online (n = 215)

	Sim	Não	M	DP
Locais onde os educandos têm acesso à Internet				
Casa própria	212 (98,6%)	3 (1,4%)	,99	,118
Casa de amigos/familiares	131 (60,9%)	84 (39,1%)	,61	,489
Escola	114 (53%)	101 (47%)	,53	,500
Na rua (em movimento)	66 (30,7%)	149 (69,3%)	,31	,462
Espaços públicos	96 (44,7%)	119 (55,3%)	,45	,498
O educando tem conta em uma rede social	179 (82,1%)	39 (17,9%)	-	-
Conhecimento das atividades online dos educandos¹	198 (92,5%)	16 (7,5%)	1,07	,264
Omissos	5 (2,3%)			

¹ n = 214

Além dos locais de acesso, os participantes foram inquiridos sobre os equipamentos em que os educandos têm acesso à Internet, dentro dos quais computador de mesa, computador portátil, *tablet* e telemóvel.

Verifica-se que o número de equipamentos de acesso à Internet por educandos varia entre 1 a 4, sendo que a maioria possui 3 equipamentos (35,3%) ou 2 equipamentos (39,5%) (Tabela 12). Então, a média verificada é de 2,55 com um desvio-padrão de ,868. De referir que os equipamentos de maior acesso à Internet pelos jovens são aqueles que permitem maior mobilidade: (por ordem descendente) o telemóvel, o computador portátil e o *tablet*.

Tabela 11 – Número de equipamentos de acesso à Internet (n = 215)

	N	%	Min-Max	Moda	M	DP
Nrº. Equipamentos de acesso¹			1-4	3	2,55	,868
1	25	11,6				
2	76	35,3				
3	85	39,5				
4	29	13,5				
Omissos	4 (1,8%)					

¹ Os equipamentos de maior acesso à Internet são o telemóvel, o computador portátil e o *tablet*

² O telemóvel é o equipamento mais reportado pelos educadores

Já em relação à frequência de horas diárias que os educandos passam na Internet, podemos observar que quase metade dos educadores (47,2%) acreditam que os seus educandos usam a Internet, em média, entre 1 a 2 horas por dia e 26,9% creem que o tempo diário se reduz a menos de uma hora (Tabela 13). Um ponto interessante nos dados recolhidos é o facto de menos de 10% dos educadores reportarem que os educandos acedem à Internet diariamente por mais de 4 horas e apenas 5,2% não sabem quanto tempo os educandos passam online ($M = 2,19$, $DP = 1,094$).

Comparando a frequência de acesso em função da idade dos menores, vemos que os mais novos (10-11 anos) são os que utilizam mais a Internet por menos de 1 hora por dia (11,3%) em comparação aos mais velhos (15-17 anos) (4,7%). Os jovens que têm entre 12 a 17 anos são os que utilizam mais a Internet por mais de 3 horas. Também entre estas idades é onde alcançamos valores de que os adultos desconhecem o tempo que eles passam na Internet. Contudo, em qualquer classe etária, os educadores reportaram que a média diária de acesso à Internet dos educandos situa-se entre 1 a 2 horas.

Ainda na tabela 13, o período mais tardio do dia (“noite”) é destacado como aquele em que os educandos mais acedem à Internet (71,4%), independentemente da idade.

Tabela 12 – Horas diárias que os educandos passam online ($n = 212$) e período do dia em que mais acedem à Internet ($n = 219$) (%)

Frequência¹	Amostra	Idade		
		10-11	12-14	15-17
Menos de 1 hora	26,9	11,3	10,8	4,7
Entre 1 a 2 horas	47,2	12,7	22,2	12,3
Entre 3 a 4 horas	11	0,9	7,5	2,8
Mais do que 4 horas	9,1	0,9	4,2	4,2
Não sei	5,2		2,4	2,8
Omissos	3,2		3,2	
Período do dia				
Manhã	1,9	0,5	0,9	0,5
Tarde	35,7	9,4	19,2	7
Noite	71,4	17,4	31,9	22,1

¹ Min-Max: 1-5; $M = 2,19$ ($DP = 1,094$); $Mo = 2$

A partir dos dados acima explicitados sobre o acesso e a utilização da Internet pelos educandos, procedeu-se à construção de um score da exposição ao risco de vitimação a partir de cinco variáveis: “horas diárias que o educando passa online”, “locais onde o educando tem acesso à Internet”, “equipamentos onde o educando tem acesso à Internet”, “o educando tem, pelo menos, uma conta numa rede social” e “o educando acede mais à Internet à noite”.

A primeira variável (horas diárias que o educando passa online) foi categorizada em 1 (correspondente a “até 2 horas por dia”) e 2 (correspondente a “mais de duas horas por dia”) e também os respondentes que assinalaram não saber quantas horas os educandos passam online). A variável “locais onde o educando tem acesso à Internet” foi categorizada da mesma forma, sendo que o valor de 1 corresponde a “até um local” e 2 a “mais de dois locais”. A variável “equipamentos onde o educando tem acesso à Internet” segue também o mesmo padrão: 1 corresponde a “menos de dois” e 2 corresponde a “dois ou mais”. Já a variável “o educando tem, pelo menos, uma conta numa rede social”, sendo uma variável *dummy*, foi recodificada, onde o valor 1 foi atribuído a quem tinha pelo menos uma rede social e o valor 0 foi atribuído a quem não tinha. Por último, a variável “o educando acede mais à Internet à noite” foi inserida no score sem ser necessário fazer qualquer alteração (1 = Sim; 0 = Não).

Posto isto, obteve-se conhecimento acerca da exposição ao risco dos jovens (Tabela 14). Como é possível verificar, a exposição ao risco da amostra total conhecida varia entre 4 a 8, com uma média de 6,48 e um desvio-padrão de ,987. Assim sendo, entende-se que os jovens, em geral, não estão muito expostos aos riscos mas também não estão pouco expostos, situando-se assim numa linha intermédia.

Em referência ao sexo, a exposição ao risco varia entre 4 a 8 igualmente nas raparigas e nos rapazes, porém as raparigas parecem estar moderadamente mais expostas ($M = 6,61$) em comparação aos rapazes ($M = 6,32$).

Tabela 13 – Dados relativos à exposição ao risco dos jovens consoante o sexo e a idade ($n = 211$)

	Exposição ao risco	Min-Max	M	DP
Sexo¹	Amostra total	4-8	6,48	,987
	Rapazes	4-8	6,32	,970
	Raparigas	4-8	6,61	,981
Idade²	10-11 anos	4-8	5,95	,951
	12-14 anos	4-8	6,56	,982
	15-17 anos	5-8	6,88	,803
	Tem conhecimento das atividades online do educando¹	198 (92,5%)	1,07	,264

¹ Mediana: Sexo feminino – 7; Sexo masculino – 6.

² Mediana: 10-11 anos – 6; 12-14 anos – 7; 15-17 anos – 7.

Descobriu-se também que os jovens mais velhos (15-17 anos) encontram-se mais expostos aos riscos, apresentando uma média de exposição de 6,88 (ainda na Tabela 14). Aliás, os valores de dispersão dos dados mostram precisamente essa ideia (Min-Max = 5-8). Os adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos situam-se num patamar

de exposição aproximado aos mais velhos, com uma média de 6,56. Ambas as classes etárias assumem uma mediana de 7, portanto considera-se o grau de exposição relativamente elevado. Em relação ao mais novos (10-11 anos), esses parecem estar menos expostos aos riscos ($M = 5,95$), porém, sendo que a exposição nessa classe varia entre 4 a 8 e a mediana corresponde a 6, isto revela que o grau de exposição, apesar de inferior em relação aos jovens velhos, não é considerado baixo.

3.5. Resultados referentes às preocupações dos educadores com os riscos e comportamentos relativamente ao uso da Internet pelos educandos

A presente investigação objetivou também conhecer e analisar as preocupações dos educadores relativamente a comportamentos que os educandos possam ter e experiências com as quais se possam deparar ao utilizar a Internet. Foi também de interesse investigar se, atendendo ao relato das preocupações, existia uma relação entre essas e as atitudes/comportamentos dos educadores para protegerem os educandos dos riscos que poderiam encontrar na Internet, através da utilização de estratégias de mediação parental.

Foquemos primeiro a atenção na Tabela 15, a qual diz respeito às preocupações dos educadores com os riscos. Os comportamentos e experiências dos menores foram divididos em três tipos de riscos: conteúdo, contacto e conduta. Em qualquer um dos tipos de riscos mais de metade dos educadores mostram níveis elevados de preocupação de determinados comportamentos ou experiências acontecerem com os educandos, sendo que aqueles/as que mais preocupação suscitam estão relacionados com a interação/comunicação sexual entre os educandos e outra pessoa na Internet, nomeadamente falar com desconhecidos sobre sexo (87,2%), produzir e enviar material de teor sexual (85,8%), receber conteúdo de teor sexual (85,4%) e receber comentários de teor sexual (82,2%). Equitativamente um número elevado de participantes demonstrou estar muito preocupado que os menores sejam vítimas de *grooming online* (85,3%).

Apesar destes valores, apenas 67,9% dos educadores estão muito preocupados que os educandos tenham um relacionamento amoroso virtual com alguém, sendo também essa a situação que menos preocupação suscita, o que pode significar que alguns educadores não associam matérias sexuais e o fenómeno do *grooming online* a relacionamentos virtuais. Inclusive, aproximadamente 10% estão pouco preocupados que os seus educandos se

envolvam virtualmente com alguém. Porém, a maioria (80,8%) relatou estar muito preocupada que eles tenham um encontro físico com alguém que conheceram na Internet, o que revela que os educadores estão mais preocupados com um possível relacionamento amoroso físico entre os educandos e outra pessoa do que um relacionamento virtual.

Os menores partilharem informações pessoais/privadas na Internet, verem imagens explícitas de teor sexual ou se isolarem socialmente se passarem muito tempo na Internet, são situações que também suscitam grandes níveis de preocupação entre muitos educadores.

Tabela 14 – Preocupações dos educadores sobre os riscos online

	Comportamentos/experiências	% Omissos	% Amostra			
			1 ¹	2	3	4
Riscos de conteúdo	Ver imagens explícitas de teor sexual na Internet	0,5	2,8	6	15,6	75,7
	Receber conteúdo de teor sexual		1,4	3,2	10	85,4
Riscos de contacto	Ter um relacionamento amoroso virtual com alguém	0,5	4,1	9,6	18,3	67,9
	Partilhar informações pessoais/privadas online		2,3	5	16	76,7
	Receber comentários de teor sexual		1,4	3,7	12,8	82,2
	Falar com desconhecidos online sobre sexo		1,8	3,2	7,8	87,2
	Isolar-se das outras pessoas se passar muito tempo online		3,2	5	22,8	68,9
	Encontrar-se offline com alguém que conheceu online		3,7	5,9	9,6	80,8
	Ser vítima de <i>grooming online</i>	0,9	2,8	4,1	7,8	85,3
Riscos de conduta	Produzir e enviar material de teor sexual	0,5	6	3,7	4,6	85,8

¹ 1 – Nada preocupado; 2 – Pouco preocupado; 3 – Preocupado; 4 – Muito preocupado

Assim sendo, no geral, o grau médio de preocupação dos educadores varia entre 1 a 4 e tem uma média de 3,6832 (DP = ,6009), logo, podemos considerá-lo como sendo muito elevado (Tabela 16). Voltando a atenção para os tipos de riscos (conteúdo, contacto e conduta), as diferenças no nível de preocupação são quase nulas. Os riscos de conteúdo são tidos como ligeiramente mais preocupantes (M = 3,7179), seguidos dos riscos de conduta (M = 3,7018) e dos riscos de contacto (M = 3,6739).

Tabela 15 – Preocupações dos educadores sobre riscos online e mediação parental

	Min-Max	M	DP
Grau médio de preocupação	1-4	3,6832	,6009
Preoc. Riscos de conteúdo	1-4	3,7179	,5875
Preoc. Riscos de contacto	1-4	3,6739	,5969

Preoc. Riscos de conduta	1-4	3,7018	,8021
Score mediação parental	2-15	8,88	3,246

Ainda na Tabela 16, analisadas as preocupações dos educadores em relação aos riscos online que os educandos podem encontrar, analisemos agora a dimensão das estratégias que são utilizadas para minimizar o encontro dos educandos com esses riscos, i.e., estratégias de mediação parental.

O índice de mediação parental foi criado tendo por base cinco estratégias⁴⁰ em que os respondentes respondiam a frequência com que as utilizavam consoante uma escala de *Likert* de “Nunca” a “Todos os dias”. Inicialmente a escala assumiu o valor de 0 (“Nunca”) a 4 (“Todos os dias”). Para a criação de um score, foi necessário recodificar a escala. “Nunca” assumiu o valor de “0”, “Esporadicamente” assumiu o valor de “5”, “Frequentemente” assumiu o valor de “10” e “Todos os dias” assumiu o valor de “15”. Isto dito, conseguimos atestar que o score de mediação parental varia entre 2 a 15, com uma média de 8,88 e um desvio-padrão de 3,246. Assim sendo, os educadores acreditam mediar o uso da Internet dos educandos, em média, numa frequência 9 de 15, o que equivale a alguma regularidade e congruência com o grau elevado de preocupação que relatam ter.

3.6. Percepção do risco e prevalência de experiências de risco de vitimação dos educandos reportadas pelos educadores

Como já mencionado anteriormente, os resultados referentes à percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos no âmbito do *grooming online* e o conhecimento daqueles da ocorrência de experiências de risco de vitimação com os educandos, foram obtidos a partir de uma medida contruída para o efeito⁴¹. Para a percepção do risco de vitimação foram consideradas 9 situações (anteriormente explicadas no ponto 2.3.3.), a partir das quais foi criado um score (Tabela 17). Para a medida de conhecimento de experiências de vitimação, daquelas 9 situações, foi construído um score atendendo apenas a cinco (itens 1, 2, 6, 7, 8), pois eram as únicas que se referiam a possíveis situações de vitimação (tais como solicitações sexuais, *sexting* por parte da outra pessoa que não o educando e envio de presentes sexuais por parte da outra pessoa que não o educando).

⁴⁰ Ver Grupo “II. Segurança na Internet” – ponto 1. – da Terceira Parte do questionário em anexo.

⁴¹ Ver Grupo “III. Comportamentos e experiências online” – ponto – da Terceira Parte do questionário em anexo

Uma vez que estamos a trabalhar com índices, foi necessário realizar um teste de consistência interna, utilizando para esse efeito a medida do Alfa de Cronbach (α). Assim, para a medida da percepção do risco foi encontrado um α de ,926, considerado bastante elevado, e para a medida de vitimação foi encontrado um alfa de ,863, igualmente elevado.

Verifica-se então que a percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos varia entre 0 a 1, com uma média de ,0392 e um desvio-padrão de ,1538 (Tabela 17). Logo, daqui podemos aferir que a percepção dos educadores, no geral, é relativamente baixa.

De acordo com o sexo dos educandos, a percepção do risco é ligeiramente superior nas raparigas ($M = ,0483$) em comparação aos rapazes ($M = ,0290$), portanto, os educadores com educandas (sexo feminino) consideram que essas estão em maior risco de vitimação do que os educadores com educandos (sexo masculino). Já no que concerne à idade dos jovens, a percepção do risco é claramente superior em aqueles com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos ($M = ,0651$), seguida dos adolescentes entre os 12 e os 14 anos ($M = ,0442$). Em relação aos educandos mais novos (10-11 anos) a percepção de algum risco referente ao *grooming online* é quase inexistente ($M = ,0039$).

Tabela 16 – Percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos (n = 218)

	Alpha	Min-Max	Amostra	Sexo ¹		Idade ²		
			M (DP)	M	F	10-11	12-14	15-17
Percepção do risco	,926	,00-1	,0392 (,1538)	,0290	,0483	,0039	,0442	,0651

¹ Masculino: DP = ,1316; Feminino: DP = ,1708

² 10-11: DP = ,0206; 12-14: DP = ,1735; 15-17: DP = ,1839

Atentemos agora aos resultados sobre o conhecimento dos educadores de experiências de risco de vitimação online ocorridas com os educandos (Tabela 18). Alerta-se para a taxa significativamente baixa de conhecimento sobre situações/experiências de risco que possam ter ocorrido com os educandos e que poderiam, em determinadas circunstâncias, conduzir a uma experiência de *grooming online*.

De seis experiências de risco de vitimação apresentadas, o total de ocorrências com assinaladas positivamente pelos educadores corresponde a 22, sendo que 6 referiram que o educando *já se encontrou com alguém que conheceu na Internet* (experiência mais reportada), 4 referiram que *alguém enviou ao educando fotos íntimas ou vídeos de conteúdo sexual (sexting)*, *alguém pediu ao educando informações sexuais sobre o próprio* (solicitação sexual)

e alguém pediu ao educando que mostrasse as partes íntimas na webcam ou fizesse algo relacionado com sexo (solicitação sexual); 3 educadores admitiram que alguém pediu ao educando que enviasse fotografias íntimas do próprio (solicitação sexual) e apenas 1 educador referiu ter conhecimento que alguém enviou ao educando presentes sexuais.

Voltando a atenção para estas situações em função do sexo dos jovens, é claramente perceptível que a prevalência é superior em raparigas ($n = 16 - 7,5\%$), além de que todas as experiências são reportadas terem ocorrido por pelo menos um educador de uma rapariga, enquanto nos rapazes apenas quatro são mencionadas (“Alguém enviou a ele/ela fotos íntimas ou vídeos de conteúdo sexual”; “Ela/ela já se encontrou com alguém que conheceu na Internet”; “Alguém pediu a ele/ela informações sexuais sobre ele/ela próprio/a”; “Alguém pediu a ele/ela que mostrasse partes íntimas na webcam ou fizesse algo relacionado com sexo”) ($n = 6 - 2,8\%$).

Em função da idade dos educandos, e tal como o sexo, a prevalência de experiências de risco de vitimação é também clara, com destaque para os adolescentes com idades entre os 12 e os 17 anos. Nenhum educador com educandos mais novos (10-11) reportou ter conhecimento de alguma experiência de risco ter ocorrido com esses. Todas as experiências foram reportadas por pelo menos um educador com educandos entre os 15 e os 17 anos e apenas a experiência “Alguém enviou a ele/ela presentes sexuais” não foi reportada por nenhum educador com educandos entre os 12 e os 14 anos.

Tabela 17 – Número de experiências de risco de vitimação reportadas pelos educadores

Experiências	n (%)	Sexo		Idade		
		F	M	10-11	12-14	15-17
Alguém pediu que ele/ela enviasse fotografias íntimas de si mesmo/a	3 (1,4%)	3 (1,4%)	0	0	2 (,9%)	1 (,5%)
Alguém enviou a ele/ela fotos íntimas ou vídeos de conteúdo sexual	4 (1,9%)	2 (,9%)	2 (,9%)	0	1 (,5%)	3 (1,4%)
Ele/ela já se encontrou com alguém que conheceu na Internet	6 (2,8%)	4 (1,9%)	2 (0,9%)	0	1 (,5%)	5 (2,3%)
Alguém enviou a ele/ela presentes sexuais (ex: preservativos, filmes pornográficos, etc)	1 (,5%)	1 (,5%)	0	0	0	1 (,5%)
Alguém pediu a ele/ela informações sexuais sobre ele/ela próprio/a	4 (1,9%)	3 (1,4%)	1 (,5%)	0	2 (,9%)	2 (,9%)
Alguém pediu a ele/ela que mostrasse partes íntimas na webcam ou fizesse algo	4 (1,9%)	3 (1,4%)	1 (,5%)	0	1 (,5%)	3 (1,4%)

relacionado com sexo

TOTAL	22 (10,4%)	16 (7,5%)	6 (2,8%)	-	7 (3,3%)	15 (7%)
-------	------------	-----------	----------	---	----------	---------

4. Teste das hipóteses de investigação

4.1. Relação entre características sociodemográficas (idade e sexo) dos educandos com o grau de preocupação dos educadores sobre os riscos online e com a mediação parental

No seguimento das nossas questões de investigação e respetivas hipóteses, pretendíamos explorar a existência de uma relação entre características sociodemográficas dos educandos (idade e sexo) e o grau de preocupação dos educadores com os riscos (maioritariamente) sexuais aos quais os menores podem estar expostos na Internet, e ainda uma relação entre a idade e o sexo dos jovens e a frequência de mediação parental exercida.

Com efeito, não foi encontrada uma correlação significativa entre a idade dos educandos e o grau de preocupação geral dos educadores ($r_s = -,094$, $p > ,05$) (Tabela 19). Contudo, encontrou-se uma correlação negativa significativa entre a idade dos primeiros e a preocupação com riscos de conduta, apesar de fraca ($r_s = -,157$, $p = ,021$). Assim, quanto mais novos os jovens são menos os educadores se preocupam que eles possam encontrar riscos de conduta (por exemplo, produzirem e enviarem material de teor sexual), e, inversamente, quanto mais velhos os jovens mais os educadores se preocupam.

No respeitante à relação entre a idade dos educandos e à mediação parental exercida pelos educadores – através da adoção de um conjunto de estratégias de proteção online – descobriu-se uma correlação negativa moderada estatisticamente significativa entre ambas as variáveis ($r_s = -,358$, $p = ,001$). Quer isto dizer que quanto mais velhos os educandos são, menor é a regularidade com que os educadores utilizam estratégias de mediação parental e quanto mais novos os educandos são mais frequentemente são utilizadas essas estratégias. Ao aferir este resultado pelo teste do Qui-Quadrado concluímos que a mediação parental, de facto, não é independente da idade dos educandos ($\chi^2(2) = 24,686$, $p = ,001$).

Tabela 18 – Correlações entre a idade dos educandos, o grau de preocupação dos educadores com os riscos online e a percepção da mediação parental exercida

	1	2	3	4	5	6
1. Idade dos educandos	-	-,094	-,076	-,113	-,157*	-,358***

Percepções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

2. Grau de preocupação	-	-	,781***	,977***	,641***
3. Preoc. Riscos de Conteúdo	-	-	-	,691***	,673***
4. Preoc. Riscos de Contacto	-	-	-	-	,633***
5. Preoc. Riscos de Conduta	-	-	-	-	-
6. Mediação parental (score)					

Correlações de Spearman. * $p < ,05$; *** $p < ,001$.

Não foram encontrados resultados significativos em relação a diferenças entre o sexo dos jovens e o grau de preocupação dos educadores ($p = ,797$), ou ainda sobre o sexo dos jovens e a preocupação com riscos específicos, quer de conteúdo ($p = ,452$), quer de contacto ($p = ,948$) ou de conduta ($p = ,882$) (Tabela 20), logo, o grau de preocupação geral dos educadores e a preocupação com riscos específicos não difere consoante o sexo dos educandos.

À semelhança do grau de preocupação, também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na mediação parental em função do sexo dos menores ($\chi^2(1) = 1,379$, $p > ,05$), o que indica que os educadores medeiam o uso da Internet dos educandos de forma semelhante independentemente de serem rapazes ou raparigas.

Tabela 19 – Diferenças entre o grau de preocupação dos educadores com os riscos online em função do sexo dos educandos

	Sexo dos educandos				U	p
	Feminino		Masculino			
	n	Ordem Média	n	Ordem média		
Grau de preocupação	118	106,39	92	104,36	5323,500	,797
Preoc. Riscos de Conteúdo	122	107,83	92	107,07	5352,000	,452
Preoc. Riscos de Contacto	122	109,63	92	104,67	5493,500	,948
Preoc. Riscos de Conduta	120	106,72	92	106,21	5572,000	,882
Mediação parental¹	111	93,41	88	108,32	4152,000	,069

Teste de Mann-Whitney

¹ $M(DP) = 8,93(3,214)$

4.2. Relação entre características sociodemográficas (idade, sexo, estado civil e nível de escolaridade) dos educadores e a mediação parental

Atentemos agora à análise de relações entre características sociodemográficas dos educadores (idade, sexo, estado civil e nível de escolaridade) e a frequência de utilização de estratégias por esses para reduzir a probabilidade de encontro dos educandos com riscos na Internet (i.e. estratégias de mediação parental).

É possível conferir uma correlação negativa moderada significativa entre a idade dos educadores e a frequência de mediação parental exercida ($r_s = -,411$, $p = ,001$) (Tabela 21), no sentido em que menos idade dos educadores está associada a uma maior regularidade de uso de estratégias de mediação parental e quanto mais velhos os educadores são menos regular é esse controlo.

Ao confrontar a mediação parental em função do nível de escolaridade dos educadores, concluímos que não existe relação entre as duas variáveis ($\chi^2(5) = 4,725$, $p = ,450$) pelo teste de independência do Qui-Quadrado.

Tabela 20 – Correlações entre a idade e o nível de escolaridade dos educadores e a mediação parental

	Mediação parental	<i>p</i>
Idade	-,411	,000
Nível de escolaridade	-,101	,152

Correlação de Spearman (Idade e mediação parental) e teste do Qui-Quadrado (nível de escolaridade e mediação parental)

Procurando descobrir diferenças entre a mediação parental exercida em função do sexo dos educadores, verifica-se pelas ordens médias que, de facto, as mulheres parecem mediar mais o uso da Internet dos menores do que os homens, no entanto, essas diferenças não são significativas, uma vez que apresentam um *p-value* superior a ,05 (Tabela 22).

Tabela 21 – Diferenças entre a frequência de mediação parental exercida em função do sexo dos educadores

	Sexo do educador				<i>U</i>	<i>p</i>
	n	Feminino <i>Ordem Média</i>	n	Masculino <i>Ordem média</i>		
Mediação parental	162	105,16	40	86,68	2647,000	,072

Teste de Mann-Whitney

A mesma situação foi ponderada para relativamente ao estado civil. Assim sendo, são claramente evidentes diferenças significativas entre educadores casados e divorciados/separados e educadores solteiros ($p = ,005$), o que significa que a frequência de mediação parental exercida é consideravelmente superior em educadores solteiros (Tabela 23).

Tabela 22 – Diferenças entre a frequência de mediação parental exercida em função do estado civil

	Estado civil			H(3)	p
	Casado (n = 140)	Divorciado/ Separado (n = 37)	Solteiro (n = 23)		
	Ordem Média	Ordem média	Ordem média		
Mediação parental	95,69	95,61	137,67	10,806	,005

Teste de Kruskal-Wallis

4.3. Relação entre a utilização da Internet dos educadores, a preocupação com os riscos online e a mediação parental

Do interesse em causa foi também pretendido investigar se a preocupação dos educadores com os riscos que os educandos podem encontrar na Internet e a adoção de estratégias que os protejam desses riscos difere consoante a frequência com que próprios educadores utilizam a Internet.

Assim, comprova-se que existe uma relação estatisticamente significativa ($H(2) = 7,072$; $p = ,029$) entre o nível de preocupação dos educadores e a utilização da Internet pelos mesmos (Tabela 24). Em concreto, quanto maior é o grau de frequência de utilização da Internet, menor é o grau de preocupação.

Não foram, porém, encontradas diferenças significativas entre as três classes de utilização da Internet, em termos de preocupação com riscos de conteúdo ($H(2) = 3,003$; $p = ,223$), de preocupação com riscos de contacto ($H(2) = 5,468$; $p = ,065$), de preocupação com riscos de conduta ($H(2) = 3,225$; $p = ,199$) e com a mediação parental ($H(2) = 1,010$; $p = ,604$).

Tabela 23 – Diferenças entre o grau de preocupação dos educadores com os riscos online e a mediação parental em função da utilização da Internet pelos mesmos

Frequência de utilização da Internet								
	Não utilizador		Utilizador ocasional		Utilizador frequente			
	n	<i>Ordem média</i>	n	<i>Ordem média</i>	n	<i>Ordem média</i>	H(2)	<i>p</i>
Grau de preocupação	7	150,64	20	127,35	187	103,76	7,072	,029
Preoc. riscos de conteúdo	7	138,50	20	115,65	191	107,79	3,003	,223
Preoc. riscos de contacto	7	148,71	21	123,64	188	105,31	5,468	,065
Preoc. riscos de conduta	7	125,00	21	120,31	190	107,73	3,225	,199
Mediação parental	6	95,25	18	114,36	178	100,41	1,010	,604

Teste de Kruskal-Wallis

4.4. Relação entre as preocupações dos educadores com os riscos online e a mediação parental

Com referência às preocupações dos educadores e à gestão que fazem para minimizar os riscos que os educandos possam encontrar online (i.e. mediação parental), outro objetivo adicional foi explorar essa relação entre as duas variáveis.

Para o efeito, focou-se primeiro nas correlações entre o grau médio de preocupação geral dos educadores e a preocupação com os vários tipos de riscos específicos (Tabela 25). Nota-se desde logo correlações positivas fortes e estatisticamente significativas entre o grau médio de preocupação e a preocupação com os vários tipos de riscos, sendo que os que parecem preocupar mais os educadores correspondem a *riscos de contacto* ($r_s = ,995, p = ,001$), seguidos de *riscos de conteúdo* ($r_s = ,928, p = ,001$) e *riscos de conduta* ($r_s = ,912, p = ,001$). Isto significa que os educadores estão mais preocupados com riscos em que os educandos poderão participar ativamente para receber, como por exemplo “*ter um relacionamento amoroso virtual*”, “*falar com desconhecidos na Internet sobre sexo*” ou “*encontrar-se com alguém que conheceu na Internet*”, seguindo-se a preocupação com riscos com os quais os menores se podem deparar espontaneamente, como por exemplo “*receber conteúdo de teor sexual*” ou “*ver imagens explícitas de teor sexual na Internet*” e, por último, a preocupação com riscos em que são os próprios educandos a atrair voluntariamente, nomeadamente “*produzir e enviar material de teor sexual (ex: imagens de si próprio)*”.

Os vários tipos de riscos também se correlacionam positivamente entre si. Os riscos de conteúdo correlacionam-se moderadamente com os riscos de contacto ($r = ,894, p = ,001$) e com os riscos de conduta ($r = ,785, p = ,001$), assim como os riscos de contacto se correlacionam moderadamente com os riscos de conduta ($r = ,892, p = ,001$). De um modo clarificado, quando aumenta a preocupação com os riscos de conteúdo, aumenta também a preocupação com os restantes tipos de riscos e quando diminui a preocupação com os riscos de conteúdo, diminui também a preocupação com os outros riscos.

Tabela 24 – Correlações entre as preocupações dos educadores com os riscos online e a mediação parental

	1	2	3	4	5
1. Grau de preocupação	-	,928***	,995***	,912***	,195**
2. Preoc. riscos de conteúdo	-	-	,894***	,785***	,172*
3. Preoc. Riscos de contacto	-	-	-	,892***	,203**
4. Preoc. Riscos de conduta	-	-	-	-	,130
5. Mediação parental	-	-	-	-	-

Correlação de Pearson. * $p < ,05$; ** $p < ,01$; *** $p < ,001$.

Ainda na Tabela 25 é assinalada uma relação positiva estatisticamente significativa (mas fraca) entre a preocupação dos educadores em geral e a percepção da frequência de mediação parental exercida. Há, de facto, uma associação positiva estatisticamente significativa (mas fraca) entre ambas as variáveis ($r = ,195$, $p = ,006$).

Voltando a atenção para as preocupações dos educadores no que diz respeito aos três tipos de riscos (conteúdo, contacto e conduta), verifica-se também correlações significativas entre os riscos de conteúdo e de contacto e a frequência de mediação parental. Deste modo, a preocupação com os educandos encontrarem riscos de conteúdo ($r = ,172$, $p = ,015$) ou de contacto ($r = ,203$, $p = ,004$) está positivamente associada a uma maior regularidade de uso de estratégias de mediação parental. Apesar disto, chamamos a atenção para o facto de estas correlações terem uma magnitude inferior a .30, sendo por isso consideradas fracas. Um dado interessante é que, o facto de os educadores mostrarem-se preocupados com os riscos de conduta, não conduz a uma maior frequência de uso de estratégias de mediação parental ($r = ,130$, $p > ,05$), o que é divergente com os outros riscos.

Clarificada a questão das preocupações na sua relação com a mediação parental, analisemos agora se os níveis de stresse dos educadores (fator interno ao indivíduo que pode ser condicionante) têm efeito na frequência de mediação parental exercida.

4.5. Relação entre níveis de stresse dos educadores e mediação parental

Como apresentado no enquadramento teórico, existem diversos fatores no seio familiar que podem tornar os jovens mais vulneráveis ao *grooming online*, como relações pobres e/ou conflituosas com a família, o estatuto socioeconómico, etc. Sabemos também que o stresse é um fator que pode suscitar diversas complicações no indivíduo e consequentemente na sua família, então, no nosso estudo decidimos investigar a existência de alguma relação entre o stresse advindo do papel de ser educador e o stresse que pode surgir de situações com impacto na família com a maior ou menor utilização de estratégias de mediação parental.

Neste estudo, o nível de stresse é aferido por uso de duas medidas - *stresse da família* e *stresse parental*. A primeira, construída a propósito da presente investigação, diz respeito a

uma série de fatores/condições que, pela sua presença ou ausência, podem aumentar ou diminuir o stresse do indivíduo e, conseqüentemente, da sua família.

Por sua vez, o stresse parental foi aferido pela Escala de Stresse Parental de Berry e Jones (1995) e diz respeito a uma série de situações que podem causar stresse no educador, relacionadas com a sensibilidade aos educandos, com o comportamento dos educandos e com a relação educadores-educandos.

Retomando a atenção para a relação entre o índice de stresse na família e a frequência de mediação parental exercida, verifica-se que não há uma correlação significativa entre estas medidas, quer entre a mediação parental e condições favoráveis ao aumento do stresse da família ($r = ,155$), quer entre a mediação parental e condições favoráveis à diminuição do stresse da família ($r = ,129$) (Tabela 26). Porém, constata-se uma correlação negativa fraca significativa entre as condições favoráveis ao aumento do stresse e as condições favoráveis à diminuição do stresse ($r = -,214$, $p = ,001$). Isto indica que o aumento da presença de condições físicas e psicológicas que aumentam o stresse na família diminui na presença de condições físicas e psicológicas que diminuem o dito stresse.

Tabela 25 – Correlações entre a mediação parental e os níveis de stresse familiar e stresse parental

	1	2	3	4.
1. Mediação parental	-	-,100	,129	-,097
2. Condições favoráveis ao aumento do stresse familiar (score médio)	-	-	-,214**	,350***
3. Condições favoráveis à diminuição do stresse familiar (Score médio)	-	-	-	-,255***
4. Stresse parental (score médio)	-	-	-	-

Correlações de Pearson. ** $p < ,01$; *** $p < ,001$

Na mesma tabela em análise (26) observa-se igualmente a inexistência de uma correlação estatisticamente significativa entre o stresse parental e a mediação parental ($r = -,097$, $p > ,05$). Ou seja, um maior ou menor nível de stresse nos indivíduos em relação ao seu papel de educadores não tem implicação na frequência de uso de estratégias que visam proteger os seus educandos dos riscos e perigos online.

Deste modo, conclui-se que a maior ou menor utilização de estratégias de mediação parental pelos educadores não varia com os níveis de stresse familiar e de stresse parental.

4.6. Relação entre características sociodemográficas dos educandos e percepção dos educadores do risco

Até este ponto foram analisadas diversas questões que tiveram como variáveis dependentes (a) as preocupações dos educadores com os riscos online que os educandos podem encontrar e (b) as estratégias de mediação parental. Versa-se agora a atenção para uma análise à percepção dos dos educadores do risco de vitimação dos educandos (variável dependente) tomando em conta a idade dos menores (variável independente).

Isto dito, um dos objetivos em conta foi explorar se a idade dos jovens estaria relacionada com a percepção dos educadores do risco de vitimação. Com efeito, a análise estatística aponta para uma relação positiva estatisticamente significativa entre as variáveis ($r_s = ,217, p = ,001$), porém, fraca (Tabela 27). Então, quanto mais velhos os menores são, maior é a percepção dos educadores do risco de vitimação desses, do mesmo modo que quanto mais novos os menores são menor é a percepção do risco.

Tabela 26 – Correlação entre a idade dos educandos e a percepção dos educadores do risco de vitimação dos jovens

	1	2
1. Idade do educando	-	,217***
2. Percepção do risco	-	-

Correlação de Spearman. *** $p < ,001$

Note-se que existem também diferenças significativas na percepção do risco consoante a classe etária dos educandos ($H(2) = 6,875, p = ,032$) (Tabela 28). Focando nas ordens médias, essas diferenças tendem a aumentar de classe para classe. Então, os educadores de menores entre os 12 e os 14 anos parecem ter uma maior percepção do risco do que educadores de menores com 10 e 11 anos e os educadores de menores mais velhos (15-17) têm uma maior percepção do risco em relação aos educadores de menores entre os 12 e os 14 anos.

Tabela 27 – Diferenças entre a percepção dos educadores do risco em função da idade dos educandos

	Idade dos educandos (por classes)			H(2)	p
	10-11	12-14	15-17		
	(n=57)	(n=103)	(n=58)		
	Ordem média	Ordem média	Ordem média		
Percepção do risco	100,10	110,30	117,33	6,875	,032

Teste de Kruskal-Wallis

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos (feminino e masculino) dos educandos relativamente à percepção que os educadores têm acerca do risco que aqueles correm ($U = 5273,5$; $p = ,183$) (Tabela 29).

Tabela 28 – Diferenças entre a percepção dos educadores do risco em função do sexo dos educandos

	Sexo dos educandos		<i>U</i>	<i>p</i>
	Feminino	Masculino		
	(n=122) <i>Ordem média</i>	(n=92) <i>Ordem média</i>		
Percepção do risco	110,27	103,82	5273,500	,183

Teste de Mann-Whitney

4.7. Relação entre o grau de conhecimento do *grooming online*, a percepção do risco e a utilização de estratégias de mediação parental

Um dos objetivos centrais desta investigação foi também investigar possíveis relações entre o grau de conhecimento dos educadores do fenómeno do *grooming online* (medido pelo score de conhecimento das condutas que podem indicar essa prática) e a percepção deles do risco de vitimação dos educandos. Esperava-se-se que um melhor conhecimento dos educadores sobre os comportamentos que podem indicar uma situação de *grooming online* estaria associado a uma maior percepção do risco dos educandos. Porém, os testes realizados à correlação de Spearman revelaram-se não significativos. De facto, o nível de percepção do risco não se encontra relacionado com o grau de conhecimento ($r_s = -,049$; $p = ,475$) (Tabela 30). Ou seja, um maior ou menor conhecimento do *grooming online* não está associado à percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos.

Tabela 29 – Correlação entre o grau de conhecimento dos educadores das condutas que configuram o *grooming online*, a mediação parental e a percepção do risco

	Percepção do risco	<i>p</i>
Grau de conhecimento	-,049	,475
Mediação parental	-,029	,679

Correlação de Spearman

Na continuidade da análise da referida tabela (30), surgiu a intenção de explorar uma eventual relação entre a percepção do risco dos educadores e a adoção de estratégias de

mediação parental. Numa reflexão sobre o assunto, esperou-se que uma maior percepção do risco de vitimação por *grooming online*, devido a ser uma ofensa sexual, estaria associada a uma maior regularidade de os educadores utilizarem práticas para melhor gerir o uso da Internet dos educandos e minimizar a probabilidade de aparecimento de tal risco (i.e. práticas de mediação parental). Porém, os resultados referentes à relação entre a percepção do risco e a mediação parental não foram significativos ($r_s = -,029$; $p = ,679$), o que significa que uma maior ou menor percepção do risco de vitimação dos educandos não está associada à frequência de uso de estratégias de mediação parental.

4.8. Variáveis preditoras da mediação parental

Analisadas todas as relações e diferenças entre as variáveis que pretendíamos explorar, importa saber agora quais as variáveis independentes do nosso estudo que podem ser explicativas da mediação parental. Para isto, procedeu-se a uma regressão linear a partir de variáveis sociodemográficas dos educandos (*idade e sexo*), da *frequência de uso da Internet pelos educadores*, da *localização dos equipamentos de acesso à Internet em casa* (espaços com maior privacidade de acesso, nomeadamente quarto e casa de banho) e da *percepção dos educadores da (in)segurança da Internet* (Tabela 31). Esta última variável foi adaptada de um estudo que concluiu que a percepção dos educadores da (in)segurança da televisão predizia a mediação parental. Todas estas variáveis (explicativas) são apresentadas na literatura como explicativas da mediação parental (variável explicativa), portanto pretendemos agora saber se essas mesmas variáveis explicativas, no nosso estudo, apontam no sentido da predição da mediação parental.

Isto posto, verificou-se que 14,7% da variação total da mediação parental é explicada pelas variáveis independentes apresentadas (r^2 ajustado = ,147). Todavia, apenas duas variáveis têm poder preditivo, sendo elas a idade dos educandos ($p = ,001$) e a localização dos equipamentos em casa ($p = ,010$). Em contrapartida, o sexo dos educandos não apresenta significado estatístico para predizer a mediação parental ($p = ,133$), tampouco a frequência de uso da Internet dos educadores ($p = ,967$) e a percepção destes da (in)segurança da Internet ($p = ,428$), uma vez que apresentam um *p-value* superior a ,05. Em falta está a variável “localização dos equipamentos em casa” que, como constatado, também é explicativa da variável em análise ($p = ,010$).

Tabela 30 – Predição da mediação parental a partir da idade e sexo dos educandos, uso da Internet dos educadores, localização dos equipamentos em casa e percepção dos educadores da (in)segurança da Internet

	B	Erro padrão	β	<i>t</i>	<i>p</i>
Constante	16,665	2,247	-	7,417	,000
Idade dos educandos	-,565	,118	-,323	-4,779	,000
Sexo dos educandos	,664	,440	,102	1,509	,133
Uso da Internet pelos educadores	,011	,271	,003	,041	,967
Localização dos equipamentos em casa (loais privados)	-1,159	,446	-,176	-2,598	,010
Segurança da Internet	-,257	,324	-,053	-,795	,428

Nota: $r = ,411$; r^2 ajustado = ,147

Deste modo, quando no nosso estudo se versou sobre um conjunto de variáveis independentes que em outros estudos da comunidade científica foram apontadas como preditoras da mediação parental, apenas duas delas (idade do educando e localização dos equipamentos em casa) apresentaram poder preditivo para a mediação parental. Além disso, interessa apontar que a idade dos educandos é a variável com mais importância para explicar a mediação parental ($\beta = -,323$), seguida da variável localização dos equipamentos em casa ($\beta = -,176$), ambas com valor negativo nessa explicação, ou seja, quanto menor a idade dos educandos maior é a frequência de mediação parental exercida e em quanto menos locais privados da casa os menores acedem à Internet também maior é a frequência da mediação parental.

4.9. Variáveis preditoras da percepção do risco

Com base nas conclusões estatísticas a que se chegou, propôs-se um modelo de predição da variável dependente “percepção do risco” de vitimação dos educandos. Foi verificado, a partir das hipóteses formuladas, que a apenas a *idade dos educandos* se correlaciona significativamente com a percepção do risco. Posto isto, realizou-se então uma regressão linear em que se considerou a idade dos menores como uma variável explicativa da percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos. Além desta, pretendeu-se verificar se outras variáveis estudadas predizem a maior ou menor percepção dos educadores do risco. Assim sendo, foram consideradas também como possíveis variáveis explicativas o *nível de escolaridade dos educadores*, o *nível de stresse parental*, o *conhecimento que os educadores têm das atividades online dos educandos* e os *educandos pedirem-lhes ajuda* (em algum momento) com uma situação incomodativa ocorrida na Internet.

O primeiro aspeto a destacar é a variância total deste modelo ser explicada pelas variáveis independentes apresentadas em 13,1% (r^2 ajustado = ,131) (Tabela 32). Embora a idade dos educandos esteja correlacionada com a percepção dos educadores do risco de vitimação, não aparenta ser uma variável preditora ($p = ,100$). O mesmo se nota em relação ao nível de escolaridade dos educadores ($p = ,052$). Contudo, o nível de stresse parental, o conhecimento dos educadores das atividades online dos educandos e os últimos já terem pedido ajuda aos educadores com alguma situação incómoda na Internet, apontaram ser variáveis que predizem a percepção do risco ($p = ,017$; $p = ,001$; $p = ,011$, respetivamente).

Ao analisar o valor do beta (β), a variável com maior peso na predição da percepção do risco é “o conhecimento dos educadores das atividades online dos educandos” ($\beta = ,233$). Importa referir que todas as variáveis preditoras apontam no sentido de um valor positivo, o que significa que quanto mais alto for o nível de stresse parental, o conhecimento das atividades online dos educandos e quanto mais estes falam com os educadores sobre experiências negativas na Internet, maior será a percepção dos educadores do risco de vitimação.

Tabela 31 – Predição da percepção do risco de vitimação a partir da idade dos educandos, nível de escolaridade dos educadores, nível de stresse parental, conhecimento das atividades online dos educandos e os educandos pedirem ajuda numa situação incómoda

	B	Erro padrão	β	<i>T</i>	<i>p</i>
Constante	-,272	,098	-	-2,794	,006
Idade dos educandos	,010	,006	,116	1,654	,100
Nível de escolaridade dos educadores	-,014	,007	-,134	-1,957	,052
Nível de Stresse Parental	,003	,001	,165	2,410	,017
Conhecimento das atividades online	,136	,041	,233	3,310	,001
Pedido de ajuda dos educandos	,067	,026	,177	2,578	,011

Nota: $r = ,393$; r^2 ajustado = ,131

5. Discussão dos resultados

Até então, a investigação em volta do *grooming online* tem se focado em aspetos da prevalência de vitimação (experiências reportadas pelos jovens) e da mediação do uso da Internet dos jovens (relatos reportados tanto pelos jovens como pelos educadores). Atendendo a alguma escassez de estudos que incidam num sentido percetual do *grooming online*, esta investigação teve como principais objetivos analisar as percepções dos educadores de crianças e adolescentes acerca do fenómeno do *grooming online* e do risco de vitimação que

enfrentam, conhecer a prevalência de experiências de risco de vitimação ocorridas do conhecimento dos educadores e analisar as estratégias de proteção utilizadas pelos educadores no sentido de minimizarem os riscos que os educandos podem experienciar em ambiente online. Com isto pretendemos contribuir, com uma versão parental, sobre a exploração de vertentes subjacentes ao *grooming online*.

Os resultados desta investigação são coincidentes com uma parte da literatura e estudos empíricos, embora também tenhamos encontrado resultados divergentes. Antes de procedermos à discussão das hipóteses colocadas, julgamos interessante primeiro comprar os nossos resultados obtidos relativos à percepção dos pais/educadores sobre o conhecimento da prática do *grooming online*, do termo, gravidade e frequência, com os resultados referentes ao estudo português de 2016 de Branca, Grangeia e Cruz, as quais inquiriram 151 jovens entre os 11 e os 16 anos em duas Escolas Básicas dos 2º e 3º Ciclos do concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, também sobre conhecimento do termo, da gravidade e da frequência.

O presente estudo decidiu questionar os participantes sobre o conhecimento da prática do *grooming online* e, por sua vez, sobre o termo. Apesar de conhecido na comunidade científica, pelo facto de se tratar de uma designação de língua inglesa, não é usualmente atendido pelos meios de comunicação de massa portugueses. No entanto, partiu-se do pressuposto de que a conduta em si é mais facilmente percecionada pela população. Deste modo, decidimos comparar ambas as respostas, com o intuito de conhecer o grau de disparidade no conhecimento da ação em si e daquilo a que é designada.

Assim sendo, confirmámos que a maioria dos educadores (96,3%) tem efetivamente conhecimento da existência dessa prática. Contudo, e como esperado, relativamente ao conhecimento do termo, apenas 38,2% respondeu positivamente, o que significa que mais de metade dos participantes, no momento anterior ao preenchimento do questionário, conheciam a existência dessa conduta, mas não a conheciam pelo nome que foram questionados. O mesmo se observou no estudo de Branca et al. (2016), onde 70,2% dos jovens respondeu também nunca ter ouvido falar no termo. Ainda assim, a percentagem de jovens a não conhecer o termo é superior à percentagem de educadores do presente estudo em aproximadamente 8%.

Em ambos os estudos, os resultados relacionados com a percepção da prevalência são quase idênticos. Quando questionámos os educadores sobre a frequência do *grooming online*, as respostas foram relativamente elevadas: a maioria (54%) considera que ocorre “muitas vezes” ou “algumas vezes” (35,7%). No caso do estudo português referenciado, a maioria dos

jovens (51,3%) percebe que este fenómeno ocorre “muitas vezes” ou “algumas vezes” (32%), apesar de os mesmos julgarem que “raramente” ou “nunca” acontece. Como já vimos na literatura, este fenómeno, apesar de bem representado na realidade social, não tem uma taxa de prevalência muito elevada. Aliás, há evidência empírica de que um dos comportamentos referentes ao *grooming online* – as solicitações sexuais – tem diminuído ao longo dos anos (Mitchell, Jones, Finkelhor & Wolak, 2014). Portanto, apesar de ser uma ofensa de difícil estimativa, não há indícios na literatura de que seja muito frequente.

No que se refere à percepção da gravidade, averiguou-se maiores diferenças entre este estudo e o de Branca et al. (2016). Descobriu-se que a vasta maioria dos educadores (89,2%) considera que o *grooming online* é um fenómeno “muito grave” e 9,9% considera apenas “grave”, ao passo que no estudo português em comparação – Branca et al. –, 59% dos jovens considera ser “muito grave” e 34,7% considera “grave”. Além disso, nesse último estudo verifica-se também que um relativo número de jovens ($n = 5$; 3,3%) considera essa prática “nada grave”, enquanto no presente estudo nenhum pai respondeu a essa alternativa.

Podemos então concluir, a partir dos resultados apresentados, e partindo do pressuposto que apesar de os participantes de ambos os estudos não partilharem uma relação de parentesco entre si, que não se notam grandes disparidades confrontando as respostas de ambos ao nível do conhecimento da prática e do termo. Porém, é claramente perceptível que são mais os jovens que subestimam a frequência e a gravidade do ato do que os adultos/educadores.

Após este confronto de resultados de ambas as investigações, partimos então para as respostas às nossas hipóteses de investigação.

Começamos por debater os resultados à luz da preocupação dos educadores com os riscos online segundo as características sociodemográficas dos educandos (sexo e idade).

A primeira hipótese de investigação colocada (***O grau de preocupação dos educadores com os riscos online difere consoante o sexo dos educandos***) não foi confirmada. Os nossos resultados não apontaram diferenças estatísticas significativas no que concerne ao grau de preocupação geral dos educadores com os riscos online em função do sexo dos educandos, o que contraria o estudo de Sorbring (2014), de que educadores se preocupam mais com a segurança online das filhas. Em contrapartida, os nossos resultados alinham-se com parte dos estudos que defendem que as preocupações dos educadores não diferem significativamente em função do sexo dos educandos (Sasson & Mesch, 2014; Eurobarómetro, 2008). Além do mais, apesar de haver alguma evidência de que é mais

provável os rapazes encontrarem ou criarem riscos de conduta (e.g. enviarem fotos íntimas sexuais suas) e as raparigas serem mais suscetíveis a riscos de conteúdo (e.g. receberem fotos sexuais) e de contacto (e.g. conversarem online com alguém que não conhecem) (Livingstone & Haddon, 2009), os nossos resultados apontam que não há diferenças significativas na preocupação dos educadores também com cada um desses tipos de riscos tanto nos rapazes como nas raparigas.

A segunda hipótese de investigação (*O grau de preocupação dos educadores decresce com a idade dos educandos*) não foi igualmente confirmada. Não se verificou uma correlação significativa entre a idade dos educandos e a preocupação dos educadores com os riscos que os primeiros podem encontrar na Internet, o que, mais uma vez, contraria os resultados do Eurobarómetro (2008) de que as preocupações dos educadores são maiores com educandos mais novos. Todavia, encontrou-se uma correlação negativa significativa entre a idade dos educandos e a preocupação dos educadores com riscos de conduta ($p = ,021$), indicando que quanto menos idade os educandos têm, mais os educadores se preocupam que esses tenham comportamentos online que possam comprometer a sua dignidade e que, posteriormente, possam vir a prejudicá-los, tais como produzirem e enviarem para alguém material de teor sexual (imagens de si próprios). O facto de o grau de preocupação dos educadores em geral não diferenciar conforme a idade dos educandos poderá ser explicado por uma analogia entre o comportamento ingénuo das crianças (quanto mais novas) e o comportamento arriscado dos adolescentes. Cada vez mais cedo as crianças tomam posse da Internet, que, aliado à tal ingenuidade, as pode tornar vulneráveis aos riscos e perigos (sexuais) online (incluindo o *grooming online*); os adolescentes, dado o período de desenvolvimento em que se encontram, tendem a ser mais impulsivos e procuram mais sensações de adrenalina, por vezes adquiridas através de comportamentos arriscados (Pharo et al., 2011; Atkinson & Newton, 2010; Van Leijenhorst et al., 2010). Muitos educadores estão conscientes de que os educandos podem ser parcialmente responsáveis pelos perigos e riscos que encontram na Internet (Ponte & Simões, 2009), logo, as suas preocupações com os riscos que os educandos possam encontrar ou provocar e com o tipo de atividades em que ingressam também aumentam, igualando o mesmo grau de preocupação que têm com os educandos mais novos.

Relativamente à correlação significativa encontrada entre a idade dos educandos e a preocupação com os riscos de conduta, esta pode dever-se a um motivo que julgamos ser plausível: o risco de pornografia infantil. O risco de conteúdo inserido no questionário deste estudo diz respeito a “*Produzir e enviar material de teor sexual (ex: imagens de si próprio*”,

portanto, esse ato pode conduzir a outro risco associado: disseminação das fotos/vídeos em sites de pornografia infantil. Embora a taxa de vitimação de pornografia infantil englobe tanto crianças quanto adolescentes (e.g. Wolak, Finkelhor & Mitchel, 2005), é possível que os educadores associem esse risco como sendo mais elevado em crianças (de idade igual ou inferior a 11 anos), o que poderá explicar a maior preocupação com os riscos de conduta nos educandos mais novos. Todavia, esta explicação é meramente sugestiva.

Vejamos agora se as preocupações dos educadores variam consoante a utilização da Internet dos mesmos. Alguns estudos demonstram que os educadores que não utilizam ou que utilizam menos a Internet estão mais preocupados com os riscos online que os educandos podem encontrar (Livingstone et al., 2011; Eurobarómetro, 2008). Ponderou-se a credibilidade desses resultados, dado que presumimos que os educadores que utilizam menos a Internet não estão tão informados dos riscos e perigos que nela se encontram em relação aos educadores que a utilizam com mais frequência. Assim, julgámos ser mais coerente que ***Os educadores que utilizam a Internet com mais frequência estão mais preocupados com os riscos que os educandos podem encontrar na Internet***, e decidiu-se então averiguar essa hipótese. Na realidade, os nossos resultados parecem indicar, de facto, diferenças significativas na preocupação dos educadores com os riscos online consoante a frequência da sua utilização da Internet ($p = ,029$). No entanto, essas preocupações têm tendência a diminuir quanto maior é a utilização da Internet, visto que os educadores que não utilizam a Internet são os que reportaram maiores níveis de preocupação, seguidos dos educadores que utilizam ocasionalmente e, por último, os educadores que referiram utilizar frequentemente. Posto isto, apesar de não se ter confirmado a hipótese inicialmente proposta, os resultados obtidos encontram-se em concordância com os estudos supracitados (de Livingstone et al. e do Eurobarómetro). É possível que tenhamos especulado inadequadamente que a frequência de utilização da Internet pelos educadores está associada ao conhecimento que têm sobre o mundo virtual e, em função disso, se preocuparem mais ou menos com a segurança online dos educandos. Da mesma forma que um pai pode utilizar diariamente a Internet e ser apenas capaz de nela executar uma ou duas atividades, e/ou não estar devidamente informado sobre o lado sombrio do mundo virtual, um pai que ocasionalmente ou raramente usa a Internet pode ser capaz de praticar uma diversidade de atividades online ou simplesmente estar informado sobre os riscos e perigos.

Ainda dentro da questão da utilização da Internet, pretendemos também entender a relação entre a utilização pelos educadores e a adoção de práticas/estratégias (de mediação

parental) que visam minimizar a probabilidade de aparecimento de riscos online para os educandos. Alguns tipos de mediação (e.g. monitorização e controlos técnicos) exigem, por vezes, algumas habilidades técnicas dos educadores. Então, ponderou-se que ***Os educadores que não utilizam a Internet usam com menos frequência estratégias de mediação parental.*** De facto, descobriu-se que os educadores que não utilizam a Internet são os que medeiam menos o uso da Internet dos educandos em comparação aos educadores utilizadores, porém, as diferenças encontradas não são significativas, o que nos impossibilita de confirmar a hipótese de investigação. Independentemente de não se ter encontrado resultados significativos, o Eurobarómetro (2008) constatou que os educadores que utilizavam a Internet admitiram mediar mais o uso da Internet dos educandos (por mediação ativa, restritiva, monitorização e controlos técnicos), apesar disso, e analogamente ao nosso resultado, no que toca à frequência dessa utilização, as diferenças encontradas entre os utilizadores não são relevantes.

Centremo-nos agora no que conseguimos atestar com referência às preocupações dos educadores e à utilização de estratégias de mediação parental. Constatou-se a partir do Eurobarómetro (2008) que a preocupação dos educadores com a exposição dos educandos a riscos sexuais na Internet não significava necessariamente que utilizassem estratégias de mediação (particularmente restritivas). A partir disto, decidimos investigar uma eventual relação entre as preocupações dos educadores e a mediação parental, assumindo os seus vários tipos (mediação ativa, restritiva, monitorização e controlos técnicos). Deste modo, o nosso estudo apresentou uma correlação positiva significativa entre as preocupações dos educadores e as medidas que tomam para proteger os educandos dos riscos ($r = ,195$, $p = ,006$), permitindo confirmar que ***Os educadores que se preocupam mais com os riscos online usam com mais frequência estratégias de mediação parental.*** Então, quanto mais preocupados os educadores estão com os riscos que os educandos podem encontrar ou provocar ao utilizar a Internet, também mais frequentemente utilizam estratégias para os proteger desses riscos. Se nos centrarmos apenas nas estratégias de mediação restritiva, o nosso resultado diverge do que foi encontrado pelo Eurobarómetro (2008), no qual 35% dos educadores portugueses que afirmaram estar preocupados com a exposição dos educandos a riscos sexuais na Internet admitiram também (e apenas) não estabelecer regras no que concerne às suas atividades online, enquanto no nosso estudo essa conclusão reflete-se em apenas 4,8% dos educadores.

Interessantemente, descobriu-se também uma associação significativa entre a preocupação com riscos de conteúdo ($r = ,172, p = ,015$) e contacto ($r = ,203, p = ,004$) e a frequência de mediação parental exercida, mas não entre os riscos de conduta e a mediação parental ($r = ,130, p > ,05$). Isto é, aspetos referentes à visualização pelos educandos de imagens explícitas de teor sexual, receção de conteúdo sexual, falarem com desconhecidos na Internet sobre sexo, encontrarem-se com alguém que conheceram na Internet, entre outros, estão positivamente associados a uma maior frequência de mediação parental. No entanto, os educandos serem os próprios atores no surgimento desses riscos, produzindo e enviando material de teor sexual, apesar de suscitar muita preocupação em 85,8% dos educadores, não parece ter relação com as atitudes que tomam para prevenir ou reduzir os riscos. Assim sendo, sugere-se que os educadores aceitam melhor a hipótese do papel maioritariamente passivo dos educandos na exposição aos riscos online, incluindo os riscos sexuais. Isto porque o surgimento de riscos de conteúdo e/ou de contacto não indicam necessariamente que o jovem tenha tido alguma iniciativa comportamental que consequentemente tenha resultado numa primeira aproximação a esses riscos, visto que pode desempenhar um papel mais passivo nessas situações (Livingstone & Haddon, 2009). Logo, os educadores podem ver esses riscos como passíveis de ocorrerem sem que os educandos sejam totalmente responsáveis por eles e, por essa razão, podem tentar protegê-los mediando mais o seu uso da Internet. Em oposição, os riscos de conduta exigem a contribuição ativa do jovem para se manifestarem (Livingstone & Haddon, 2009) e os educadores podem não acreditar que os educandos sejam capazes de ter condutas sexuais na Internet, tais como praticarem *sexting* ou produzirem e enviarem material pornográfico, por isso, põe-se a possibilidade de julgarem não ser necessário mediar tanto o seu uso da Internet.

Debruce-mo-nos agora sobre os resultados referentes à mediação parental em função de fatores individuais dos educandos. Apesar dos indícios apontarem que os adolescentes são o grupo que está mais exposto aos riscos online, a literatura parece seguir um consenso claro de que quanto mais novos os educandos são, mais os educadores medeiam o seu uso da Internet (e.g. Livingstone et al., 2011; Livingstone & Helsper, 2008; Eurobarómetro, 2008). Nesse sentido, foi do nosso interesse testar essas conclusões e perceber se a idade é, de facto, um fator associado à maior ou menor utilização de estratégias de mediação parental. Com efeito, foi encontrada uma correlação significativa negativa entre a idade dos educandos e a mediação parental ($r_s = -,35, p = ,001$) que, por sua vez, é consistente com a literatura e permite confirmar a hipótese “*A frequência de utilização de estratégias de mediação*

parental está negativamente associada à idade dos jovens”. Desta forma, embora os educadores refiram mediar o uso da Internet dos educandos em qualquer idade, a frequência dessa mediação parece ter tendência a decrescer consoante o aumento da idade dos educandos, o que pode dever-se ao ganho de autonomia dos jovens e distanciamento dos educadores durante fase da adolescência (Sasson & Mesch, 2014), dificultando assim as tentativas de controlo dos educadores (Ponte & Simões, 2009).

É igualmente importante ponderar algumas características sociodemográficas dos educadores nas suas relações com a percepção da gestão que exercem sobre a relação dos educandos com a Internet. Em vista disso, além da idade, julgámos pertinente explorar outros fatores individuais dos educadores, nomeadamente o estado civil e o nível de escolaridade.

Desta forma, e em primeiro lugar, os nossos resultados apontam no sentido de uma correlação negativa significativa entre a idade dos educadores e a percepção da frequência de mediação parental ($r_s = -,411$, $p = ,001$), ou seja, quanto mais novos são os educadores, maior é a tendência para utilizarem estratégias que visam proteger os educandos dos riscos online, logo, confirma-se a hipótese de que *Os educadores mais novos medeiam mais o uso da Internet dos educandos*, algo que é consistente com a conclusão de Ponte & Simões (2009). Normalmente os educadores de adolescentes mais velhos são também indivíduos mais velhos e, como constatado anteriormente, os educandos mais velhos são menos mediados. Numa ótica reflexiva, a conclusão a que se chegou é congruente com os educadores mais novos (= educandos mais novos) mediar mais o uso da Internet dos educandos.

O mesmo não foi possível atestar relativamente ao nível de escolaridade. Alguns estudos abordaram o nível de escolaridade dos educadores no que diz respeito às preocupações com os riscos online e a vulnerabilidade dos educandos à vitimação online (e.g. Eurobarómetro, 2008; Mitchell et al., 2007). Desse modo, tentou-se perceber se essa variável (nível de escolaridade dos educadores) está correlacionada com a regularidade da utilização de estratégias de mediação parental. Propôs-se então que *Os educadores com níveis de escolaridade mais baixos medeiam menos o uso da Internet dos educandos*. A correlação entre ambas as variáveis apresentou um *p-value* superior a ,05, portanto não se obteve um resultado significativo, o que significa que independentemente do grau de instrução dos educadores, a regularidade das ações que tomam para proteger os educandos dos riscos online mantém-se, em regra, paralela. Em oposição, Ponte e Simões (2009) e o Eurobarómetro (2008) encontraram que educadores com níveis de escolaridade mais baixos mediavam menos o uso da Internet dos educandos em geral. Esta divergência de resultados poderá ser explicada

pelo papel ativo que os meios de comunicação social têm, atualmente, na disseminação de informação sobre os riscos e perigos da Internet, alertando os educadores para a importância da vigilância das atividades online dos educandos. Consequentemente, é provável uma atuação/intervenção mais constante, independentemente do nível de escolaridade dos educadores, cujo não determina necessariamente as suas aptidões digitais (para utilizar controlos técnicos ou monitorizar as atividades online) nem impede que falem ativamente com os educandos sobre o que fazem na Internet ou imponham regras na utilização da mesma.

Julgou-se também oportuno avaliar se ***A frequência de mediação parental varia consoante o estado civil dos educadores***, encontrando-se variações significativas ($p = ,005$) e interessantes. Os resultados apontam que os educadores que medeiam com menos regularidade o uso da Internet dos educandos são os divorciados ou separados e os casados, e, por sua vez, os que medeiam mais são os educadores solteiros. Não se conseguiu encontrar referências na literatura que discutissem a relação entre estes dois fatores e, por esse motivo, de momento não se encontra uma justificação para tal resultado, o que por sua vez merecerá investigação futura.

Existe evidência empírica de que os educadores com educandos menores de idade (< 18 anos) presenciam maiores níveis de stresse em relação a indivíduos que não têm educandos, resultando em implicações ao nível do seu bem-estar e saúde física, psicológica e emocional (American Psychiatric Association, 2015). Não conseguimos encontrar na literatura nenhum estudo que abordasse a variável “stresse” em relação ao *grooming online* ou a estratégias de mediação parental. Assim, num esforço de tentar encontrar alguma relação entre níveis de stresse dos educadores e a adoção de estratégias de mediação parental, decidimos investigar esse ponto por uma razão de raciocínio: se um maior nível de stresse no indivíduo pode causar alterações emocionais e psicológicas como ansiedade, alterações no humor e falta de interesse ou negligenciar responsabilidades (NHS, 2017), poderá isso comprometer o dever dos educadores de protegerem os educandos dos riscos que correm aquando da utilização da Internet?

Algumas investigações feitas sobre o abuso sexual online admitem que uma relação pobre com os educadores é um fator de vulnerabilidade das vítimas (Webster et al., 2012; Wells & Mitchell, 2008; Wolak et al., 2008; Mitchel et al., 2007). Além de termos como interesse primordial analisar os níveis de stresse dos educadores em relação com a mediação parental exercida, ambicionámos também analisar a relação educadores-educandos com a mediação parental. Assim sendo, decidimos utilizar a Escala de Stresse Parental de Berry e

Jones (1995) que considera 3 fatores para determinar os níveis de stresse dos educadores: o seu papel de educadores, o comportamento dos educandos e, ressalta-se, a relação que os educadores têm com os educandos. Posto isto, ponderou-se que ***educadores com menores níveis de stresse parental utilizam com mais frequência estratégias de mediação***, hipótese essa que não foi confirmada. Não conseguimos obter uma correlação estatisticamente significativa entre o grau de stresse parental e a mediação parental exercida ($p > ,05$), portanto, o facto de educadores se sentirem mais ou menos stressados com o seu papel de educadores, com o comportamento dos educandos e com a relação que têm com os mesmos, não tem efeito na frequência com que utilizam estratégias de mediação parental.

Centremo-nos agora no stresse na família. A escala utilizada para aferir este tipo de stresse contou com um item que na literatura é entendido como um fator de risco ao abuso sexual offline: o abuso de substâncias no seio familiar (Berger et al., 210). Similarmente, em relação ao abuso sexual online, Suseg et al. (2008) descobriram que a dependência do álcool dos educadores era um fator de risco para o *grooming online*, talvez porque essa dependência pode reduzir a extensão da capacidade de os educadores mediar o uso da Internet dos educandos (Whittle et al., 2013). Na escala proposta, intencionada para aferir o stresse familiar, utilizámos o item “*Habito com alguém com dependência de substâncias psicoativas (ex: álcool, tabaco, antidepressivos, outras drogas)*”. Devido à natureza pessoal e sensível dessa questão, questionámos os participantes em relação às pessoas que com eles vivem e não em relação ao próprio. Então, pretendemos avaliar se os educadores ***educadores com menores níveis de stresse familiar utilizam com mais frequência estratégias de mediação parental***, o que não foi confirmado. É importante salientar que este resultado é provável não ser fiável uma vez que foi utilizada uma medida criada para o propósito desta investigação e não uma medida estandardizada, além de que a consistência interna da medida em causa é de ,519, logo, baixa. Com atenção ao item acima referido isolado, também não obtivemos uma correlação significativa entre o abuso de substâncias no seio familiar e a mediação parental, o que significa que haver ou não alguém na família que seja dependente de algum tipo de droga não invalida o esforço contínuo dos educadores para protegerem os educandos dos riscos online.

Como abordado continuamente ao longo desta dissertação, há uma forte evidência empírica de que a taxa de prevalência de vitimação por *grooming online* é superior em adolescentes mais velhos. Um dos motivos relaciona-se com o comportamento mais arriscado (e sexual) dos jovens na adolescência (e.g. Quayle et al., 2012; Dombrowski et al., 2007) e do

maior acesso e utilização mais diversificada da Internet comparativamente às crianças (e.g. Livingstone et al., 2017; Simões et al., 2014). Desta forma, pretendeu-se investigar se os educadores reconhecem o papel ativo dos educandos na exposição ao *grooming online* e, para isso, propôs-se que **“Os educadores têm uma maior percepção do risco nos educandos mais velhos”**. Como expectável, os nossos resultados parecem indicar uma relação positiva entre a percepção do risco e a idade dos educandos ($p = ,001$), permitindo dessa forma confirmar a hipótese e acompanhar a literatura (Byrne et al., 2014). Então, quanto mais velhos forem os educandos, menos os educadores subestimam as suas experiências e atividades de risco na Internet.

Além da idade, existe também evidência de que a taxa de vitimação nas raparigas prevalece sobre a dos rapazes (e.g. Baumgartner et al., 2010; Suseg et al., 2008; Wolak et al., 2008). No presente estudo, com atenção na percepção dos educadores do risco consoante o sexo dos jovens, apesar de terem percecionado um risco um pouco maior nas raparigas, não foram encontradas diferenças significativas ($p = ,183$), o que, novamente, é congruente com a literatura (Byrne et al., 2014), mas impossibilita a confirmação da hipótese de que **A percepção do risco varia consoante o sexo dos educandos**. Curiosamente, não obstante os educadores neste estudo associarem o mesmo nível de risco tanto para rapazes como para raparigas, os educadores de raparigas reportaram um maior conhecimento sobre experiências de risco de vitimação ocorridas (7,5% ocorrências nas raparigas para 2,8% nos rapazes).

Seguindo a mesma linha, vários estudos têm comprovado que um grande número de educadores subestima a frequência com que os educandos experienciam riscos na Internet e se envolvem em comportamentos/atividades arriscados/as (Symons et al., 2017; Byrne et al., 2014; Livingstone et al., 2012; Liao et al., 2008, Livingstone & Bober, 2005). Apesar de a maioria dos jovens tomarem precauções quando interagem com terceiros na Internet, um número significativo envolve-se em condutas e atividades de risco e, conseqüentemente, experiencia riscos online (e.g. Wolak, Finkelhor & Mitchell, 2008; Stahl & Fritz, 2002). Além disso, Ponte e Simões (2009) alegam que os educadores reconhecem os papéis que os educandos têm enquanto recetores de conteúdo, participantes na comunicação social e atores em diversas escolhas. Posto isto, partiu-se do pressuposto de que **Os educadores com um maior conhecimento sobre as condutas que podem integrar o grooming online têm uma maior percepção do risco dos educandos**. Porém, nenhuma correlação estatística significativa foi verificada, logo, a hipótese não foi confirmada. É importante referir que, no geral, e tal como constatado nas restantes investigações com foco na mesma temática, obteve-se um

resultado muito baixo da percepção do risco de vitimação ($M = ,0392$) e do conhecimento de experiências de risco de vitimação ocorridas ($n = 22$). No entanto, o mesmo não foi notado no que concerne à percepção do nível de exposição dos jovens ao risco, o qual foi considerado elevado, inclusive nos educandos com 10-11 anos. Mas nesse caso, se o grau de exposição ao risco é elevado e os educadores revelam ter um conhecimento médio a elevado sobre os comportamentos que podem indicar *grooming online*, porque é que não têm uma percepção do risco dos educandos mais elevada? Sugerimos que, por um lado, a falta de reconhecimento social sobre este problema (advogada por Branca et al., 2016) pode resultar em uma desacreditação dos educadores de que a vitimação sexual na Internet possa acontecer com os próprios educandos, até porque o *grooming online* é, no seu conjunto, uma prática mais complexa em relação a outros tipos de ofensas ou crimes sexuais cometidos pela Internet. Por outro lado, a falta de comunicação dos educandos com os educadores sobre experiências de risco online, pode explicar o facto de a percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos se manter baixa independentemente do grau de conhecimento que têm do *grooming online*. No nosso estudo, apenas 21,3% dos educadores reportou que os educandos já lhes solicitaram ajuda com uma situação que os fez sentir incomodados na Internet. Então, se os educandos sentirem alguma dificuldade na comunicação com os educadores, o que, por sua vez, poderá levá-los a não reportar situações de risco online, os educadores podem acreditar que os seus educandos se encontram em menor risco ou mesmo saibam de possíveis experiências ocorridas (Byrne et al., 2014).

Importa referir que, embora se tenha obtido um resultado baixo da percepção do risco, não sabemos se o mesmo corresponde realmente à realidade, uma vez que os educandos não participaram no estudo. Porém, tomamos como referência o estudo de Branca et al. (2016) que descobriu, numa amostra de total de 151 jovens, uma taxa de vitimação sexual que configura o *grooming online* de 20,5%.

Esta investigação revelou também que existe um nível intermédio da percepção da frequência de mediação parental exercida ($M = 8,88$). Todavia, se se dicotomizar as respostas relativamente aos educadores mediar ou não mediar o uso da Internet dos educandos (“sim” ou “não”), nota-se que a percepção de mediação parental exercida possui valores significativamente elevados. Assim sendo, foi do interesse em causa perceber se ***Os educadores que têm uma maior percepção do risco dos educandos utilizam com mais frequência estratégias de mediação parental***, o que foi rapidamente esclarecido, pois não foi possível confirmar uma relação entre ambas as variáveis ($p > ,05$). Este resultado converge

com a conclusão apontada pelo Eurobarómetro (2008), de que a percepção do risco não conduz necessariamente à adoção de estratégias de mediação parental. Em contrapartida, não pudemos atestar a sugestão de Byrne et al. (2014) de que se os educadores acreditam que os educandos estão em menor risco de vitimação em relação a outros jovens podem não se preocupar em mediar tanto o seu uso da Internet. Posto isto, independentemente de os educadores considerarem que os educandos estão mais ou menos expostos a riscos de vitimação sexual, propomos que tal não afeta o seu sentido de preocupação e responsabilidade de proteger os educandos tais riscos. Porém, devemos também considerar que esta percepção de proteção excessiva pode não coincidir com a realidade. Livingstone et al. (2011) explicam isto afirmando que, tal como os educadores subestimam os riscos que os educandos podem encontrar, é possível que também sobrestimem a gestão que fazem do uso da Internet dos mesmos.

Partindo de uma regressão linear, analisou-se um modelo de explicação da mediação parental que, como mencionado numa fase anterior, teve em conta cinco variáveis preditoras da mediação parental que constam na literatura. Verificamos que a *idade dos jovens* e a *localização dos equipamentos em casa* (especialmente em locais privados, como o quarto de dormir) são variáveis preditoras da mediação parental ($p = ,001$ e $p = ,010$, respetivamente). Quer isto dizer que foram encontradas duas variáveis independentes que explicam a maior ou menor utilização pelos educadores de estratégias que visam proteger os educandos dos riscos da Internet, além de que a idade dos educandos mostrou ser a variável com maior poder preditivo. Estas duas variáveis assumiram valores negativos, o que significa que quanto mais novos os educandos são, mais frequentemente os educadores medeiam o uso que eles fazem da Internet, e quanto menos espaços privados os educandos acedem à Internet em casa, mais regularmente os educadores medeiam a sua utilização da Internet. Ou seja, a mediação atinge níveis superiores quando o acesso à Internet é mais elevado em espaços comuns da casa. Já o sexo dos jovens, a frequência de utilização da Internet pelos educadores e a percepção desses da (in)segurança da Internet não apresentaram poder preditivo.

Finalmente, em virtude de que esta investigação foi focada, também, na percepção dos educadores do risco de vitimação dos educandos, propôs-se um modelo preditivo da percepção do risco. Para isto teve-se como ponto de partida a variável “idade” dos educandos, que se correlacionou positivamente com a percepção do risco (variável dependente). Isto posto, considerou-se outras variáveis que poderiam influenciar a variável dependente, tais como o nível de escolaridade dos educadores, o nível de stresse parental, o conhecimento que os

educadores têm das atividades online dos educandos e o facto de os educandos alguma vez terem pedido ajuda aos educadores com uma situação inoportuna que tivesse acontecido na Internet. Concluiu-se que quanto maior o nível de stresse parental ($p = ,017$), o conhecimento das atividades online dos educandos ($p = ,001$) e os educandos já terem solicitado ajuda aos educadores ($p = ,011$) maior será a percepção dos educadores do risco. Todavia, a idade dos educandos e o nível de escolaridade dos educadores não indicaram poder preditivo neste modelo ($p = ,100$ e $p = ,05$, respetivamente).

Apesar dos contributos que este estudo pretendeu dar, reconhecemos a existência de algumas limitações que podem ter condicionado em certa parte os resultados a que chegámos.

Uma limitação importante a ser mencionada prende-se com a chamada “desejabilidade social” dos participantes. A colaboração ativa dos educadores em responder às questões do questionário pode ter conduzido a resultados enviesados se as suas respostas não foram honestas, mas sim em concordância com aquilo que é esperado deles socialmente. Em algumas situações notou-se possíveis casos de desejabilidade social por inconsistências nas respostas ou respostas ilusórias. Por exemplo, o mesmo número de educadores que referiu não saber o que os educandos fazem na Internet referiu, porém, que fala com eles sobre o que fazem na Internet. Também um número elevado de educadores (92,5%) referiu ter conhecimento das atividades online dos educandos, sendo 43,9% educadores de adolescentes dos 12 aos 14 anos e 23,4% são educadores de adolescentes de 15 e 16 anos. Estes resultados não parecem refletir a realidade, uma vez que é reiteradamente apontado na literatura que muitos educadores com educandos adolescentes não estão devidamente informados sobre o que os mesmos fazem na Internet devido, essencialmente, à necessidade de independência e privacidade nessa fase de desenvolvimento (Finkelhor et al., 2000). Aliás, Portugal, até 2010, era um dos países em que o uso da Internet dos jovens era superior ao uso dos educadores, o que se refletia num desconhecimento dos educadores das atividades online dos educandos (Simões, 2010).

Também o facto de não existirem instrumentos estandardizados e válidos para operacionalizar o *grooming online* torna particularmente complicado explorar esse fenómeno inclusive ao nível percetual, e põe em causa a fiabilidade e validade de algumas conclusões estatísticas. Além disso, todas as questões (à exceção da Escala de Stresse Parental) foram criadas para responder aos objetivos propostos e, por esse motivo, apresentam algumas vulnerabilidades. Pode-se apontar algumas críticas referentes, por exemplo, a algumas escalas/índices do questionário, como é o caso do índice de stresse familiar, o qual revelou

uma consistência interna baixa ($\alpha = ,519$), o que, por sua vez, pode ter comprometido a validade das conclusões estatísticas.

6. Conclusão

Reserva-se agora alguns parágrafos a um sumário das conclusões obtidas no presente estudo, relevando a ligação entre os resultados obtidos e os objetivos inicialmente propostos.

Quase todos os educadores indicaram ter conhecimento que podem ocorrer casos de aliciamento sexual de crianças e adolescentes pela Internet, no entanto, são muito menos os educadores que conhecem o termo “*grooming online*” ($n = 83$). Constatou-se também que os educadores têm uma percepção elevada tanto da frequência como da gravidade desse fenómeno. Através do índice criado para aferir o grau de conhecimento dos educadores, concluiu-se que, aparentemente, possuem um conhecimento intermédio sobre o tipo de condutas (de adultos) que podem representar situações de *grooming online*. Contudo, o grau de conhecimento parece não estar relacionado com a percepção desses do risco de vitimação dos educandos. A propósito, obteve-se uma média relativamente baixa da percepção do risco dos educandos ($M = ,0392$), assim como do conhecimento de experiências de risco de vitimação ocorridas ($n = 22$). Ainda assim, os educadores indicaram ter uma maior percepção do risco e um maior conhecimento de experiências de risco ocorridas em educandos mais velhos (15-17 anos), o que coincide com a taxa de vitimação presente na literatura. Além disso, a percepção do risco revelou-se idêntica tanto nos rapazes como nas raparigas e, independentemente de considerarem que os menores correm mais ou menos riscos na Internet, referem utilizar regularmente estratégias que visam protegê-los desses riscos e, consequentemente, reduzir a sua exposição ao *grooming online*. No entanto, constatou-se que 7,5% dos educadores não sabem que práticas os educandos têm na Internet, além de que se descobriram valores elevados de exposição ao risco dos jovens, calculada através soma do número de horas que passam online, pelo número de locais e de equipamentos de acesso à Internet, pela altura do dia de maior acesso e pela posse de pelo menos uma conta numa rede social.

Os educadores reportaram também níveis elevados de preocupação de encontro dos educandos com vários riscos online em geral, independentemente do sexo ou da idade dos últimos. Porém, com os educandos mais novos mostraram níveis de preocupação superiores com riscos de conduta, isto é, riscos que sejam os próprios educandos a gerar, como

produzirem e enviarem para alguém fotos ou vídeos sexuais de si próprios. Um resultado inesperado que se obteve foi que, apesar da indicação de que quanto maior é o grau de preocupação dos educadores em geral, mais frequente é a mediação parental exercida, com atenção nos riscos específicos (conteúdo, contacto e conduta), parece que a elevada preocupação demonstrada pelos riscos de conduta não significa que os educadores regulem com mais frequência o uso da Internet dos educandos. No que toca à utilização da Internet pelos educadores, os que a utilizam menos reportaram níveis mais elevados de preocupação, contudo, não há indícios de uma relação entre a frequência da utilização da Internet e a mediação parental.

Conseguiu-se encontrar diferenças significativas entre a idade dos educandos e a idade dos educadores em relação à mediação parental, mas não entre o sexo dos educadores e a mediação parental. Da mesma forma que os educadores medeiam mais o uso da Internet dos educandos mais novos, também os educadores mais novos são os que utilizam com mais frequência estratégias de mediação. Aliás, a menor idade dos educandos explica a maior mediação constante exercida. Quando analisamos o nível de escolaridade dos educadores e estado civil, notamos que a percepção da frequência de mediação parental exercida não se relaciona com o grau de instrução dos educadores. Todavia, foram encontradas diferenças de acordo com o estado civil, além de que os educadores solteiros se apresentaram como os mais intervenientes e os educadores casados e divorciados ou separados como os menos intervenientes.

Por iniciativa própria pretendeu-se analisar eventuais relações entre diferentes níveis de stresse dos educadores e a mediação parental, mas sem grande sucesso. Constatou-se que os níveis de stresse familiar e parental dos educadores não interferem na sua intervenção direccionada aos educandos em termos gerais (das estratégias analisadas).

Por último, pretende-se fornecer algumas ideias e caminhos para investigações futuras. Antes de mais, esta investigação circunscreveu-se a áreas do distrito do Porto, não se podendo, então, considerar representativa da população. Seria relevante alargar a amostra a outras áreas geográficas do país e diversificá-la em termos de características sociodemográficas. Um resultado interessante que se constatou neste estudo, e que seria oportuno explorar em estudos posteriores, foi que os educadores solteiros são os que medeiam com mais frequência o uso da Internet dos educandos.

Também aqui foi apenas estudada a percepção dos educadores de educandos com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos. Seria relevante serem realizadas investigações

futuras que incluíssem na amostra crianças, uma vez que, atentando ao número crescente de crianças mais novas a utilizarem regularmente a Internet (Marcum, 2007), torna-se igualmente importante considerá-las como potenciais vítimas (Kloess, Beech & Harkins, 2014). Outro aspeto pertinente seria realizar estudos que inquirissem tanto os educadores como os educandos, de modo a poder-se comparar resultados.

Apela-se também à importância da utilização de metodologias mistas. Neste caso, uma abordagem qualitativa que complementasse a metodologia quantitativa. Através de entrevistas aos educadores seria possível perceber com mais exatidão que estratégias utilizam para mediar o uso da Internet dos educandos, pois teriam de fazer um esforço mental no momento e pensar nas estratégias ou práticas que utilizam, sem auxílio de uma listagem de opções, como acontece com questionários (Ponte & Simões, 2009, optaram por este tipo de abordagem). Adicionalmente, através de uma abordagem qualitativa poder-se-ia compreender o significado que os educadores atribuem às experiências de vitimação dos educandos e analisar a percepção desses da capacidade dos educandos lidarem ou, em oposição, se protegerem, do *grooming online*. Por outro lado, seria também interessante realizar *focus groups* aos jovens para entender os seus comportamentos na Internet, especialmente em comunidades sociais, assim como a importância que dão a essas e os sentimentos e emoções que vivenciam no mundo virtual. O Projeto *European Online Grooming* (Webster, et al., 2012) apresenta um extenso trabalho no estudo sobre o abuso sexual de jovens na Internet, com foco principal no *grooming online*, e em que apresenta uma série de conclusões que tiveram por base uma abordagem metodológica mista. Um outro critério também de importância a ser estudado através de metodologias mistas e de relatos entre educadores e educandos, seria não só determinar a eficácia das estratégias de mediação parental na redução do risco de vitimação, mas também perceber a partir de que idade os educadores começam a intervir e como é que os educandos reagem a essa mediação.

Não obstante os argumentos e ideias expostas, a presente dissertação pretendeu, em complemento ao estudo de 2016 das investigadoras Branca, Grangeia e Cruz, fazer um contributo para os primeiros *passos* de investigação empírica sobre o *grooming online* em Portugal. Esta investigação focou-se numa abordagem pouco convencional sobre o tema e complementa-se com outros estudos existentes. Muito permanece ainda por estudar e descobrir sobre o fenómeno do *grooming online* – especialmente a nível nacional –, e espera-se, por isso, que esta investigação atue como base de interesse e concepção para novas direções exploratórias.

BIBLIOGRAFIA

- Açar, K. V. (2016). Sexual Extortion of Children in Cyberspace. *International Journal of Cyber Criminology*, 10(2).
- Afuah, A., & Tucci, C. L. (2001). *Internet business models and strategies* (p. 358). New York: McGraw-Hill.
- Almeida, T., & Sampaio, F. M. (2007). Stress e suporte social em familiares de pessoas com paralisia cerebral. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8(1), 145-151.
- American Psychiatric Association. (2015). *Stress in America: Paying With Our Health*. [PDF] Retirado de: <https://www.apa.org/news/press/releases/stress/2014/stress-report.pdf>.
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-V: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (5ª Ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Arntfield, M. (2015). Toward a cybervictimology: Cyberbullying, routine activities theory, and the anti-sociality of social media. *Canadian Journal of Communication*, 40(3), 371-388.
- Atkinson, C., & Newton, D. (2010). Online behaviours of adolescents: Victims, perpetrators and Web 2.0. *Journal of Sexual Aggression*, 16(1), 107-120.
- Bastos, J. L. D., & Duquia, R. P. (2007). Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. *Scientia Medica*, 17(4), 229-232.
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice, D. M. (2007). The strength model of self-control. *Current directions in psychological science*, 16(6), 351-355.
- Baumgartner, S. E., Valkenburg, P. M., & Peter, J. (2010). Assessing causality in the relationship between adolescents' risky sexual online behavior and their perceptions of this behavior. *Journal of youth and adolescence*, 39(10), 1226-1239.
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American psychologist*, 35(4), 320.
- Bennett, N., & O'Donohue, W. (2014). The construct of grooming in child sexual abuse: Conceptual and measurement issues. *Journal of child sexual abuse*, 23(8), 957-976.

- Bergen, E. (2014). Comparing adult-youth and adult-adult online sexual solicitation: Manipulative behaviors, situational factors, and outcomes.
- Berger, L. M., Slack, K. S., Waldfogel, J., & Bruch, S. K. (2010). Caseworker-Perceived Caregiver Substance Abuse and Child Protective Services Outcomes. *Child Maltreat*, 15(3), 199-210.
- Bergmann, M. C., Dreißigacker, A., von Skarcezinski, B. & Wollinger, G. R. (2017). Cyber-Dependent Crime Victimization: The Same Risk for Everyone?. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 21. 10.1089/cyber.2016.0727.
- Berry, J. O., & Jones, W. H. (1995). The Parental Stress Scale: Initial psychometric evidence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 12(3), 463-472.
- Berson, I. R. (2003). Grooming cybervictims: The psychosocial effects of online exploitation for youth. *Journal of School Violence*, 2(1), 5-18.
- Bossler, A. M., & Holt, T. J. (2010). The effect of self-control on victimization in the cyberworld. *Journal of Criminal Justice*, 38(3), 227-236.
- Brackenridge, C. (1997). HE OWNED ME BASICALLY...' Women's Experience of Sexual Abuse in Sport. *International Review for the Sociology of Sport*, 32(2), 115-130.
- Branca, C. M. C., Grangeia, H., & Cruz, O. (2016). Grooming online em Portugal: Um estudo exploratório. *Análise Psicológica*, 34(3), 249-263.
- Briggs, P., Simon, W. T., & Simonsen, S. (2011). An exploratory study of Internet-initiated sexual offenses and the chat room sex offender: Has the Internet enabled a new typology of sex offender?. *Sexual Abuse*, 23(1), 72-91.
- Bringué, X., & Sádaba, C. (2008). La generación interactiva en Iberoamérica. Niños y adolescentes ante las pantallas.
- Bryce, J. (2010). Online sexual exploitation of children and young people. *Handbook of internet crime*, 320-342.
- Burt, Callie H. (2014). Self-Control and Crime: A Sociological Perspective. In K. Beaver, J.C Barnes, & B. Boutwell, *The Nurture Versus Biosocial Debate in Criminology*. (Pp. 143-171). Sage Publishers.

- Byrne, S., Katz, S. J., Lee, T., Linz, D., & McIlrath, M. (2014). Peers, predators, and porn: Predicting parental underestimation of children's risky online experiences. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19(2), 215-231.
- Ceyhan, A. A. (2011). University Students' Problematic Internet Use and Communication Skills According to the Internet Use Purposes. *Educational Sciences: Theory and Practice*, 11(1), 69-77.
- Chase, E., & Statham, J. (2005). Commercial and sexual exploitation of children and young people in the UK – A review. *Child Abuse Review*, 14(1), 4-25.
- Chiang, E., & Grant, T. (2017). Online grooming: moves and strategies. *Language and Law = Linguagem e Direito*, 4(1), 103-141.
- CEOP. (2013). Threat Assessment of Child Sexual Exploitation and Abuse. London. Disponível em: https://www.norfolkscb.org/wp-content/uploads/2015/03/CEOP_Threat-Assessment_CSE_JUN2013.pdf.
- Cho, C. H., & Cheon, H. J. (2005). Children's exposure to negative Internet content: effects of family context. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 49(4), 488-509.
- Choi, K. S. (2008). Computer crime victimization and integrated theory: An empirical assessment. *International Journal of Cyber Criminology*, 2(1), 308.
- Código Penal*. (2015). (5ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Cohen, M. A. (2000). Measuring the Costs and Benefits of Crime and Justice. 263-315.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American sociological review*, 588-608.
- Computer Hope. (2018). Buddy list. Retirado de <https://www.computerhope.com/jargon/b/buddylis.htm>. Acedido a 03 de abril de 2018.
- Court, J. M. (2013). Immature brain in adolescence. *Journal of paediatrics and child health*, 49(11), 883-886.
- Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2007). Current responses to sexual grooming: Implication for prevention. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 46(1), 60-71.

- Craven, S., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression*, 12(3), 287-299.
- Dahlberg, L.L., & Krug, E. (2002). The Social-Ecological Model: A Framework for Prevention. Centers for Disease Control and Prevention. Retirado de: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/overview/social-ecologicalmodel.html>
- Davidson, J., Grove-Hills, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., & Webster, S. (2011). Online abuse: Literature review and policy context. *European Online Grooming Project*. Retrieved March, 9, 2012.
- Davidson, J., & Gottschalk, P. (2011). *Internet Child Abuse: Current Research and Policy*. Oxfordshire, UK: Routledge.
- DeLamater, J., & Friedrich, W. N. (2002). Human sexual development. *Journal of sex research*, 39(1), 10-14.
- Del Rey, R., Elipe, P., & Ortega-Ruiz, R. (2012). Bullying and cyberbullying: Overlapping and predictive value of the co-occurrence. *Psicothema*, 24(4), 608-613.
- de Souza, J., Kantorski, L. P., & Mielke, F. B. (2006). Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em CAPS AD. *SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas*, 2(1).
- Dinges, D. F., Pack, F., Williams, K., Gillen, K. A., Powell, J. W., Ott, G. E., Aptowicz, C., & Pack, A. I. (1997). Cumulative sleepiness, mood disturbance, and psychomotor vigilance performance decrements during a week of sleep restricted to 4–5 hours per night. *Sleep*, 20(4), 267-277.
- Dombrowski, S. C., Gischlar, K. L., & Durst, T. (2007). Safeguarding young people from cyber pornography and cyber sexual predation: A major dilemma of the Internet. *Child abuse review*, 16(3), 153-170.
- Dombrowski, S. C., LeMasney, J. W., Ahia, C. E., & Dickson, S. A. (2004). Protecting children from online sexual predators: technological, psychoeducational, and legal considerations. *Professional Psychology: Research and Practice*, 35(1), 65.
- Dor, A., & Weimann-Saks, D. (2012). Children's Facebook Usage: Parental Awareness, Attitudes and Behavior. *Studies in Media and Communication*, 1(1), 1-14.

- Duerager, A., & Livingstone, S. (2012). How can parents support children's internet safety?.
- Eastin, M. S., Greenberg, B. S., & Hofschire, L. (2006). Parenting the internet. *Journal of communication*, 56(3), 486-504.
- Eneman, M., Gillespie, A. A., & Bernd, C. S. (2010). Technology and sexual abuse: A critical review of an internet grooming case. In *International Conference on Information Systems* (pp. 1-17).
- Estiarte, C. V., & Adillón, M. J. (2016). Nuevas tecnologías y victimización sexual de menores por online grooming. *Revista electrónica de ciencia penal y criminología*, (18), 2.
- Estiarte, C. V. (2014). Propuesta sexual telemática a menores u online child grooming: configuración presente del delito y perspectivas de modificación. *Estudios Penales y Criminológicos*, 34.
- Eurobarometer, F. (2008). Towards a safer use of the Internet for children in the EU – a parents' perspective. *European Commission*, pp. 3-144.
- Europol, (2017). The Internet Organised Crime Threat Assessment (IOCTA): Child Sexual Exploitation. Retirado de: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/internet-organised-crime-threat-assessment>. Acedido em 05 de Maio de 2017.
- Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The future of children*, 19(2), 169-194.
- Finkelhor, D. (1994). Current information on the scope and nature of child sexual abuse. *The future of children*, 31-53.
- Finkelhor, D. (1984). Child sexual abuse: Challenges Facing Child Protection and Mental Health Professionals. In *Childhood and Trauma – Separation, Abuse, War*, (pp. 105-106). (PDF) Retirado de: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30202556/childhoodandtrauma-book.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1535349411&Signature=QunsIRJ4CULwWTNtl8UakowNYFg%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DChild_sexual_abuse.pdf#page=117.

- Finkelhor, D., Mitchell, K. J., & Wolak, J. (2000). Online Victimization: A Report on the Nation's Youth.
- Freeh, L. J. (2006). A Parent's Guide To Internet Safety. *Federal Bureau of Investigation – Publications* [PDF]. Retirado de: <https://www2.fbi.gov/publications/pguide/pguidee.htm>.
- Garmendia, M., Garitaonandia, C., Martinez, G., & Casado, M. A. (2012). The effectiveness of parental mediation. *Children, risk and safety on the internet: Research and policy challenges in comparative perspective*, 231-244.
- Gillespie, A. A. (2002). Child protection on the internet-challenges for criminal law. *Child & Fam. LQ*, 14, 411.
- Gomes, C. (2001). A evolução da criminalidade e as reformas processuais na última década: alguns contributos. *Revista crítica de ciências sociais*, (60), 61-86.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Griffith, G., & Roth, L. (2007). *Protecting children from online sexual predators*. Retirado de: <https://www.parliament.nsw.gov.au/researchpapers/Pages/research-papers.aspx>.
- Griffiths, M. (2000). Excessive Internet use: Implications for sexual behavior. *CyberPsychology & Behavior*, 3(4), 537-552.
- Guerra, G., Almeida, A., & Junior, E. C. (2015). O abuso e a exploração sexual infanto-juvenil: Aproximações acerca das redes sociais e o serviço social. *ETIC-Encontro de Iniciação Científica-ISSN*, 21-76-8498, 7(7).
- Guo, W., & Nathanson, A. I. (2011). The effects of parental mediation of sexual content on the sexual knowledge, attitudes, and behaviors of adolescents in the US. *Journal of Children and Media*, 5(4), 358-378.
- Haddon, L. (2012). *Parental mediation of internet use: evaluating family relationships*. In: Loos, Eugène and Haddon, Leslie and Mante-Meijer, Enid, (eds.) *Generational Use of New Media*. Ashgate, Farnham, UK, pp. 13-30.
- Haddon, L., & Ponte, C. (2012). A pan-European study on children's online experiences: Contributions from cognitive testing. *Observatorio (OBS*)*, 6(2).

- Hames, R., & Blanchard, R. (2012). Anthropological data regarding the adaptiveness of hebephilia. *Archives of Sexual Behavior*, 41(4), 745-747.
- Hamilton-Giachritsis, C. E., Peixoto, C. S., & Melo, A. (2011). Risk assessment and intervention. *Abuse and neglect series*, 1, 89-131.
- Hancock, J. T. (2007). Digital deception. *Oxford handbook of internet psychology*, 289-301.
- Hansen, D. J. & Wilson, K. R. "Child Sexual Abuse" (2007). Faculty Publications, Department of Psychology. 484.
- Hasebrink, U., Görzig, A., Haddon, L., Kalmus, V., & Livingstone, S. (2011). Patterns of risk and safety online: In-depth analyses from the EU Kids Online survey of 9-to 16-year-olds and their parents in 25 European countries.
- Hasebrink, U., Livingstone, S., & Haddon, L. (2008). Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online.
- Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1993). Commentary: Testing the general theory of crime. *Journal of research in crime and delinquency*, 30(1), 47-54.
- Iglesias, E. J., Larrañaga, M. G., & del Río, MA. C. (2015): "Children's perception of the parental mediation of the risks of the Internet". *Revista Latina de Comunicación Social*, 70, pp. 49-68. doi:10.4185/RLCS-2015-1034en. Retirado de: <http://www.revistalatinacs.org/070/paper/1034-UP/04en.html>.
- Instituto Nacional de Estatística (2017). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias. Acedido em 5 de abril de 2018. Retirado de <http://www.ine.pt>.
- Instituto Nacional de Estatística (2015). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias. Acedido em 24 de março de 2018. Retirado de <http://www.ine.pt>.
- Instituto Nacional de Estatística (2010). Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias. Acedido em 24 de março de 2018. Retirado de <http://www.ine.pt>.

- ICMEC (2017). *Online Grooming of Children for Sexual Purposes: Model Legislation & Global Review*. A publication of The Koons Family Institute on International Law & Policy. (1st Edition). Virginia, USA. (PDF) Disponível em: <https://www.icmec.org/>.
- Jaishankar, K. (2010). The future of cyber criminology: Challenges and opportunities. *International Journal of Cyber Criminology*, 4(1/2), 26-31.
- Jaishankar, K. (2007a). Cyber criminology: Evolving a novel discipline with a new journal. *International Journal of Cyber Criminology*, 1(1), 1-6.
- Jaishankar, K. (2007b). Establishing a theory of cyber crimes. *International Journal of Cyber Criminology*, 1(2), 7-9.
- Jónasson, J. O., & Gunnlaugsson, H. (2016). How widespread is cybercrime: Types and Volume of Public Victimization in Iceland. In *NSfK's 58. Research Seminar* (p. 446).
- Jones, L. M., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2012). Trends in Youth Internet Victimization: Findings From Three Youth Internet Safety Surveys 2000–2010. *Journal of Adolescent Health*, 50, 179-186.
- Jonzon, E. (2006). *Child sexual abuse: Disclosure, social support and subjective health in adulthood*. Institutionen för folkhälsovetenskap/Department of Public Health Sciences.
- Juan, I. M., Vayá, E. J. C., & García, M. S. (2014). Victimización infantil sexual online: online grooming, ciberabuso y ciberacoso sexual. In *Delitos sexuales contra menores: abordaje psicológico, jurídico y policial* (pp. 203-224).
- Kaplan, S., & Garrick, B. J. (1981). On the quantitative definition of risk. *Risk analysis*, 1(1), 11-27.
- Kierkegaard, S. (2008). Cybering, online grooming and ageplay. *Computer Law & Security Review*, 24(1), 41-55.
- Kigerl, A. (2012). Routine activity theory and the determinants of high cybercrime countries. *Social Science Computer Review*, 30(4), 470-486.
- Kirwil, L. (2009). Parental mediation of children's internet use in different European countries. *Journal of Children and Media*, 3(4), 394-409.

- Kloess, J. A., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2017). Offense processes of online sexual grooming and abuse of children via internet communication platforms. *Sexual Abuse*, 1079063217720927.
- Kloess, J. A., Beech, A. R., & Harkins, L. (2014). Online Child Sexual Exploitation: Prevalence, Process, and Offender Characteristics. *TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE*, 15(2), 126-139.
- Kolpakova, O. (Ed) (2012). *Online behaviour related to child sexual abuse: Focus groups' findings*. Council of the Baltic Sea States, Stockholm: ROBERT project.
- Koops, B. J. (2009). Sex, kids, and crime in cyberspace: some reflections on crossing boundaries.
- Ladd, G. W., & Troop-Gordon, W. (2003). The role of chronic peer difficulties in the development of children's psychological adjustment problems. *Child development*, 74(5), 1344-1367.
- Lenhart, A. & Madden, M. (2005). Teen Content Creators and Consumers. *Washington, DC*:. *Pew Internet & American Life Project*.
- Leukfeldt, E. R., & Yar, M. (2016). Applying routine activity theory to cybercrime: A theoretical and empirical analysis. *Deviant Behavior*, 37(3), 263-280.
- Liau, A. K., Khoo, A., & Ang, P. H. (2008). Parental awareness and monitoring of adolescent Internet use. *Current Psychology: A Journal for Diverse Perspectives on Diverse Psychological Issues*.
- Littlewood, A. (2003). Cyberporn and moral panic: an evaluation of press reactions to pornography on the internet. *Library and Information Research*, 27(86), 8-18.
- Livingstone, Sonia (2010) *e-Youth: (future) policy implications: reflections on online risk, harm and vulnerability*. In: e-Youth: balancing between opportunities and risks, 27-28 May 2010, UCSIA & MIOS University of Antwerp, Antwerp, Belgium. (Unpublished). Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/27849/>.
- Livingstone, S. (2007). Strategies of parental regulation in the media-rich home. *Computers in human behavior*, 23(2), 920-941.

- Livingstone, S., Davidson, J., Bryce, J., Batool, S., Haughton, C., & Nandi, A. (2017). Children's online activities, risks and safety: a literature review by the UKCCIS evidence group.
- Livingstone, S., & Smith, P. K. (2014). Annual research review: Harms experienced by child users of online and mobile technologies: The nature, prevalence and management of sexual and aggressive risks in the digital age. *Journal of child psychology and psychiatry*, 55(6), 635-654.
- Livingstone, S., Mascheroni, G., Ólafsson, K., & Haddon, L. (2014). Children's online risks and opportunities: Comparative findings from EU Kids Online and Net Children Go Mobile.
- Livingstone, S., Haddon, L., Görzig, A., and Ólafsson, K. (2011). Risks and safety on the internet: The perspective of European children. Full Findings. LSE, London: EU Kids Online.
- Livingstone, S., & Haddon, L. (2009). EU Kids Online. *Zeitschrift Für Psychologie/Journal of Psychology*, 217(4), 236.
- Livingstone, S., & Helsper, E. J. (2008). Parental mediation of children's internet use. *Journal of broadcasting & electronic media*, 52(4), 581-599.
- Livingstone, S., & Bober, M. (2005). *UK Children Go Online: final report of key project findings* [online]. London: LSE Research Online. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000399>.
- Livingstone, S., & Bober, M. (2004). *UK children go online: surveying the experiences of young people and their parents* [online]. London: LSE Research Online. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000395>.
- Lwin, M. O., Stanaland, A. J., & Miyazaki, A. D. (2008). Protecting children's privacy online: How parental mediation strategies affect website safeguard effectiveness. *Journal of Retailing*, 84(2), 205-217.
- Maidel, S., & Vieira, M. L. (2015). Mediação parental do uso da internet pelas crianças. *Psicologia em Revista*, 21(2), 293-313.

- Malesky Jr, L. A. (2007). Predatory online behavior: Modus operandi of convicted sex offenders in identifying potential victims and contacting minors over the Internet. *Journal of child sexual abuse*, 16(2), 23-32.
- Mann, D., & Sutton, M. (1998). NETCRIME: More change in the organization of thieving. *The British Journal of Criminology*, 38(2), 201-229.
- Marcum, C. D., Higgins, G. E., & Ricketts, M. L. (2010). Potential factors of online victimization of youth: An examination of adolescent online behaviors utilizing routine activity theory. *Deviant Behavior*, 31(5), 381-410.
- Mason, K. L. (2008). Cyberbullying: A preliminary assessment for school personnel. *Psychology in the Schools*, 45(4), 323-348.
- Mazur, E. (2005). Online and Writing: Teen Blogs As Mines of Adolescent Data. *Teaching of Psychology*.
- McAlinden, A. M. (2006). 'Setting'Em Up': Personal, Familial and Institutional Grooming in the Sexual Abuse of Children. *Social & Legal Studies*, 15(3), 339-362.
- Melo, B. M. T. E., Gomes, A. R., & Cruz, J. F. A. (1997). Stress ocupacional em profissionais da saúde e do ensino. In [Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho](#), *Psicologia: Teoria, Investigação e prática* (pp. 53-71). [PDF] Retirado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5350/1/Melo,Gomes%2526Cruz-SO-Revista-UM.pdf>.
- Mesch, G. S. (2009). Parental mediation, online activities, and cyberbullying. *CyberPsychology & Behavior*, 12(4), 387-393.
- Miranda, G. L. (2015). *Psicologia dos Comportamentos Online*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Mitchell, K. J., Jones, L. M., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2014). Trends in unwanted online experiences and sexting: Final Report. Durham, NH: Crimes Against Children Research Center.
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., Janis Wolak, J. D., Ybarra, M. L., & Turner, H. (2011). Youth Internet Victimization in a Broader Victimization Context. *Journal of Adolescent Health*, 48, 128-134.

- Mitchell, K. J., Wolak, J., & Finkelhor, D. (2008). Are blogs putting youth at risk for online sexual solicitation or harassment?. *Child Abuse & Neglect*, 32(2), 277-294.
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2007). Youth Internet users at risk for the most serious online sexual solicitations. *American Journal of Preventive Medicine*, 32(6), 532-537.
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2005). The Internet and family and acquaintance sexual abuse. *Child Maltreatment*, 10(1), 49-60.
- Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2001). Risk factors for and impact of online sexual solicitation of youth. *Jama*, 285(23), 3011-3014.
- Montiel, I., Carbonell, E., & Pereda, N. (2015). Multiple online victimization of Spanish adolescents: Results from a community sample. *Child abuse & neglect*, 52, 123-134.
- Murthi, M., & Espelage, D. L. (2005). Childhood sexual abuse, social support, and psychological outcomes: A loss framework. *Child abuse & neglect*, 29(11), 1215-1231.
- Nansel, T. R., Craig, W., Overpeck, M. D., Saluja, G., & Ruan, W. J. (2004). Cross-national consistency in the relationship between bullying behaviors and psychosocial adjustment. *Archives of pediatrics & adolescent medicine*, 158(8), 730-736.
- NCMEC [The National Center for Missing & Exploited Children] (2016). *Annual Report*. (PDF) Retirado de: http://www.missingkids.com/content/dam/ncmec/en_us/2016%20Annual%20Report.pdf.
- Netsafe (2017). Insights Into Digital Harm: The Online Lives of New Zealand Girls and Boys. *Ministry for Women and Netsafe*. Retirado de: <http://women.govt.nz/documents/digital-harm-research-reports>.
- Ngo, F. T., & Paternoster, R. (2011). Cybercrime victimization: An examination of individual and situational level factors. *International Journal of Cyber Criminology*, 5(1), 773.
- NHS. (2017). How to deal with stress. Retirado de: <https://www.nhs.uk/conditions/stress-anxiety-depression/understanding-stress/>. Acedido em: 30 de agosto de 2018.
- Nikken, P., & Jansz, J. (2011). Parental mediation of young childrens internet use. *Netherlands: Erasmus University Rotterdam*.

- Novo, F., Pereira, F., & Matos, M. (2014). Cyber-aggression among Portuguese adolescents: A study on perpetration, victim offender overlap and parental supervision. *International Journal of Cyber Criminology*, 8(2), 94.
- Ntoulas, A., Najork, M., Manasse, M., & Fetterly, D. (2006, May). Detecting spam web pages through content analysis. In *Proceedings of the 15th international conference on World Wide Web* (pp. 83-92). ACM.
- O'Connell, R. (2003). A Typology of Cybersexploitation and Online Grooming Practices.
- Ofcom (2017). Children and Parents: Media Use and Attitudes Report. (PDF) Disponível em: https://www.ofcom.org.uk/data/assets/pdf_file/0020/108182/children-parents-media-use-attitudes-2017.pdf.
- Ofcom (2016). Children and Parents: Media Use and Attitudes Report. (PDF) Disponível em: https://www.ofcom.org.uk/data/assets/pdf_file/0034/93976/Children-Parents-Media-Use-Attitudes-Report-2016.pdf.
- Oksanen, A., & Keipi, T. (2013). Young people as victims of crime on the internet: A population-based study in Finland. *Vulnerable children and youth studies*, 8(4), 298-309.
- S (Organização Mundial de Saúde) (2005). *Violence Prevention Alliance: Building global commitment for violence prevention*, 1-15. OMS: Geneva (Online). Disponível em <http://apps.who.int/iris/> Extraído a 06 de Junho de 2018.
- Pasquier, D. (2008). From parental control to peer pressure: Cultural transmission and conformism. *The international handbook of children, media and culture*, 448-459.
- Patchin, J. W., & Hinduja, S. (2006). Bullies move beyond the schoolyard: A preliminary look at cyberbullying. *Youth violence and juvenile justice*, 4(2), 148-169.
- Pereira, F., & Matos, M. (2016). Cyber-Stalking Victimization: What Predicts Fear Among Portuguese Adolescents?. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 22(2), 253-270.
- Peter, J., Valkenburg, P. M., & Schouten, A. P. (2006). Characteristics and motives of adolescents talking with strangers on the Internet. *CyberPsychology & Behavior*, 9(5), 526-530.

- Pharo, H., Sim, C., Graham, M., Gross, J., & Hayne, H. (2011). Risky business: Executive function, personality, and reckless behavior during adolescence and emerging adulthood. *Behavioral neuroscience*, 125(6), 970.
- Ponte, C., & Simões, J. A. (2009). Asking parents about children's internet use: Comparing findings about parental mediation in Portugal and other European countries. In *EU Kids Online-Final Conference*. London.
- Pratt, T. C., Holtfreter, K., & Reisig, M. D. (2010). Routine online activity and internet fraud targeting: Extending the generality of routine activity theory. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 47(3), 267-296.
- Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants part 1. *On the horizon*, 9(5), 1-6.
- Quayle, E., Jonsson, L., & Lööf, L. (2012). Online behaviour related to child sexual abuse. *Interviews with affected young people. ROBERT, Risktaking online behaviour, empowerment through research and training. European Union & Council of the Baltic Sea States*.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2011). Social networking as a nexus for engagement and exploitation of young people. *Information security technical report*, 16(2), 44-50.
- Reyns, B. W. (2013). Online routines and identity theft victimization: Further expanding routine activity theory beyond direct-contact offenses. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 50(2), 216-238.
- Romero, M. (2017). Tecnología y pornografía infantil en Colombia, 2013-2015: interpretación desde un enfoque victimológico. *Revista Criminalidad*, 59 (1): 27-47.
- Salter, M. (2017) Child sexual abuse. In Dekeseredy, W. and Dragiewicz, M. Routledge Handbook of Critical Criminology, Routledge: London and New York. (PDF) *Child sexual abuse*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318107864_Child_sexual_abuse.
- Sasson, H., & Mesch, G. (2014). Parental mediation, peer norms and risky online behavior among adolescents. *Computers in Human Behavior*, 33, 32-38.

- Seipel, C., & Eifler, S. (2010). Opportunities, rational choice, and self-control: On the interaction of person and situation in a general theory of crime. *Crime & Delinquency*, 56(2), 167-197.
- Schulz, A., Bergen, E., Schuhmann, P., Hoyer, J., & Santtila, P. (2016). Online sexual solicitation of minors: how often and between whom does it occur?. *Journal of research in crime and delinquency*, 53(2), 165-188.
- Silva, M. D. C. D. M., & Gomes, A. R. (2009). Stress ocupacional em profissionais de saúde: um estudo com médicos e enfermeiros portugueses.
- Simões, J. A., Ponte, C., Ferreira, E., Doretto, J., & Azevedo, C. (2014). Crianças e meios digitais móveis em Portugal: Resultados nacionais do projeto Net Children Go Mobile. *Lisboa: CESNOVA*.
- Simões, J. A. (2010). Oportunidades e riscos no uso da internet por crianças e jovens: Algumas conclusões do projecto EU Kids online. *Media & Jornalismo*, 16(9), pp. 49-62.
- Smith, Peter. (2012). Cyberbullying and cyber aggression. *Handbook of School Violence and School Safety: International Research and Practice*. 93-103.
- Sorbring, E. (2014). Parents' concerns about their teenage children's internet use. *Journal of Family Issues*, 35(1), 75-96.
- Soto, C. J., John, O. P., Gosling, S. D., & Potter, J. (2011). Age differences in personality traits from 10 to 65: Big Five domains and facets in a large cross-sectional sample. *Journal of personality and social psychology*, 100(2), 330.
- "Spam", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/spam> [consultado em 22-07-2018].
- Stahl, C., & Fritz, N. (2002). Internet safety: Adolescents' self-report. *Journal of Adolescent Health*, 31(1), 7-10.
- Staksrud, E., & Livingstone, S. (2009). Children and online risk: Powerless victims or resourceful participants?. *Information, Communication & Society*, 12(3), 364-387.

- Stanley, J. (2002). Child abuse and the Internet [This article is reproduced from Issues in Child Abuse Prevention, no. 15, Summer 2001.]. *Journal of the Home Economics Institute of Australia*, 9(1), 5.
- Struckman-Johnson, C., Struckman-Johnson, D., & Anderson, P. B. (2003). Tactics of sexual coercion: When men and women won't take no for an answer. *Journal of sex research*, 40(1), 76-86.
- Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *Cyberpsychology & behavior*, 7(3), 321-326.
- Suseg, H. E. L. L. E., Grødem, A. S., Valset, K., & Mossige, S. (2008). Seksuelle krenkelser via nettet–hvor stort er problemet?. *Sexual violations via the Internet—how big is the problem*.
- Sutton, D., Montoyer, R., Jones, V., & Allé, R. (2004). Position paper on child pornography and Internet-related sexual exploitation of Children. *Save the Children*.
- Symons, K., Ponnet, K., Emmery, K., Walrave, M., & Heirman, W. (2017). Parental knowledge of adolescents' online content and contact risks. *Journal of youth and adolescence*, 46(2), 401-416.
- The National Child Traumatic Stress Network (2009). Coping with the Shock of Intrafamilial Sexual Abuse - Information for Parents and Caregivers. Disponível em <https://www.nctsn.org/resources/coping-shock-intrafamilial-sexual-abuse-information-parents-and-caregivers>.
- van der Hof, S., & Koops, B. J. (2011). Adolescents and cybercrime: Navigating between freedom and control. *Policy & Internet*, 3(2), 1-28.
- Van Leijenhorst, L., Moor, B. G., de Macks, Z. A. O., Rombouts, S. A., Westenberg, P. M., & Crone, E. A. (2010). Adolescent risky decision-making: neurocognitive development of reward and control regions. *Neuroimage*, 51(1), 345-355.
- Van Wilsem, J. (2011). Worlds tied together? Online and non-domestic routine activities and their impact on digital and traditional threat victimization. *European Journal of Criminology*, 8(2), 115-127.
- Vaz Serra, A. (2000). A vulnerabilidade ao stress. *Psiquiatria clínica*, 21(4), 261-278.

- Vismara, M. F. M., Toaff, J., Pulvirenti, G., Settanni, C., Colao, E., Lavano, S. M., ... & Montera, R. (2017). Internet use and access, behavior, cyberbullying, and grooming: results of an investigative whole city survey of adolescents. *Interactive journal of medical research*, 6(2).
- Wachs, S., D Wolf, K., & Pan, C. C. (2012). Cybergrooming: Risk factors, coping strategies and associations with cyberbullying. *Psicothema*, 24(4).
- Wachs, S., & Wolf, K. D. (2011). Correlates of cyberbullying and bullying--first results of a self-report study. *Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie*, 60(9), 735-744.
- Webster, S., Davidson, J., & Bifulco, A. (2014). *Online Offending Behaviour and Child Victimization: New Findings and Policy*. UK: Palgrave Macmillan.
- Webster, S., Davidson, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., ... & Milazzo, V. (2012). European online grooming project (Final report). Retrieved from the European Online Grooming Program website: <http://www.europeanonlinegroomingproject.com>.
- Webster, S., Davidson, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., & Grove-Hills, J. (2010). European Online Grooming Project, Scoping Report. *Brussels: European Commission Safer Internet Plus Programme*.
- Wells, M., & Mitchell, K. J. (2008). How do high-risk youth use the Internet? Characteristics and implications for prevention. *Child maltreatment*, 13(3), 227-234.
- Whittle, H. C., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2014a). "Under His Spell": Victims' Perspectives of being Groomed Online. *Soc. Sci*, 3, 404-426.
- Whittle, H. C., Hamilton-Giachritsis, C. E., & Beech, A. R. (2014b). In their own words: Young peoples' vulnerabilities to being groomed and sexually abused online. *Psychology*, 5(10), 1185-1196.
- Whittle, H., Hamilton-Giachritsis, C., Beech, A., & Collings, G. (2013). A review of young people's vulnerabilities to online grooming. *Aggression and violent behavior*, 18(1), 135-146.
- Williams, S., & Williams, L. (2005). Space invaders: The negotiation of teenage boundaries through the mobile phone. *The Sociological Review*, 53(2), 314-331.

- Winters, G. M., Kaylor, L. E., & Jeglic, E. L. (2017). Sexual offenders contacting children online: an examination of transcripts of sexual grooming. *Journal of sexual aggression*, 23(1), 62-76.
- Wisniewski, P., Ghosh, A. K., Xu, H., Rosson, M. B., & Carroll, J. M. (2017, February). Parental Control vs. Teen Self-Regulation: Is there a middle ground for mobile online safety?. In *Proceedings of the 2017 ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work and Social Computing* (pp. 51-69). ACM.
- Wolak, J., Finkelhor, D., Mitchell, K. J., & Ybarra, M. L. (2008). Online "predators" and their victims: myths, realities, and implications for prevention and treatment. *American psychologist*, 63(2), 111.
- Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. (2008). Is talking online to unknown people always risky? Distinguishing online interaction styles in a national sample of youth Internet users. *CyberPsychology & Behavior*, 11(3), 340-343.
- Wolak, J., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2006). Online Victimization of Youth: Five Years Later.
- Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. J. (2005). Child-Pornography Possessors Arrested in Internet-Related Crimes: Findings From the National Juvenile Online Victimization Study.
- Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. (2004). Internet-initiated sex crimes against minors: Implications for prevention based on findings from a national study. *Journal of Adolescent Health*, 35(5), 424-e11.
- Wolak, J., Mitchell, K. J., & Finkelhor, D. (2003). Escaping or connecting? Characteristics of youth who form close online relationships. *Journal of adolescence*, 26(1), 105-119.
- Wortley, R., & Smallbone, S. (2006). Applying situational principles to sexual offenses against children. *Crime prevention studies*, 19, 7.
- Yar, M. (2005). The Novelty of 'Cybercrime' An Assessment in Light of Routine Activity Theory. *European Journal of Criminology*, 2(4), 407-427.

- Ybarra, M. L., & Mitchell, K. J. (2008). How risky are social networking sites? A comparison of places online where youth sexual solicitation and harassment occurs. *Pediatrics*, 121(2), e350-e357.
- Ybarra, M. L., Mitchell, K. J., Finkelhor, D., & Wolak, J. (2007). Internet prevention messages: Targeting the right online behaviors. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 161(2), 138-145.

ANEXOS

Anexo I: Questionário

QUESTIONÁRIO

Grooming online: Percepção dos adultos relativamente ao risco de vitimação de jovens menores de idade

Este questionário faz parte de um estudo desenvolvido no âmbito da dissertação de Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto que estou a desenvolver sob orientação dos Prof. Doutores Jorge Gracia e Pedro Sousa, e tem por objetivo analisar a percepção dos encarregados de educação sobre o *grooming online*, sobre as experiências e comportamentos online dos seus educandos e sobre o risco de vitimação destes.

É neste contexto que venho ao encontro de V. Exa., pedindo-lhe a sua melhor colaboração respondendo a este questionário.

Responda por favor com sinceridade a todas as questões apresentadas. Não existem respostas completamente certas nem completamente erradas.

Este questionário, de preenchimento voluntário, foi elaborado no cumprimento das normas habituais neste tipo de instrumentos de recolha de dados para tratamento científico. É garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos no questionário, bem como de todos os intervenientes que se disponham a responder. Todos os dados serão sujeitos a um tratamento agregado, não sendo possível, no presente ou no futuro, identificar situações e circunstâncias pessoais individuais a partir da análise da informação recolhida.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas contactando-me através do endereço de correio eletrónico: up201502456@direito.up.pt

Muito obrigado pela sua preciosa colaboração.

Mariana R. F. Rocha

PRIMEIRA PARTE

I. Caracterização Sociodemográfica

A) Dados do/ seu/sua educando/a e da relação que tem com ele/a

1. Idade do/a seu/sua educando/a: _____(anos)

Sexo do/a seu/sua educando/a: ☐ Feminino ☐ Masculino

2. Relação que tem com o/a educando/a:

☐ Mãe ☐ Pai ☐ Tia/o ☐ Avó/ô ☐ Outro. Qual? _____

B) Dados pessoais do encarregado de educação

3. Idade na data em que preenche este questionário: _____ (anos)

4. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

5. Estado civil:

☐ Solteiro/a ☐ Casado/a

☐ Divorciado/a ou separado

☐ Viúvo/a

6. Profissão: ☐ Estudante ☐ Desempregado/a

☐ Empregado/a por conta própria

☐ Outra situação. Qual?

☐ Doméstico/a ☐ Aposentado/a

☐ Empregado/a por conta de outrem

7. Nível de escolaridade (completo):

☐ Não completou nenhum nível de escolaridade

☐ Ensino Básico 1º ciclo ☐ Ensino Básico 2º ciclo ☐ Ensino Básico 3º Ciclo

☐ Ensino Secundário ☐ Ensino pós-secundário não superior (CET)

☐ Ensino Superior

C) Informação relacionada com o uso da Internet do ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

1. Com que frequência utiliza a internet?

☐ Menos de 1 vez por semana ☐ 1 vez por semana ☐ 2 a 3 vezes por semana

☐ 4 a 5 vezes por semana ☐ Todos os dias

☐ Não utilizo a Internet

D) Informação relativa à residência do/a seu/sua EDUCANDO/A

1. Coabita com o/a seu/sua educando/a?

☐ Sim ☐ Não

1.1. Composição do agregado familiar (liste as pessoas que vivem na sua casa, excluindo-o a si e ao/à seu/sua educando/a)

Grau de parentesco com o educando*	Idade	Profissão	Nível de escolaridade

* Exemplo: mãe, pai, irmã(o), avó(ô)

Percepções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

1.2. O/A seu/sua educando/a tem outros/as irmãos/ãs que não residem na mesma habitação que o próprio?

☐ Sim. Quantos? _____ ☐ Não

1.3. Área de residência: ☐ Urbana ☐ Rural

E) Informação relativa ao nível de bem-estar da família

Relativamente às situações apresentadas na tabela seguinte, por favor assinale com um **X** apenas aquelas com que se identifica. Podem ser assinaladas várias opções ou nenhuma opção, se não se identificar com nenhuma delas.

a) Estou satisfeita/o com a relação que tenho com todas as pessoas com quem resido.		b) Tenho ao meu cuidado uma pessoa dependente (ex: idoso; pessoa com limitações físicas e/ou mentais severas).	
c) Habito com alguém com dependência de substâncias psicoativas (ex: álcool, tabaco, antidepressivos, outras drogas).		d) Tenho filhos com menos de 3 anos de idade.	
e) Residimos numa habitação demasiado pequena para o número de pessoas que lá vivem.		f) Sinto algumas pressões financeiras.	
g) O rendimento familiar permite-me anualmente ter uma despesa imprevista (ex: fazer tratamentos médicos).		h) Sinto pressões de cumprimento de timing no trabalho (isto é, conseguir executar as tarefas no tempo previsto)	
i) Sinto pressões relativamente à quantidade de trabalho que tenho.		j) Considero ter um bom ambiente de trabalho (isto é, boas condições físicas; boas relações entre colegas)	
k) Tenho certeza acerca da estabilidade (a médio e/ou longo prazo) do meu emprego.		l) Considero que geralmente durmo horas suficientes para executar as funções diárias.	
m) Sinto-me bem física e psicologicamente.		n) Considero ter sucesso nas minhas relações com outras pessoas.	

F) Escala de Stress Parental

As seguintes afirmações descrevem sentimentos e percepções acerca da experiência de ser pai/mãe. Pondere cada um dos itens em termos de como a sua relação com a/o sua/seu filho/a normalmente é. Por favor indique com **X** o grau com que concorda ou discorda das afirmações seguintes, sendo que '1' corresponde a "discordo totalmente" e '5' corresponde a "concordo totalmente".

		1	2	3	4	5
F1	Estou feliz com o meu papel enquanto pai/mãe					
F2	Há poucas coisas que eu não seria capaz pelo/a meu/minha filho/a se fosse necessário.					
F3	Por vezes, cuidar do/a meu/minha filho/a exige mais tempo e energia do que eu tenho para dar.					
F4	Por vezes preocupo-me se estou a fazer o suficiente pelo/a meu/minha filho/a.					
F5	Sinto-me próximo do/da meu/minha filho/a.					
F6	Gosto de passar tempo com o/a meu/minha filho/a.					
F7	O/A meu/minha filho/a é uma fonte importante de afeto para mim.					
F8	Ter filho/filhos dá-me uma visão mais positiva e otimista relativamente ao futuro.					
F9	A principal fonte de stress na minha vida é o/a meu/minha filho/a.					
F10	Ter filho/filhos deixa pouco tempo e flexibilidade na minha vida.					
F11	Ter filho/filhos tem sido um peso financeiro.					
F12	É difícil equilibrar diferentes responsabilidades por conta do/a meu/minha filho/a.					
F13	O comportamento do/a meu/minha filho/a é frequentemente embaraçoso ou stressante para mim.					
F14	Se eu pudesse voltar atrás, talvez teria decidido não ter filhos.					
F15	Sinto-me sobrecarregado pela responsabilidade de ser pai/mãe.					
F16	Ter filhos tem significado ter poucas escolhas e pouco controlo sobre a minha vida.					
F17	Estou satisfeito como pai/mãe.					
F18	Considero o/a meu/minha filho/filha sociável.					

SEGUNDA PARTE

I. *Grooming Online*

1. Existe uma prática que consiste no **aliciamento de crianças e/ou adolescentes, normalmente por um adulto, utilizando a Internet, em que este estabelece uma relação de amizade com a vítima, ganhando a sua confiança através de um processo gradual de sedução e manipulação, com vista a aproveitamento futuro de natureza sexual.**

1.1. Já tinha ouvido falar dessa prática? ☐ Sim ☐ Não

1.2. A prática é conhecida pelo termo “*Grooming online*”.

Já ouviu falar desse termo? ☐ Sim ☐ Não

1.3. Com que frequência acha que acontece?

☐ Nunca ☐ Raramente ☐ Algumas vezes ☐ Muitas vezes

1.4. Quão grave pensa ser este fenómeno?

☐ Nada grave ☐ Pouco grave ☐ Grave ☐ Muito grave

2. Acha que um caso de *grooming online* pode ocorrer:

☐ Apenas entre desconhecidos ☐ Apenas entre familiares
☐ Entre desconhecidos e entre familiares

3. Baseando-se na definição acima apresentada, de entre os seguintes comportamentos apresentados na tabela, assinale com um **X** os que considera serem possíveis indicadores de *grooming online*:

3.1. *Suponha uma situação entre um adulto (homem) de 27 anos e uma adolescente (rapariga) de 13 anos que só se conhecem online (na Internet).*

Pode ser um indicador de <i>grooming online</i> :	Sim	Não
Enviar um presente adequado para a adolescente (ex: uma camisola no aniversário dela).		
Comunicar de modo não sexual inapropriado com a adolescente (ex: dizer-lhe que ela é a única que o compreende).		
Manter contacto ocasional e conversas banais com a adolescente.		
Pedir à adolescente que mantenha segredo sobre o contacto e as conversas entre os dois.		
Sexualizar as conversas com a adolescente (i.e., dar carácter sexual às conversas entre os dois).		
Esconder a sua verdadeira identidade da adolescente.		
Não esconder a sua verdadeira identidade da adolescente.		
Planear um encontro offline com a adolescente.		
Pedir insistentemente fotografias à adolescente dela mesma.		

Percepções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

3.2. Preencha novamente a mesma tabela apresentada na questão '3.1.'. Contudo, suponha agora uma situação contrária de géneros:

*Suponha uma situação entre um adulto (**mulher**) de 27 anos e um adolescente (**rapaz**) de 13 anos que só se conhecem online (na Internet).*

Pode ser um indicador de grooming online:	Sim	Não
Enviar um presente adequado para o adolescente (ex: uma camisola no aniversário dele).		
Comunicar de modo não sexual inapropriado com o adolescente (ex: dizer-lhe que ele é o único que a compreende).		
Manter contacto ocasional e conversas banais com o adolescente.		
Pedir ao adolescente que mantenha segredo sobre o contacto e as conversas entre os dois.		
Sexualizar as conversas com o adolescente (i.e., dar carácter sexual às conversas entre os dois).		
Esconder a sua verdadeira identidade do adolescente.		
Não esconder a sua verdadeira identidade do adolescente.		
Planear um encontro offline com o adolescente.		
Pedir insistentemente fotografias ao adolescente dele mesmo.		

TERCEIRA PARTE

I. Utilização e acesso à Internet

1. Para cada um dos equipamentos assinalados na primeira coluna, responda numericamente (exemplo: 0, 1, 2....) às questões que aparecem no topo da tabela seguinte:

Equipamentos	Quantos destes equipamentos existem em sua casa?	Quantos são de uso partilhado entre os membros da família adulto(s) e jovem(ns)?	Quantos são de uso exclusivo do/a seu/sua educando/a?
Computador de mesa			
Computador portátil			
Tablet			
Telemóvel			

NOTA: Se o/a seu/sua educando/a acede à Internet, prossiga por favor. Caso ele/a não aceda à Internet passe, por favor, para o Grupo II "Segurança na Internet", na próxima página.

2. Maioritariamente, em que local/locais da casa o/a seu/sua educando/a utiliza os equipamentos? (Pode assinalar mais do que uma opção)

☐ Quarto dele/a

☐ Sala comum / sala de estar

☐ Outro.

Qual? _____ 127

Percepções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

3. O/a seu/sua educando/a tem acesso à Internet

3.1. Nos seguintes equipamentos? (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Computador de mesa ☐ Computador portátil ☐ Tablet
☐ Telemóvel

3.2. Nos seguintes locais? (Pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Em casa própria ☐ Em casa de amigos ou familiares ☐ Na escola
☐ Em movimento na rua ☐ Espaços públicos

4. Por dia, em média, quantas horas o/a seu/sua educando/a passa online?

- ☐ Menos de 1h ☐ Entre 1 a 2 horas ☐ Entre 3 a 4 horas
☐ Mais do que 4 horas ☐ Não sei

4.1. Em que altura do dia o/a seu/sua educando/a acede mais à internet?

- ☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite

5. Sabe se o/a seu/sua educando/a tem, pelo menos, uma conta numa rede social (ex: facebook, twitter, instagram)?

- ☐ Sim, tem ☐ Não tem ☐ Não sei

6. Tem conhecimento das atividades online do/a seu/sua educando/a (ou seja, o que ele/ela faz online)? ☐ Sim ☐ Não

II. *Segurança na Internet*

1. Entre “Nunca” e “Todos os dias” indique a frequência com que controla o uso da Internet do/a seu/sua educando/a: (Por favor, assinale com um ‘X’ a sua resposta)

	Nunca	Esporadicamente	Frequentemente	Todos os dias
a) Estabeleço um horário para o uso do equipamento com que acede à Internet				
b) Tenho instalado nos equipamentos controlos de proteção (ex: filtros, software de proteção)				
c) Falo com ele/ela sobre o que ele/ela faz na internet				
d) Verifico o que ele/a faz online				
e) Imponho regras quanto ao que ele/ela pode ou não fazer na internet				

Percepções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

2. Em geral, quão seguras acha que são as seguintes situações para o/a seu/sua educando/a? (Por favor, assinale com um 'X' a sua resposta)

	Muito inseguro	Inseguro	Seguro	Muito seguro
a) Navegar na Internet				
b) Ter/visitar redes sociais (ex: facebook, twitter, instagram)				
c) Conversar com amigos online				
d) Conversar com desconhecidos online				
e) Falar sobre assuntos privados na Internet				
f) Partilhar informações pessoais na Internet (ex: local onde vive)				
g) Jogar jogos virtuais online				
h) Aceder e utilizar o e-mail				
i) Publicar fotos e vídeos de si próprio				
j) Fazer compras ou vendas online				
k) Ter um blog ou um canal de youtube				
l) Encontrar-se com pessoas que conheceu na Internet				
m) Utilizar a Internet para trabalhos escolares				

III. Comportamentos e experiências online

1. Relativamente às seguintes situações, indique o seu grau de preocupação de as mesmas ocorrerem com o/a seu/sua educando/a: (Por favor, assinale com um 'X' a sua resposta)

	Nada preocupado	Pouco preocupado	Preocupado	Muito preocupado
a) Ter um relacionamento amoroso virtual com alguém				
b) Partilhar informações pessoais/privadas online				
c) Ver imagens explícitas de teor sexual na internet				
d) Receber comentários de teor sexual				
e) Falar com desconhecidos online sobre sexo				
f) Receber conteúdo de teor sexual				
g) Produzir e enviar material de teor sexual (ex: imagens de si próprio)				

Percepções parentais sobre o *grooming online*: relação entre a percepção dos educadores acerca do risco de vitimação dos educandos e a mediação parental

(continuação)

h) Isolar-se das outras pessoas se passar muito tempo online				
i) Encontrar-se offline com alguém que conheceu online				
j) Ser vítima de grooming online				

2. Relativamente às seguintes situações, assinale apenas aquelas de que tem conhecimento ou acha que já aconteceram com o/a seu/sua educando/a: (Assinale com um 'X' a sua resposta)

	Acho que já aconteceu [suspeita]	Tenho conhecimento que já aconteceu [certeza]
a) Alguém pediu a ele/ela que enviasse fotografias íntimas de si mesmo/a		
b) Alguém enviou a ele/ela fotos íntimas ou vídeos de conteúdo sexual		
c) Ele/ela teve conversas sobre sexo com alguém que conheceu online		
d) Ele/ela enviou para alguém uma fotografia de cariz sexual sua		
e) Ele/ela já se encontrou com alguém que conheceu na Internet		
f) Alguém enviou a ele/ela presentes sexuais (ex: preservativos, filmes pornográficos, etc)		
g) Alguém pediu a ele/ela informações sexuais sobre ele/ela próprio/a (ex: a aparência do seu corpo)		
h) Alguém pediu a ele/ela que mostrasse partes íntimas na webcam ou fizesse algo relacionado com sexo		
i) Ele/ela partilhou informações pessoais com desconhecidos (ex: idade, local onde vive, escola que frequenta)		

3. O/A seu/sua educando/a alguma vez lhe pediu ajuda com uma situação que o/a fez sentir incomodado/desconfortável enquanto está online?

☐ Sim ☐ Não

Muito obrigada pela sua participação

Anexo II: Consentimento informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Questionário de recolha de informação para a investigação em desenvolvimento por Mariana R. F. Rocha, estudante do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, subordinada ao tema *Grooming* online: Percepção dos adultos relativamente ao risco de vitimação de jovens menores de idade

Eu, _____, declaro ter sido informado(a) da natureza e dos objetivos da presente investigação, bem como das garantias de anonimato e confidencialidade, explicados na primeira página do questionário.

Assim, aceito voluntariamente responder ao questionário que me é apresentado.

Porto, ____ de _____ de 2018

(Assinatura)